

FEUC – Faculdade de Economia  
FPCE – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

# REFUGIADOS: UM MOVIMENTO PELO DIREITO A UMA (RE) INTEGRAÇÃO PRODUTIVA E SUSTENTÁVEL

Karen Soares Swanborn

Setembro de 2018

Dissertação no âmbito do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo  
orientada pelo Professor Doutor Pedro Manuel Rodrigues da Silva Madeira e Góis, apresentada à  
Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



*“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”.*

Eduardo Galeano

## Agradecimentos

---

À minha família que está sempre se estruturando e reestruturando em função do amor e do cuidado. Para os meus pais em especial, Heine e Ismael da Silva Soares, que me ensinaram o que é amar incondicionalmente e que me ensinaram o valor do cuidado e amor ao próximo. Se não fosse os valores familiares e exemplos com os quais eu cresci eu não teria me tornado a socióloga que sou. Valores que me foram apresentados como base para (re)estruturar meu próprio projeto de vida.

Às minhas irmãs, Heline e Vanessa, que sempre foram exemplos de dedicação e cuidado para comigo enquanto caçula da família.

Aos meus cunhados que, Marcos Valverde e Luiz Lanziotti, que também sempre me apoiaram e apoiaram esta empreitada enquanto família de fato.

Um agradecimento especial aos meus sobrinhos pelo amor maternal sendo tia.

À tia Silvia Helena, minha querida tia e madrinha, por escolha, obrigada por ter me ajudado num momento tão importante. Se não fosse você não teria realizado o sonho de estudar num lugar como a Dinamarca. Foi muito especial, importante e estruturante.

Ao Fernando Inglês, meu novo amor, que trouxe para mim a possibilidade de me abrir ao amor novamente. Você trouxe a música de volta para a minha vida e sigo alegre no embalo do seu carinho, amor e cuidado. Obrigada pelo incentivo em realizar o meu grande sonho de estudar fora.

Aos meus amigos e irmãos que ganhei da República do Feijão, nomeadamente, Angela, Camila, Marcela, Cássia, Priscilla e Victor, que me proporcionaram tanto crescimento.

À minha querida amiga Bruna Bastos e meu amigo Fábio Sartore, emoção inesquecível termos podido nos encontrar em Fátima. Tornar Portugal e Holanda parte de nossas lembranças foi muito especial. Obrigada pela amizade e pelas boas risadas.

À minha analista querida. Obrigada pela parceira e confiança.

Às minhas queridas amigas de escola Bárbara Andrade e Maria Paula Boechat, hoje também comadre. Obrigada pela ajuda moral e emocional. Obrigada compadre, Marcelo.

Obrigada aos meus amigos que são minhas grandes inspirações: Pedro, Roberto, Monique, Mary, Isabela, Aline e Estevão. Agradeço pela oportunidade de dividir perspectivas tão diferentes. Como cresço com vocês. Vocês são minha inspiração, cada um num lugar diferenciado.

E, um agradecimento especial a minha amiga Lidiane Carvalho, nossa Malu, minha grande inspiração desde à época de faculdade. Obrigada por ter sido uma irmã ao me acolher em sua casa e sua vida em Lisboa. Me proporcionou uma nova sobrinha, minha dinossaura amarela, Clara, e todos os seus amigos. Agradecendo em especial ao acolhimento de Débora e família.

Agradeço ainda a todos que fazem e fizeram parte da minha vida.

Um agradecimento especial a Bruna Almeida e meu querido Michiel Swanborn, *in memoriam*, figuras de grande inspiração.



## Resumo

---

A premissa desta dissertação serve de mote para pensar de que forma a sociedade pode ajudar a promover uma inclusão social, política e econômica, produtiva e sustentável dos refugiados. O propósito aqui é ponderar soluções que apoiem os países que estão a receber refugiados, requerentes de asilo ou requerentes de proteção humanitária, de maneira a sustentá-los na construção de um novo projeto de vida para que os qualifique a desempenhar um novo papel na sociedade que os acolhe. Um projeto global que apoie o indivíduo em risco humanitário através de políticas locais de acolhimento e promoção do bem estar social. Livre de estigma e adequados a políticas sociais específicas para uma transição sustentável ao indivíduo e ao país que o recebe é ponto central deste estudo, que objetiva pensar no empreendedorismo social como forma de intervenção social para uma integração produtiva e sustentável dessa população que está sendo obrigada a migrar por algum motivo.

Para tanto, trago para este debate dois projetos de empreendedorismo social como exemplos de projetos de intervenção social que têm como objetivo a inclusão produtiva e sustentável da população refugiada. Tomo como exemplo um projeto em Portugal e outro no Brasil, países que estão, ambos, aprendendo a lidar com essa nova onda de migrantes. Estes dois países estão a perceber uma nova questão em sua dinâmica social após uma série de eventos desastrosos que marcaram e vêm marcando a migração em massa nos últimos anos para a Europa e, também, para a América Latina, especialmente para o Brasil. São projetos de intervenção social pensados para uma adaptação adequada de ambos os lados.

O propósito deste estudo é apresentar uma alternativa que de alguma forma ajude a sociedade a dirimir os traumas relativos a esta transição do indivíduo refugiado que foi obrigado a sair do seu lugar de origem para um novo país, longe de suas raízes, da sua família, sua casa, seu trabalho, sua cultura. Aqui busco, enfim, ampliar o olhar para que a sociedade possa se permitir criar empatia pelo indivíduo que deixou para trás, tudo o que possa significar sua rede de proteção, e avaliar de que forma esta questão se torna uma oportunidade para toda sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** migração; refugiado; intervenção social; projetos de integração social; empreendedorismo social; direitos humanos; democracia.

## Abstract

---

*The premise of this dissertation serves as a motto to analyze in which ways society could help to promote social inclusion for the refugees; politically, economically productive and sustainable.*

*The purpose here is to ponder about solutions that could give support to the countries, that are hosting refugees requiring asylum or humanitarian protection, in a way of enabling the refugees to create a new life-project which would qualify them to perform a new role in the society that hosts them.*

*A global project that supports the individuals in jeopardy of humanitarian risk through local politics of hosting and promotion the overall social wellbeing.*

*Free from stigma and adequate to the specific social politics for a sustainable transition for the individual and for the country that hosts them. That is the central point of this study that aims to approach social entrepreneurship as a social intervention tool for a sustainable and productive integration of these populations that are being forced to move for a some reason.*

*Therefore I bring for this debate two social entrepreneurship projects as examples of projects of social intervention with the objective of sustainable and productive inclusion of the refugee population. I take as an example a project in Portugal and another in Brazil, countries that are both learning to cope with this new migrant wave. Those two countries are noticing a new social dynamic after a series of disastrous events that marked , and still have been doing so, the mass-migration of the last few years to Europe and also to Latin America, and specially to Brazil. They are projects of social intervention designed to achieve an adequate adaptation for both sides.*

*The purpose of this study is to present an alternative that in some way could helps society to settle the traumas in relation to this transition of the refugee. An individual that was obligated to leave their place of origin to a new place; away from their roots, their families, their homes, their work and their culture. Here I seek to amplify the view so that society could allow itself to generate empathy for the individual that left behind everything that could be perceived as a safety net, and evaluate in what way this matter becomes an opportunity for the society as a whole.*

**KEYWORDS:** *migration; social intervention; projects of social integration; social entrepreneurship; human rights; democracy Índice*

## Lista de Abreviaturas

---

- ACM - Alto Comissariado para Migração de Portugal
- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- ADFP – Fundação para a Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados
- CPF – Cadastro de Pessoa Física
- DMR – Dia Mundial do Refugiado
- EUA – USA – Estados Unidos da América
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – UN - Organização das Nações Unidas
- OS's e OSCIP's - Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
- PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- RJ – Rio de Janeiro, estado da Federação brasileira
- RS – Rio Grande do Sul, estado da Federação brasileira
- RR – Roraima, estado da Federação brasileira
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequeno Empresário
- SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- SESC – Serviço Social do Comércio
- UN – União Europeia
- BEPA – Bureau of European Policy Advisers

# ÍNDICE GERAL

---

INTRODUÇÃO.....	10
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
CAPÍTULO I. O MOVIMENTO GLOBAL PELO INDIVÍDUO COM STATUS DE REFUGIADO.....	21
1.1. A crise migratória como sinônimo de oportunidade: contexto contemporâneo.....	21
1.2. A sociedade civil organizada na construção de um movimento social global pela intervenção social junto ao indivíduo com status de refugiado.....	26
CAPÍTULO II. A PARTICIPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO.....	31
2.1. O refugiado e o direito à participação do espaço público: por um projeto de vida participativo.....	31
2.2. Respostas Locais a inseguranças globais: o direito à cidade.....	37
2.1.1. O contexto de Portugal no acolhimento aos refugiados.....	40
2.2.2. O contexto do Brasil no acolhimento aos refugiados.....	47
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	
CAPÍTULO III. ABORDAGEM AO OBJETO DE ESTUDO	
3.1: Recorte da pesquisa: os refugiados e o direito a uma (re)integração produtiva e sustentável.....	52
3.2. Refúgio: um projeto de vida.....	54
3.3. Projeto Social: uma ferramenta de intervenção social para a construção de redes de apoio.....	58
3.3.1. Requisitos para o êxito de um projeto.....	59
3.3.2 O que é um projeto social?.....	59
3.3.3. O que é um projeto de desenvolvimento?.....	60
3.3.4. <i>Contextualização do cenário para a elaboração de um projeto social</i> .....	60
3.4. O empreendedorismo social como ferramenta de inclusão social dos refugiados.....	62
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
4.1. Roteiro metodológico: procedimentos de recolha e análise de dados.....	67
4.1.1. Da recolha dos dados para esta dissertação.....	67
4.1.2. Dos resultados esperados.....	74
4.2. Projeto PEI: estudo de caso português.....	74
4.3. Projeto CORES: estudo de caso brasileiro.....	78
4.4. Projetos coletivos para soluções coletivas.....	85
CONCLUSÃO.....	88

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
REFERÊNCIAS INFOGRÁFICAS.....	93
ANEXOS	
Anexo 1 – Roteiro de Entrevista ACM.....	96
Anexo 2 – Roteiro de Entrevista Caritas.....	97
ÍNDICE DE QUADROS	
Quadro 1: Contexto de Coleta de Dados.....	61
Quadro 2: Escolas de pensamento do empreendedorismo social.....	66
Quadro 3: Da orientação metodológica das entrevistas para o levantamento de dados.....	71
Quadro 4: Dos entrevistados.....	73
ÍNDICE DE FIGURAS	
Figura 1 – Ciclo da Inovação Social.....	71

## Introdução

---

Esse trabalho tem como objetivo realizar uma análise do empreendedorismo e do empreendedorismo social, especificamente, enquanto ferramentas de integração social, política e econômica dos indivíduos com status de refugiado, de requerente de asilo ou de proteção humanitária subsidiária. Assim, para além do debate teórico-conceitual busco aqui avaliar de que forma o empreendedorismo pode se tornar, hoje, no contexto de países democráticos e abertos a recolocação de indivíduos em situação de refúgio, uma ferramenta para a integração social no contexto social, político e econômico.

A proposta deste trabalho é, assim, apresentar o empreendedorismo social como uma alternativa ou complemento para uma intervenção social produtiva e sustentável, de forma a estimular, inclusive, o desenvolvimento de políticas públicas para os países que estão buscando novas formas de enfrentamento à crise global de migração. A ideia é apresentar uma perspectiva ampliada do conceito de empreendedorismo social para contemplar o empreendedorismo como uma alternativa de apoio ao refugiado e de estímulo político-social à uma integração que beneficie o indivíduo refugiado e o país que o recebe.

O propósito é avaliar o empreendedorismo e o empreendedorismo social como um dos caminhos alternativos e possíveis para a inclusão dos refugiados. Com perspectivas de ganhos econômicos para o país, a ideia é que com caminhos alternativos possamos evitar a disseminação da ideia de que a entrada de imigrantes refugiados traz prejuízos à sociedade, tais como desemprego, favelização e violência urbana. Na literatura atual muito se debate a questão do refugiado enquanto crise humanitária global e suas causas, mas pouco se fala ainda de caminhos alternativos para pensar e viabilizar formas de intervenção positiva e sustentável para receber e agrupar socialmente os migrantes.

Para tanto, particularmente, por trabalhar durante quase 15 anos, de 2003 a 2016, no Brasil, com o empreendedorismo social como ferramenta de geração de trabalho e renda junto à populações vulneráveis encontrei na oportunidade de ingressar no Programa de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo a chance de poder realizar um estudo sobre o empreendedorismo social como uma ferramenta de intervenção social para a inclusão da população de refugiados, que hoje atinge também o Brasil.

Já são, agora, mais 15 anos trabalhando com empreendedorismo social. E ao trabalhar em projetos com base no empreendedorismo social na cidade do Rio de Janeiro e outras cidades, no Brasil, como Manaus, no Amazonas; Santarém, no Pará; Salvador, na Bahia; Vitória, no Espírito Santo e Contagem, em Minas Gerais, comecei a notar, meio ao aumento no contingente da população vulnerável das comunidades carentes que os projetos atendiam, a presença de migrantes de diversas categorias. Tratava-se da presença de migrantes refugiados de guerra e perseguição

política e religiosa, e também migrantes econômicos e, mais tarde, migrantes de catástrofe natural, no caso dos haitianos que começaram a entrar em massa ainda em 2010, logo após o terremoto do Haiti.

Comecei então a pesquisar a vida dos migrantes refugiados na cidade do Rio de Janeiro. Já era o ano de 2014, eu estava a trabalhar no centro da cidade do Rio de Janeiro desde 2004 e percebia o aumento daquela população diferenciada. Despachados ao chão das ruas, com suas mercadorias também visivelmente diferenciadas, por serem de produção própria e artesanal, os senegaleses foram os primeiros que eu abordei para saber da origem da sua presença nas ruas. Mas nas calçadas senegaleses se misturam a angolanos e congolezes e quem mais quiser tentar a sorte vendendo artesanato da sua cultura de origem para que se faça um dinheiro qualquer de forma honesta, apesar que de forma precária.

Eram imigrantes refugiados de guerra vindos de Angola e Congo, mas também migrantes econômicos do Senegal e migrantes por desastre ambiental, como no caso do Haiti. Todos migraram para o Brasil atrás da ideia de um país que além de proporcionar oportunidades, era ainda receptivo. Apesar do Senegal não ter conflitos internos, como vários países do continente africano, é um dos 25 países com o pior IDH<sup>1</sup>, sendo um dos países mais pobres do mundo, o que motiva os senegaleses a saírem de seu país em busca de uma vida melhor. No caso do Haiti, o terremoto de janeiro de 2010 que resultou na morte de milhares de pessoas e mais de 3 milhões de haitianos desabrigados. Num país que já estava devastado economicamente pela instabilidade política, a imigração foi o caminho encontrado por milhares de haitianos na luta pela sua sobrevivência.

A ideia de elaborar projetos de empreendedorismo social para os refugiados surgiu justamente ao notar esta população nas ruas do Rio de Janeiro tentando ganhar algum dinheiro vendendo artesanato claramente diferenciado pelos traços étnicos regionais dos seus países de origem. Foi quando pesquisando o assunto encontrei alguns exemplos de projetos que trazem o empreendedorismo e o empreendedorismo social como ferramenta alternativa à população migrante para sua (re)integração produtiva e sustentável no país que o recebe.

---

<sup>1</sup> “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento”.

Fonte: site PNUD Brasil, <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>

Mediados primeiramente por organizações do Terceiro Setor, os exemplos de projetos que trago neste trabalho ilustram bem como o empreendedorismo social se torna ferramenta de integração e formação de Rede para mediar as necessidades mais básicas dos sujeitos que precisam se integrar a uma nova realidade social, política e econômica.

Assim, destaco que o processo de desenvolvimento desta pesquisa se deu primeiramente a partir de um desejo pessoal de me aprofundar em temas de interesse profissional que me acompanham desde a graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no Brasil, quando percebi que para mim não era suficiente estudar sobre desigualdade social somente a partir do campo teórico. Eu queria atuar em projetos de intervenção social com o objetivo de contribuir para ajudar a dirimir, de alguma forma, a desigualdade em si.

Foi quando no início dos anos 2000 fui buscar dentro da própria universidade o Departamento de Empreendedorismo, que oferece uma série de disciplinas de empreendedorismo abertas a todos os cursos de graduação. Ingressar ainda na graduação na formação em empreendedorismo se tornou ainda mais significativa quando consegui o meu primeiro estágio ligado a um projeto de intervenção social. O estágio faz parte de um programa social da Universidade chamado Programa UNICOM (Universidade + Comunidade)<sup>2</sup>. Esses estágios são de caráter voluntário e abre portas para que os estudantes possam experimentar migrar entre dois mundos e encarar de frente a questão da cidade partida<sup>3</sup>.

Em 2002, eu comecei a trabalhar como voluntária no projeto chamado “A hora do estudo”, na favela da Rocinha. Nesse projeto eu dava aulas de ciências e matemática para crianças entre 7 e 11 anos. Era a chance que eu tinha de conhecer um pouco da realidade relativa à pobreza e à desigualdade social e acessar o que era narrado nos estudos oferecidos pelos livros e pesquisas acadêmicas.

Uma favela<sup>4</sup> era o que eu podia considerar de mais significativo no que diz respeito ao conceito de desigualdade numa megalópole como a cidade do Rio de Janeiro, que além de atrair muito dinheiro pelo turismo internacional, que se curva diante da sua beleza natural apesar dos seus ciclos de violência, atrai também altos investimentos pela sua riqueza econômica representada principalmente pela exploração do petróleo que atrai investimento do mundo inteiro. Esse cenário

---

<sup>2</sup> O objetivo do Programa UNICOM é “estimular a solidariedade e promover uma troca de conhecimento entre universitários e moradores, garantindo a plena interação com a comunidade e ampliando os horizontes de aprendizado”. Fonte: <http://www.ccesp.puc-rio.br/sociais-unicom>

<sup>3</sup> Cidade partida é um termo da sociologia urbana, depois disseminado pela mídia, para designar uma teoria segundo a qual a estrutura socioeconômica da cidade do Rio de Janeiro seria dividida em duas, em linhas que separariam classes sociais, bairros e grupos culturais, com diálogo e interação limitados entre cada parte. Análoga a essa visão, há os conceitos de “morro” e “asfalto”, o primeiro designando as favelas (muito embora várias delas sejam planas, e não em morros) e o segundo, as zonas urbanizadas de classes média e alta. O termo foi disseminado pelo livro homônimo do jornalista Zuenir Ventura, lançado em 1994. Referência Wikipédia: consultado em 15 de junho de 2018.

<sup>4</sup> ‘Favela’, no português brasileiro, e ‘bairro de lata’ no português lusitano, “é um assentamento urbano informal densamente povoado caracterizado por moradias precárias e miséria”. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela>

gera muitas oportunidades de negócios e empregos, o que termina por gerar também muita desigualdade no contexto econômico e social, pois termina por promover grande fluxo migratório de pessoas em busca de emprego e uma vida melhor.

Assim, as favelas são a expressão máxima do que seria tornar útil um território que tem em sua ocupação ilegal e desregular o reflexo da necessidade daqueles que buscam numa cidade grande, como o Rio de Janeiro, uma oportunidade de trabalho, mas que não têm dinheiro para viver numa moradia formal. A origem da favela reflete a luta pela sobrevivência daqueles que foram forçados a deixar suas casas e famílias em outros estados brasileiros em busca de emprego e do desejo de melhorar a vida de suas famílias nos seus lugares de origem<sup>5</sup>.

A favela nada mais é do que uma oportunidade de moradia para quem não pode viver em habitações formais nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro. Mesmo que inadequada representa uma oportunidade de sobrevivência. E, muito além de um território baseado na violação das regras sociais, de acesso restrito à luz, água e a um endereço propriamente dito, as favelas, este território de vivência precária, é também um lugar de acolhimento e de referência para grande parte destes imigrantes que vêm para o Rio de Janeiro atrás de uma vida melhor.

Assim, os meus interesses relativos ao tema da desigualdade foram se ampliando à medida que eu ia circulando pelos territórios das favelas da Rocinha e, posteriormente, Cidade de Deus, Borel, Complexo da Maré, Santa Marta, dentre outras que foram sendo apresentadas a mim à medida que eu ia me envolvendo em diferentes tipos de projetos que tinham essa população como público alvo. Fosse através de projetos sociais como voluntária, fosse através de projetos acadêmicos de pesquisa, que tinham como objeto de estudo a população das favelas e o direito dessa população de acessar os direitos básicos.

Todos os projetos que me envolvi tinham em comum o debate sobre as questões do acesso aos Direitos Humanos Universais<sup>6</sup>. As conexões que iam se fazendo meio aos meus estudos acadêmicos e empíricos, num diálogo mediado por entre livros e a realidade das atividades em terreno, era a possibilidade de avaliar possíveis soluções para problemas locais de questões que já ultrapassavam as fronteiras nacionais. Além da população brasileira, eu começava a perceber naqueles territórios a presença de uma população diferenciada; não eram mais apenas os

---

<sup>5</sup> Não cabe neste trabalho discutir de forma aprofundada o conceito de lugar de origem mas trago de forma periférica o debate sobre a construção de cidadania universal defendida por Roberto Marinucci e Rosita Milesi no artigo “Migrações Internacionais: em busca da cidadania universal”, publicado na revista acadêmica Sociedade em Debate da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas (RS – Brasil), onde trazem a questão dos refugiados como uma questão de desinteresse global, em que os países mais ricos gastam enormes quantias de dinheiro com guerras em nome da paz, ao mesmo tempo que garantem a inexistência de recursos para se acolher e integrar os refugiados e migrantes.

<sup>6</sup> Neste ano, 2018, comemoramos os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O que torna uma satisfação maior ainda para mim, enquanto pesquisadora da áreas de sociologia, sociologia do direito e dos direitos humanos, poder celebrar com a minha participação nesse movimento de sustentação e defesa dos Direitos Humanos, poder contribuir com um estudo, fruto da meu mestrado na Universidade de Coimbra, que tem os direitos humanos como um tema fundamental para a minha defesa teórica na provocação aqui sugerida: o direito dos refugiados como direito universal de defesa da vida.

emigrantes, advindos de outros estados pelo fluxo de êxodo rural, por exemplo, eram imigrantes que começavam a se misturar meio aquele território símbolo da ausência do Estado e sinônimo da falta da capacidade de acesso aos direitos básicos para uma integração sustentável.

O deslocamento social e cultural dos imigrantes é visível, mal falam português para conseguir vender seu artesanato na rua, mas é visível também a solidariedade de uma parcela da população que se mobiliza para abrigar estes refugiados. Os imigrantes que não tem contato de seus compatriotas ou algum familiar que tenha chegado antes dele são acolhidos pela própria comunidade local para que não fiquem na rua à mercê da violência. Porém, ao fim do dia enquanto uns conseguem se abrigar em casas de compatriotas até ue possam ter condições de alugar um lugar próprio, outros ainda se mantém dormindo nas ruas.

A partir daí comecei a perceber que a presença e o drama de estrangeiros refugiados e estrangeiros de outras formas de migração forçada, como os migrantes econômicos, nos grandes centros urbanos do Brasil, como Rio de Janeiro, Manaus, São Paulo, Porto Alegre, estava aumentando. E, desde então, essa percepção só vem aumentando à medida que aumenta a crise migratória mundial.

O número de pessoas que buscam refúgio no Brasil tem aumento a cada dia. O Brasil se tornou atraente como destino de refúgio a partir dos anos 2000, quando começou a ter maior projeção econômica no exterior. De acordo com o Comitê Nacional para Refugiados, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o Brasil possuía, até abril de 2016, 8.863 refugiados reconhecidos, de 79 nacionalidades distintas – 28,2% deles, mulheres. Os principais grupos são compostos por pessoas com origem na Síria (2.298), Angola (1.420), Colômbia (1.100), Congo (968) e Palestina (376)<sup>7</sup>.

Vale já apontar que este estudo irá tratar especificamente de projetos de empreendedorismo social para migrantes com estatuto de refugiado. Isso porque existem diferentes questões de acesso a direitos e deveres dos migrantes em países estrangeiro de acordo com o seu visto e permissão de residência, que dá diferentes acessos aos diferentes direitos, de trabalho por exemplo. No caso do migrante refugiado a permissão de residência é concedida a partir do estatuto do refugiado. Mesmo que as próprias organizações referentes ao estudo de caso, para esta pesquisa<sup>8</sup>, não façam essa distinção entre os tipos de migrante para atendimento de acesso às suas atividades, vale ressaltar que os projetos foram desenhados para atender, principalmente, os refugiados para apoiá-los na viabilização de uma integração social produtiva e sustentável.

Neste contexto faz-se necessário considerar o que Oliveira *et al.* (2017) ressaltam na perspectiva referente a diferença entre os tipos legais de migrantes. Eles afirmam que hoje essa diferença está na agenda internacional do debate político e sociológico, em que pauta a necessidade

---

<sup>7</sup>Fonte: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/refugiados-recebem-aulas-de-empreendedorismo-no-rio-decidi-recomecar-diz-colombiana.ghtml>

<sup>8</sup>Mais à frente farei a devida apresentação das organizações a serem investigadas como estudo de caso.

da construção de uma noção mais ampla do conceito de “refugiado” e a necessidade de se revisar o modelo de repulsão-atração de Ravenstein do final do século XIX sobre o dilema de deixar o país e fazer a escolha de migrar só se dá de forma repentina na iminência de risco à vida, caso contrário esta decisão é feita de forma racional:

*“No centro dos processos migratórios está a decisão do agente racional (o migrante), que, na posse de informação sobre as características de várias regiões (de origem e das potenciais regiões de destino) e de dados contextuais respeitantes à sua situação individual e grupal, opta pela permanência ou pela migração”. (Arango, 2000; Peixoto, 2004 apud Oliveira et al., 2017)*

*“Subjacente a este modelo, e aos que se seguirem, está uma leitura económica da realidade, na qual o determinante é a decisão do agente racionalmente motivado em melhorar sua condição material de vida, assumindo-se que os indivíduos refletem quanto aos custos e benefícios da mobilidade, sendo que só migram quando os custos do movimento (a curto prazo) são inferiores aos benefícios esperados (a médio prazo)”. (Oliveira, et al., 2017)*

Segundo Fiddan-Qasmiyeh, 2014; Triandafyllidou, 2017 (apud Oliveira, et al., 2017) as zonas de sobreposição entre os dois termos – “migrante económico” e “refugiado” e as dificuldades de operacionalização por esta diferença são muito grandes e vai ao encontro da problematização das questões legais específicas para a estadia do migrante num país estrangeiro, pois provoca dificuldades para além da operacionalização no atendimento de proteção humanitária. A dificuldade de se definir o tipo de migração gera ainda a dificuldade de se mobilizar documentos necessários para encontrar, por exemplo, trabalho e/ou ter acesso à educação, e até mesmo a possibilidade de se arrendar uma casa, de se conseguir estabelecer um contrato para a moradia, que é um dos direitos básicos universais.

*“Muitos dos migrantes “económicos”, aparentemente voluntários e proativos, são forçados a abandonar seus países devido a situações de carência económica severa, privação extrema ou degradação ambiental crescente. Muitos dos refugiados, aparentemente forçados e reativos, desistem voluntariamente de viver no país de origem ou nos países de primeiro asilo, devido à falta de condições em campos de refugiados ou à dificuldade de encontrar trabalho e/ou ter acesso à educação. Este*

*último problema é agravado pelo facto de muitos não possuírem o estatuto jurídico adequado, tornando ainda mais frágil sua situação e mais incertas suas perspectivas de vida. Nestes casos, não sendo ainda “refugiados” ou requerentes de asilo, são-no **de facto** mas não **de jure**, o que impede o seu acesso a mecanismos de proteção internacional”.*  
(Oliveira, et al., 2017)

Mas como dizer quem está em risco eminente de vida? Somente aqueles que tem ameaça real por um terceiro em perseguição política, étnica ou religiosa, ou pelo risco de vida por morar em zona de guerra, são pessoas com a qualidade de solicitante ao refúgio em outro país? E o que falar dos indivíduos que vivem em pobreza extrema, ameaçados pela privação económica e social que levam à fome, como é o caso dos senegaleses ou, mesmo, pela privação extrema gerada por catástrofes naturais como é o caso dos migrantes haitianos, ou pelos conflitos políticos que geram privação econômica e política como é o caso dos migrantes venezuelanos.

Órgãos governamentais e não governamentais seguem protocolos e regimentos para atuar nas causas humanitárias internacionais específicas a cada um que terminam por limitar seu campo de atuação. Oliveira, Peixoto e Góis (2017) o debate do conceito ampliado do que é um ‘refugiado’ passa pela amplificação do conhecimento da realidade de forma a criar conhecimento para agir sobre as representações públicas, lembrando que é o conhecimento científico que termina por gerar factos para poder ser divulgados, quebrando ciclos de construção de mitos que geram mitos capazes de criar uma atmosfera negativa e até mesmo hostil nos países que precisam receber os refugiados.

Gerar conhecimento científico a respeito do tema, como é este um dos objetivos desta dissertação, ajuda, ainda, segundo Oliveira, Peixoto e Góis (2017) “a capacitar as decisões políticas e apoiar os meios complementares de ação – como as iniciativas da sociedade civil”.

Por isso, considerarei para este estudo apenas os imigrantes com estatuto de refugiado, pois estes vem sofrendo com a falta de empatia da população com o seu deslocamento em massa. Estudos assim devem ser estimulados com a intenção de ajudar a sociedade a estruturar o seu entendimento, enquanto opinião pública, das razões desse deslocamento em massa, assim como se tornam uma oportunidade para divulgar soluções que ajudem as nações a atenderem de forma diferenciada esta questão que é de responsabilidade de toda a comunidade global.

Alguns imigrantes do Rio de Janeiro, como é o caso dos senegaleses, citados numa passagem acima, têm apoio de organizações do Terceiro Setor para assistência social de apoio à sua integração social e econômica, mas seu apoio jurídico é diferenciado enquanto migrante econômico e não refugiado. No caso dos imigrantes haitianos, que já circulam há muitos anos pelos territórios brasileiros, o número de solicitação de permissão de residência se agravou com o terremoto de janeiro de 2010, mas também têm apoio jurídico diferenciado dos imigrantes com estatuto de refugiado.

“Os haitianos não tinham visto para entrada, mas chegavam à fronteira e solicitavam refúgio”, relatou o diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, Rodrigo do Amaral Souza numa notícia publicada no Portal do Senado Federal do Governo brasileiro em 2012<sup>9</sup>. Faço aqui um alerta sobre o que a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), órgão que trabalha para proteger e ajudar refugiados em todo o mundo ajudando no controle dos países para a acessibilidade dos direitos dos refugiados. “Uma pessoa não se torna refugiado por que é reconhecida como tal, mas é reconhecida como tal porque é refugiado”<sup>10</sup>.

Segundo o mesmo Portal, os primeiros imigrantes chegaram ao país ainda em 2010, geralmente em situação de grande vulnerabilidade social e sanitária. À época, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) considerou infundada a concessão do *status* de refúgio para os haitianos no Brasil posto que a razão da solicitação de permissão de residência no Brasil estava sendo solicitado por conta do desastre ambiental acontecido no Haiti e o refúgio pressupõe que a pessoa seja vítima de perseguição em seu país. Assim para o caso dos haitianos o Conselho Nacional de Imigração baixou a Resolução Normativa 97/12, que criou o visto humanitário para especificamente para estes imigrantes<sup>11</sup>.

Segundo, Adrian Edwards, porta-voz do ACNUR, é importante que não se confunda os termos “refugiados” e “migrantes”; “dizemos ‘refugiados’ quando nos referimos a pessoas que fugiram da guerra ou perseguição e cruzaram uma fronteira internacional” em busca de proteção e ajuda. “E dizemos ‘migrantes’ quando nos referimos a pessoas que se deslocaram por razões que não se encaixam na definição legal de refugiado”<sup>12</sup>.

A minha preocupação aumentava à medida que essa situação começava a virar notícia pública no Brasil e não era mais uma agenda exclusiva da Europa. O que eu via nas ruas era noticiado pelos jornais e telejornais tornando o cenário ainda mais preocupante porque vira notícia problema que já virou estatística. E, se virou estatística é porque já não temos mais condições de cuidar de forma isolada. É preciso que os países se unam para resolver estas questões que vão além da necessidade de sobrevivência exclusiva destes povos e que não são mais problema exclusivo da Europa.

A Europa, por sinal, não é o continente que mais recebe refugiados. Mas os países europeus, por serem ricos, terminam por atrair um contingente de refugiados que esperam acessar o continente

---

<sup>9</sup> Fonte: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/depois-do-terremoto-no-haiti-imigrantes-haitianos-buscam-refugio-no-brasil-e-recebem-vistos.aspx>

<sup>10</sup> ACNUR. Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado: de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados, p. 10, parágrafo 28.

<sup>11</sup> Fonte: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/depois-do-terremoto-no-haiti-imigrantes-haitianos-buscam-refugio-no-brasil-e-recebem-vistos.aspx>

<sup>12</sup> Fonte: <http://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>

Europeu atrás de melhores oportunidades de vida. Em artigo publicado no jornal on line Estadão, “Quais países recebem mais refugiados no mundo?”, o jornalista Gustavo Chacra traz um necessário esclarecimento sobre a busca da Europa como destino dos refugiados. Segundo Chacra, um jovem sírio de 23 anos que tenha concluído a faculdade, tem poucas opções para seu projeto de vida: “se alistar no Exército de Bashar al Assad, integrar algum dos grupos jihadistas opositores, ser desertor e ir para prisões onde há tortura ou ir para o exílio”<sup>13</sup>. Sendo natural entre os jovens principalmente planejarem seu futuro num país Europeu, onde alguém da família ou algum amigo já se encontra e poderá ajudá-lo na sua integração.

No caso do Brasil, o refúgio não se limita a questão de migrantes que buscam refúgio ao fugir das guerras. No caso do Brasil ao mesmo tempo o problema da entrada em massa de imigrantes vem desde a segunda guerra mundial. E agora vive um novo fluxo por conta da tragédia do Haiti de 2010 e por conta da Venezuela com a crise política e econômica que abate o país.

Era o ano de 2012 quando li um artigo de jornal em que foram publicadas as consequências da entrada em massa dos refugiados da tragédia do Haiti, no Brasil. As consequências eram relatadas como uma onda de desemprego dos brasileiros causada pela mão de obra barata oferecida pelos refugiados e um crescente processo de favelização nos bairros mais pobres, descritos pelos brasileiros oriundos de Manaus, capital do estado do Amazonas, coração da Amazônia brasileira, como verdadeiros cortiços, foco de doenças e mal cheiro. Essas descrições me assustavam à medida que não só o brasileiro reclamava perder seu trabalho para um estrangeiro, como as descrições sociais começavam a apontar diálogos xenófobos e racistas.

O artigo publicado num jornal de grande circulação relatava a reação da população local ao ver os migrantes-refugiados se amontoando em casas de um cômodo para que fosse possível se preservar ao menos um teto. Essas notícias, associadas às minhas experiências pessoais e interesses de trabalho e pesquisa enquanto socióloga que estuda o acesso aos direitos universais e soluções para a desigualdade social, me despertaram o desejo de saber mais sobre as formas de apoio para o Brasil e o mundo receberem os refugiados, fossem eles refugiados de desastres, guerras ou econômicos, eram seres humanos na busca pelo direito a uma vida digna.

O cuidado com o outro é o centro deste estudo. E para tanto, a proposta aqui é pensar formas alternativas para acolher os refugiados e defender o direito a sua vida, uma vida digna e segura. Escolho aqui trazer o debate para se pensar como viabilizar que o refugiado tenha o direito a uma integração produtiva e sustentável garantida de alguma forma em qualquer país que peça asilo.

Com este estudo busco propor um debate sobre novas formas produtivas que a sociedade tem hoje para ajudar a promover um novo projeto de vida para uma inclusão produtiva e sustentável dos refugiados. Apoiá-los na construção de um novo projeto de vida que o qualifique a

---

<sup>13</sup>Fonte: <https://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/quais-paises-recebem-mais-refugiados-no-mundo/>

desempenhar um novo papel na sociedade. Livre de estigma<sup>14</sup> e suportados por políticas sociais para uma transição sustentável ao indivíduo e ao país que o recebe é o cerne deste estudo, que objetiva pensar no empreendedorismo social e coletivo como forma de intervenção social para o que aponto como (re)integração produtiva e sustentável dos refugiados, posto que eles precisam reencontrar seu ponto de equilíbrio já que de alguma forma estavam integrados em um lugar de origem.

Assim, esta dissertação tem por objetivos gerais avaliar de que forma a sociedade hoje pode apoiar os refugiados na construção de um projeto de vida que o dignifique e promova o seu bem-estar social para a reintegração produtiva e sustentável. Cabe assim avaliar de que forma as sociedades, hoje, pensam políticas de inclusão que beneficiem o refugiado no seu processo de integração no seu novo conjunto social.

Neste trabalho começo abordando na primeira parte o panorama relativo ao direito internacional do refugiado e o debate por uma cidadania universal, já que a proposta desta dissertação passa pelo questionamento que muito se têm hoje sobre a diferença essencial entre a luta pela sobrevivência e o direito a viver de forma digna e sustentável. Considerando, assim, que o desafio hoje no mundo não pode mais se restringir a impedir que as pessoas se desloquem, mas um desafio ainda maior que é o de promover a criação de modelos globais inovadores e sustentáveis de assistência para a inclusão social e econômica dos milhares de refugiados através do acolhimento social e seguidamente de um acolhimento para participação destes em soluções para a geração de trabalho e renda. Bom para o indivíduo em processo de integração, bom para o país que o acolhe.

Neste contexto, sigo com a perspectiva de qualificar o empreendedorismo social como uma ferramenta importante para apoiar os refugiados a se qualificarem para acessar um projeto de vida produtivo, justo e sustentável. E, para tanto, começo pela análise do que seria o básico para a sobrevivência de um indivíduo com status de refúgio, de requerente de asilo ou de proteção humanitária subsidiária: um abrigo seguro, o domínio básico da língua local e acesso a um trabalho digno.

No livro *Desigualdade Reexaminada* de Amartya Sen (2001) sua ideia fundamental é colocar em perspectiva a máxima de que a vida de qualquer pessoa é valiosa por si só e que certas coisas são valiosas a cada um por si mesmas, como estar livre de doenças, como poder escapar da morte prematura, estar bem alimentado, ser capaz de agir como membro de uma comunidade, agir livremente e não ser dominado pelas circunstâncias e ter oportunidades para desenvolver suas potencialidades para viver de forma produtiva e sustentável.

Nesta linha de pensamento, considerarei como base de análise para a minha pesquisa dois projetos de intervenção social para a inclusão de refugiados como estudo de caso para ilustrar melhor a forma como esta intervenção se faz possível. Um dos projetos foi desenvolvido no Brasil,

---

<sup>14</sup> Conceito de estigma

na cidade do Rio de Janeiro, onde já tenho uma vivência com este tipo de projeto junto à populações vulneráveis; e o outro é de Portugal, país onde fui buscar mais conhecimentos a respeito de boas práticas para a integração de refugiados diante da oportunidade do Programa de Mestrado escolhido para pensar a respeito das minhas questões relacionadas a este tema.

Neste contexto, a minha ideia é poder contemplar projetos para que possam ser assumidos como boas práticas enquanto ferramenta de inclusão social e produtiva, capaz de viabilizar um impacto local positivo, promovendo, assim, a reprodução de ações sociais globais; adequadas a um processo de acolhimento e integração social e econômica sustentável do refugiado e da comunidade que o acolhe.

# Parte I – Enquadramento Teórico

---

## CAPÍTULO I. O MOVIMENTO GLOBAL PELO INDIVÍDUO COM STATUS DE REFUGIADO

### 1.1. A crise migratória como sinônimo de oportunidade: contexto contemporâneo

Pensar a população refugiada como responsabilidade compartilhada num nível mundial é uma necessidade. É importante dar atenção ao que já se colocou como consenso em receber refugiados como o maior dos problemas e daí apontar como uma questão de crise humanitária. Segundo o Pós-doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Notre Dame (EUA), professor Gilberto M. A. Rodrigues, há um grande equívoco no tratamento desse tema pela grande mídia, cujo foco tem sido mais os discursos convenientes e as posições resistentes de governos europeus, e menos a pressão sobre os países em desenvolvimento e a condição das vítimas dos conflitos armados e de violações massivas de direitos humanos.

Nos termos da Convenção de Genebra de 1951 e da política global para refugiados sob amparo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), as soluções para refugiados são de dois tipos: soluções temporárias e duradouras. Elas passam pelo exercício do Direito Internacional dos Refugiados e pela responsabilidade moral de países que contribuíram com a própria crise. E elas passam, também, pelo exercício do princípio da solidariedade internacional.

Solidariedade esta que está sendo discutida como projeto de política na Europa. tive a oportunidade de estar presente durante a Conferência “Opening up to the Era of Social Innovation”, que aconteceu nos dias 27 e 28 de novembro de 2017, na sede da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Foi a conferência europeia de inovação social que teve como tema central as «Novas Perspetivas para a Inovação Social».

A conferência foi uma iniciativa da Comissão Europeia e do Governo Português, que juntamente com a Fundação Calouste Gulbenkian organizaram esta que foi considerada a primeira grande conferência do empreendedorismo social na Europa. O Governo Português tem demonstrado empenho com relação às políticas de apoio à inovação social e ao empreendedorismo, sendo, atualmente, destaque por ser o único país Europeu a usar o fundo social Europeu para a inovação social e o sétimo país neste tipo de investimento.

Esta conferência teve como proposta central impulsionar a inovação social na Europa. Além dos debates em torno da ideia de se buscar alternativas para a construção de uma Europa mais inclusiva, solidária e inovadora, foi uma oportunidade para se promover projetos e iniciativas que tornam possíveis a construção de políticas mais inclusivas, que salientam ainda a importância da cooperação entre diferentes setores – governamental, não governamental e privado. Para tanto,

grande esforço foi feito para reunir autoridades nacionais e fundações de toda União Europeia afim de apoiar tanto os empreendedores sociais nesta era de transição, quanto os seus investidores.

Um encontro de alto nível que envolveu 132 oradores especialista no assunto, uma exposição com alguns projetos que têm destaque hoje enquanto inovação social e mais de 1.400 participantes, incluindo cientistas de diversas universidades; os próprios empreendedores sociais; representantes da sociedade civil; formuladores de políticas nacionais e regionais; assim como atores regionais, municipais e locais, financiadores de inovação para o empreendedorismo social, filantropos, investidores, estudantes e políticos, incluindo o Presidente da República, o Primeiro-Ministro de Portugal, além dos prefeitos das cidades de Lisboa, capital portuguesa, e Paris, a capital francesa. Momento importante para a Europa e para mim enquanto pesquisadora do tema de integração social através do empreendedorismo social.

Logo no discurso de abertura a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão, trouxe à pauta a perspectiva do novo paradigma social e econômico para uma política em busca de sustentabilidade social: *“inovar não é apenas uma coisa para empresas, é também, hoje, um imperativo para as organizações públicas e para as entidades sociais”*<sup>15</sup>. Colocou ainda que a ideia não visa privatizar o apoio ao serviço social, não é desresponsabilizar o Estado na sua função social, mas, pelo contrário, é responsabilizar o Estado ainda mais pelo seu apoio aos empreendedores que trabalham pelos velhos e novos problemas sociais. A ideia é tornar o investimento em inovação social uma ferramenta para reduzir a pobreza.

A sessão de abertura teve o cuidado de esclarecer o esforço e cuidado da Europa para encarar os desafios atuais de forma diferenciada e não perder o que construiu nos últimos 70 anos, quando “se tornou um continente de paz, liberdade e da prosperidade partilhada”, nas palavras do primeiro-ministro, António Costa. O primeiro-ministro afirmou que a solução não é a Europa se fechar. E, apontou que o clima de medo vem provocando radicalismos e xenofobia e por isso mesmo o momento é de se criar um modelo de programa de paz através do empoderamento individual para que todos tenham um lugar no mundo.

O discurso do primeiro-ministro foi seguido pelo discurso do presidente da Comissão Europeia, Jean Claude Juncker, que colocou a necessidade de se fazer a ponte entre o empreendedorismo social e o atendimento às necessidades básica das pessoas, como o trabalho digno. Ambos os discursos deram eco ao discurso de Carlos Moedas, Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, que afirmou que “a inovação social vai restituir o sentido de propósito à Europa”.

---

<sup>15</sup> Intervenção da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa de Portugal na Conferência “Opening Up to na Era of Social Innovation”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 27/11/2017. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=00948c7f-08c1-4228-b1a2-7783657e8ea7>

O tema da inclusão social dos refugiados foi um dos mais presentes ao longo dos dois dias de Conferência, assim como o tema sobre o envelhecimento da população europeia.

O projeto que eu destaco que vem ao encontro do propósito desta pesquisa é o projeto finlandês, “The home in Finland”, um projeto para a promoção da integração e participação dos imigrantes de forma produtiva e sustentável na sociedade finlandesa. Produtiva para incrementar a economia e sustentável para garantir o seu projeto de paz.

O projeto visa o desenvolvimento de serviços de integração de alta qualidade para as fases posteriores ao processo de integração cívica do migrante refugiado. E tem como propósito transversal promover o que o atual programa de Governo considera um dos pilares para a sustentabilidade de uma sociedade em mudança: um debate aberto sobre uma política de migração para a promoção de uma cultura de discussão nacional tolerante e humana, que não tolerará o racismo.

O governo da Finlândia quer encorajar o debate aberto sobre a política de migração, porque em contra partida acredita que a migração traz para o país talentos internacionais que podem ser aproveitados para criar novos empregos e estimular o empreendedorismo e a inovação. O que, por sua vez, promove o crescimento de negócios e a sua internacionalização. O projeto funciona com base em dois subprojetos:

- O subprojeto “The Good Path”, que visa ampliar as atividades dos serviços públicos de fronteiras para treinar os especialistas em integração que trabalham no próprio setor público e dentro das ONGs associadas ao projeto sobre a própria questão da integração e a necessidade de se desenvolver redes e processos integrados entre os setores administrativos facilitando os processos de integração dos imigrantes;
- E, o subprojeto “Good Start”, que funcionam ainda como projetos piloto nos diversos postos de serviço de atendimento ao imigrantes de forma a adotarem um modelo de serviço para o atendimento aos imigrantes adultos em fase inicial de integração. Esse modelo de serviço consiste na orientação e aconselhamento a partir de uma avaliação inicial vocacional, linguística, além da avaliação de habilidades para o encaminhamento de treinamentos específicos para a integração inicial.

O projeto faz parte do programa governamental de integração da Finlândia coordenado pelo Ministério do Emprego e da Economia que tem hoje como maior desafio de integração o aumento do número de requerentes de asilo no país. O objetivo é garantir a igualdade de acessibilidade aos serviços oferecidos pelos municípios, escritórios locais de emprego, escritórios econômicos e ONGs e o aumento da cooperação entre o Estado e os municípios na recepção dos beneficiários da proteção internacional. Os resultados obtidos nesta fase piloto irá desenhar uma proposta de modelo nacional de integração de imigrantes na Finlândia e, posteriormente, poderá ser apresentado novamente como projeto modelo a qualquer país que esteja engajado no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a intervenção social e integral dos refugiados.

Nesta conferência, foram apresentados outros projetos relativos a integração social como a plataforma social que coloca os refugiados em contato possibilitando a formação de uma rede social onde é possível que os refugiados troquem informações e se ajudem, possibilitando uma fase de adaptação mais tranquila. Este é um projeto realizado em Berlim, na Alemanha, desenvolvido por um alemão e um sírio, o projeto batizado de *Let's Integrate*<sup>16</sup> é uma rede social que media a integração entre europeus e refugiados. Neste caso, estamos a falar de uma plataforma que tem como foco a comunidade de Berlim, que tem na sua base de reconstrução pós queda do muro de Berlim o zelo pelo respeito ao próximo e a diversidade. Berlim é reconhecida como uma cidade aberta, democrática, centro de uma economia criativa<sup>17</sup> e de muitos coletivos, ou seja, uma plataforma que atende ao perfil do cidadão de Berlim e ao imigrante que buscou esta cidade.

A ideia é que os usuários escolham um perfil, se identificando como “local” para os alemães e “não-local” para os refugiados. Com o objetivo de que as pessoas se reconheçam e se identifiquem a partir de interesses comuns, a ideia é que locais e refugiados possam trocar informações sobre seus próprios interesses, quando, então, poderão trocar se encontrar pessoalmente e depois irão poder até mesmo se encontrar para trocar ideias e experiências e quem sabe para até mesmo pensarem em projetos comuns para a geração de trabalho e renda.

Na mesma perspectiva, Portugal também já tem a sua plataforma de apoio ao refugiados. A PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados – é uma iniciativa que está a ser liderada por Rui Marques, presidente do Instituto Padre António Viera<sup>18</sup>. Em poucos dias já juntou um número considerável de instituições sociais interessadas em receber refugiados: <http://www.refugiados.pt/>. No Brasil ainda não há uma iniciativa desta mas na entrevista com a coordenadora da Caritas do Rio de Janeiro ela revelou que há um projeto em desenvolvimento para a construção de um tipo deste de plataforma com foco na integração da comunidade de refugiados. Mas somente agora o Brasil está realmente passando por uma fase de fluxo de refugiados em massa e, para tanto, iniciativas do gênero começam a ser projetadas acompanhando inclusive as boas práticas de projetos já funcionamento.

Perceber de que forma e por quê ambos os países procuraram se antecipar em formular ações que previnam maiores conflitos entre a população migrante e a população local já insatisfeitas com o desempenho econômico, político e social dos países em questão é parte do contexto histórico

---

<sup>16</sup> Fonte:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2016/03/02/interna\\_tecnologia,520263/nova-rede-social-promete-facilitar-a-integracao-entre-europeus-e-refug.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2016/03/02/interna_tecnologia,520263/nova-rede-social-promete-facilitar-a-integracao-entre-europeus-e-refug.shtml)

<sup>17</sup> De acordo com o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, “economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico”. Conceito extraído do sítio oficial do SEBRAE instituição referência em capacitação de empreendedor, incluindo o empreendedor social.

< [http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia\\_criativa](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia_criativa)>

<sup>18</sup> Fonte: <https://www.publico.pt/2015/09/04/sociedade/noticia/nasceu-a-plataforma-de-apoio-aos-refugiados-e-sabina-deu-a-cara-por-ela-1706862>

de ambos os países que tem a formação do seu terceiro setor numa origem das ações humanitárias originados da ação principalmente da Igreja Católica, em ambos os países, base de estruturação política da ambos os países, inclusive.

De acordo com Pedro Hespanha (2000), as primeiras formas históricas de ação assistencial ocorridas em Portugal decorrem do período medieval originadas da ‘ajuda caritativa’ e ‘ajuda mútua’. Pensar que o Brasil enquanto origem de colonização portuguesa me faz pensar que não à toa muitos projetos de intervenção social no Brasil também têm origem no trabalho da Igreja Católica, que também marca a origem de um processo de ações humanitárias que são até hoje de grande relevância nas regiões mais carentes e isoladas do Brasil, como a Amazônia. No Amazonas, as instituições ligadas à Arquidiocese tem papel fundamental para apoiar a população que vive a extrema pobreza, seja na capital, seja nos territórios mais difíceis de acessar sem ter a ajuda do Exército do Brasil.

O projeto português, de iniciativa do núcleo para refugiados do Alto Comissariado para Migração (ACM) de Portugal, tem objetivos similares ao projeto brasileiro, com foco na criação de auto emprego para que se possa viabilizar uma integração no país de forma alternativa. Com sede na cidade de Lisboa, o projeto surgiu face aos novos acordos entre os países europeus para absorver os refugiados num projeto de recolocação de emergência em 2015, quando Portugal aceitou receber até 4.500 refugiados/requerentes de asilo.

Portugal também não era até então o destino final de escolha primária dos refugiados que queriam acessar os países mais ricos da Europa para reconstruir suas vidas. Mas com a crise migratória do Mediterrâneo, após sucessivos episódios de tragédias que envolviam os barcos de travessias para acessar o continente europeu, Portugal manifestou, em 2015, face à proposta da Comissão Europeia de recolocação de emergência de 120 mil refugiados, o acolhimento de até 4500 requerentes de proteção internacional.

Não há mais destino preferido, há agora destino possível para os milhares de refugiados que só querem acessar um lugar seguro para se instalar e ser autorizado pelo país de refúgio a acessar todos os direitos para se construir um novo projeto de vida. Um projeto de vida que atenda aos desejos e necessidades básicas do indivíduo. Para tanto, vamos ainda considerar o direito básico à vida, garantido segundo Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Existe um questionamento sobre falar de projeto de vida relacionado principalmente a indivíduos em situação de vulnerabilidade. Se seria adequado falar em projeto de vida para estes indivíduos que em princípio a única escolha foi fugir do seu lugar de origem. E neste momento em que o mundo passa por muitas transformações e crises o número de indivíduos em situação de vulnerabilidade cresce a cada dia, seja pela situação de pobreza, seja por estarem em territórios em estado de guerra.

Assim, avaliar como é que os novos cenários da globalização, suas novas arenas de debate e seus novos mecanismos de participação repercutem, hoje, e tendem a repercutir na construção de

novas políticas públicas locais de forma a promover projetos de empreendedorismo social para apoiar os refugiados na construção de novo projeto de vida digno e sustentável é o objetivo deste estudo. Digno porque o apoio moral da sociedade é o primeiro passo para a restauração da empatia humana e, conseqüentemente, sustentável porque somente com o apoio da sociedade é possível criar um projeto de vida para pessoas em situações de vulnerabilidade.

## ***1.2. A sociedade civil organizada na construção de um movimento social global pela intervenção social junto ao indivíduo com status de refugiado***

*“Uma pessoa não se torna refugiado por que é reconhecida como tal, mas é reconhecida como tal porque é refugiado.” (ACNUR)<sup>19</sup>.*

Era o ano de 1951, paralela à criação da ACNUR, pensada no âmbito da necessidade de se institucionalizar de forma universal a defesa e o controle migratório daqueles que eram forçados por algum motivo a deixar seu país, sua família, sua casa, sua comunidade, seu trabalho e toda rede de apoio que se cria ao longo da vida de uma pessoa, foi instituída para dar seguridade ao indivíduo no contexto pós Segunda Guerra Mundial. A criação de uma Agência reguladora das Nações Unidas para tratar da defesa dos refugiados se fazia necessário tanto quanto a criação de um Estatuto que melhor determinasse a condição do indivíduo enquanto refugiado.

A ACNUR surge, assim, no âmbito da necessidade dos países integrantes das Nações Unidas de dar conta destas que são questões fundamentais para tratar dos indivíduos com necessidade de refúgio. E, para dar conta dessa questão, era preciso zelar inclusive de duas questões fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estão diretamente associadas a questões dos indivíduos em situação de refúgio:

*Artigo 1º:*

*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.*

A democracia é um dos conceitos de reflexão mais debatidos no âmbito das Ciências Sociais, desde o homem do século XVII até o jurista moderno baseado nos princípios da igualdade, liberdade e da fraternidade. Podemos afirmar que o grande desenvolvimento do pensamento democrático ocorreu nos séculos XVII e XVIII, com o aparecimento dos trabalhos de John Locke, Montesquieu e Jean Jacques

---

<sup>19</sup> ACNUR. Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado: de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados, p. 10, parágrafo 28.

Rousseau, sendo que apenas este último manteve uma posição estritamente democrática, tal como entendemos hoje; em que defende a ideia do Direito como obra da sociedade, objeto da razão, construção racional – estabelecendo normativamente as regras sociais. Para Rousseau<sup>20</sup>, o direito individual é a forma de dar ao indivíduo destaque dentro da sociedade, maneira pela qual ele obtém sua expressão social.

O estudo da democracia tem enorme relevância para a compreensão da proveniência dos direitos políticos, que, por sua vez, serão relevantes para o esclarecimento do indivíduo de que ele tem direito aos Direitos. Afinal, os direitos políticos expressam, nada mais, que a necessidade de que se tinha de se institucionalizar a conquista da participação (escolha de representantes, aprovação de leis, etc.). Elucidando, assim, o indivíduo do seu direito de reivindicação pelo exercício da parcela de poder possuído por cada indivíduo de uma sociedade de regime de política democrática. Uma vez em contato, a democracia e o pleno exercício dos direitos políticos, consolidam a cidadania.

A década de 1990, por sua vez, retrata a necessidade das décadas anteriores de garantirem essa ordem democrática para uma vida pública participativa, e a reboque surgem novas organizações privadas sem fins lucrativos trazendo perfis e perspectivas de atuação social muito diversas, proporcionando ao termo ONG – Organização Não Governamental – a sua utilização por um conjunto grande de organizações, mas que muitas vezes não guardam semelhanças entre si. O que não significa enfraquecimento pelo movimento organização da sociedade civil, muito pelo contrário, é a chance de se garantir a diversidade e a união do indivíduo como cidadão possuidor de direitos a serem atendidos e reclamados, buscando soluções que possibilitem o fortalecimento cívico em torno de uma agenda pública mais igualitária.

Na literatura brasileira, a expressão “ONG” teria surgido em meados dos anos 80. De acordo com Rubem César Fernandes, antropólogo e força atuante do terceiro setor no Brasil, ONG era chamada na época de “micro organizações não governamentais sem fins lucrativos”, na tentativa de definir as organizações que realizavam projetos junto aos movimentos populares com objetivos de promoção social.

No Brasil, a expressão era habitualmente relacionada a um universo de organizações que surgiu, em grande parte, nas décadas de 1970 e 1980, apoiando organizações populares, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social. Em sintonia com as demandas e dinâmicas dos movimentos sociais, com ênfase nos trabalhos de educação popular e de atuação na elaboração e controle social das políticas públicas, surgem as primeiras ONGs com o objetivo

---

<sup>20</sup> Sobre o tema, já comentou Rousseau que o povo jamais pode renunciar ao exercício da soberania popular por derivarem do seu exercício e da sua defesa dos direitos políticos (espécie do gênero direitos humanos fundamentais).

de organizarem seu papel junto a sociedade e, assim, lutar pelos seus direitos seguindo com esta missão até os dias de hoje.

Segundo a ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, no âmbito mundial, a expressão foi empregada pela primeira vez no ano de 1950 na Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, com o uso da denominação em inglês “Non-Governmental Organizations (NGOs)”, para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais.

A expressão “Organização Não Governamental” foi empregada pela primeira vez no ano de 1950, pela ONU (Organização das Nações Unidas), para fazer referência às organizações civis que não tinham nenhum vínculo com o governo, mas desempenham papel importante na ONU.

*“O Conselho Econômico e Social poderá entrar em entendimentos para consultar organizações não governamentais que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o membro das Nações Unidas interessado no caso”.* (Artigo 71º da Carta das Nações Unidas)

Os processos de reprodução sociocultural ganham dimensões políticas, de forma que as associações civis absorvem iniciativas sociais difusas e as encaminham ao espaço público para o embate político. As associações e os movimentos sociais incorporam novos temas e colaboram para a ampliação da agenda pública, desempenhando, assim, papel fundamental na construção de um espaço público mais democrático.

E, é essa a grande diretriz da argumentação desse trabalho: de que novos movimentos sociais têm surgido na intenção de se atuar no sentido de se estabelecer um novo equilíbrio entre Estado<sup>21</sup> e sociedade civil<sup>22</sup>, bem como no interior da própria sociedade civil no que diz respeito as relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados. A respeito dessas classes dominadas, discutiremos a problemática abordada por Ilse Scherer-Warren e Evelina Dagnino sobre a questão do autoritarismo social, que desafia a efetiva democratização da sociedade e que implica na efetiva participação da esfera pública. Ou seja, desfavorecendo, assim, a condição de integração dentro da esfera pública idealizada pelo homem moderno e contemporâneo: a participação.

---

<sup>21</sup> Aqui entendido como o campo da política institucional: do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação.

<sup>22</sup> Campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho.

Para Hebert de Souza, o Betinho, importante sociólogo brasileiro na promoção do Terceiro Setor no Brasil, na década de 90, “o não-governamental não veio por acaso. De alguma forma, as ONGs constituem a crítica moderna aos fracassos e descaminhos do Estado e às deficiências de instituições clássicas como os partidos, sindicatos, empresas, universidades, que se submeteram ou se acomodaram à dinâmica do mundo oficial, entrando na órbita do capital e do Estado”.

Ainda segundo Betinho, “as ONGs do primeiro mundo foram mais solidárias e universalistas que as instituições oficiais (...). Ao serem capazes de verem a cara humana ou desumana do desenvolvimento, foram capazes de também ver suas consequências (...). No chamado terceiro mundo, as ONGs – vivendo as consequências do capitalismo, que se apresentava em sua forma civilizada no primeiro mundo, como o liberalismo e o social-liberalismo, e em sua forma primária no terceiro mundo, como as ditaduras militares e os autoritarismos de todo tipo – foram mais contra governamentais que não-governamentais. Tiveram que viver na margem, contra o rumo da ordem”.

Mesmo depois de anos, no contexto de uma democracia política e convivendo com a ordem capitalista, continua Betinho, “sem fins de lucro, as ONGs não se ligam ao mercado, mas à sociedade. Suprapartidárias e supra religiosas, as ONGs não se submetem à lógica de nenhum poder ou hierarquia e afirmam nessa mesma medida seu equivalente à cidadania no plano político e social”.

Segundo relatório especial para o Senado sobre Organizações Não Governamentais, o consultor legislativo José Roberto Bassul Campos (1999), esses valores estão reconhecidos pelo próprio texto constitucional de 1988, que, em várias passagens, assegura a participação de entidades representativas na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas. As normas os arts. 29, XII; 198, III; 204, I; e 206, VI, as quais, ao lado de outros dispositivos da própria Constituição Federal, das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais, conferem às ONGs expressivo papel de representação da sociedade.

Assim, em mais uma tentativa de definição, ONG seria um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania.

Mas também poderia ser, como propõe Domingos Bernardo Sá, uma “pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, prestadora de serviço público”. Ou ainda, no dizer de Valdemar de Oliveira Neto, um “canal de participação das classes médias na esfera pública, exercendo as funções de tradução e articulação dos interesses e demandas dos setores populares nas arenas institucionais de confronto e negociação dos conflitos sociais”.

Acima de tudo, o importante é ter entendido que as entidades intituladas de “terceiro setor”, tem uma razão maior além de qualificações, necessárias á ordem social, sendo assim mais que intituladas de OS's e OSCIP's, são entidades, que desde às suas intenções de associações, fundações, sindicatos e cooperativas têm como grande valor a prática social e o que se prioriza, hoje, são a forma como as

entidades estão dando um passo para uma mudança estrutural na sociedade civil como agente ativo das mudanças em relação ao bem-estar social.

O Brasil vive, atualmente, um quadro político-social de descobertas e cobranças positivo. Não podendo perder de vista que nos entendemos hoje como uma sociedade que vive a descoberta das leis e do Direito, e que convive ainda com a incivilidade cotidiana repleta de violência, preconceitos e discriminações, além de um mal que realça todos esses problemas: a falta de informação. O Terceiro Setor hoje, busca, então, principalmente contemplar os direitos humanos fundamentais, pois, no Brasil, muitos são os que se sentem excluídos não por questões étnicas, raciais, sexuais, religiosas, dentre tantas outras, mas pelo simples fato de não ter acesso à informação, que os impedem, de muitas formas, participar, de fato da esfera pública.

Ainda somos reféns de uma espantosa confusão entre direitos e privilégios, em que a defesa de interesses privados sufoca os interesses públicos e comuns a toda sociedade. E, assim, ainda ficamos sujeitos à “*uma relação paradoxal entre a prescrição de uma igualdade jurídica que é acenado para o indivíduo e a geração da desigualdade a qual ele é submetido na sua capacidade econômica*”, equação essa apontada por Richard Bendix, em *Nation-Bilding and Citizenship* (1969) e citada pela socióloga Ângela Paiva no ensaio, *Modernização e Desigualdade no Brasil*, 2004.

Mas não podemos reduzir essa esquizofrenia social ao âmbito econômico, afinal constituímos uma nação cujo sistema político é de regime democrático e o nosso maior propósito é crescer, desenvolver, ampliar esse regime da maneira mais democrática possível, ampliando cada vez mais a nossa esfera pública e possibilitando a participação cada vez maior da sociedade como um todo através de associações que nos levem a agarrar nossos ideais tão próximos a simples contemplação da nossa Constituição de 1988.

Então, nossa maior missão deve ser a busca pela dominação e entendimento dos nossos direitos, de forma a conquistarmos soluções. É preciso, por fim, estarmos cientes de que a sociedade civil organizada tem um papel fundamental no reconciliamento da ordem social, mas é preciso estarmos cientes também de que ela não é a solução automática para todos os nossos males. De certo, tanto Brasil quanto Portugal vivem uma democracia que agoniza mazelas de um quadro clínico crítico, infectada por uma cultura política que sempre assumiu um caráter de distanciamento em relação a coisa pública, mas é preciso aproveitar esse quadro positivo de descobertas de leis e direitos favoráveis a coisa pública, ao indivíduo como cidadão possuidor de direitos a serem atendidos e reclamados, e buscar soluções que possibilitem o fortalecimento cívico em torno de uma agenda pública mais igualitária. E associar quer dizer brigar pelo que acha correto possuir.

Com efeito, o problema que nos ensurdece e que fomenta a essência dos movimentos sociais para a construção de uma sociedade civil organizada não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Pois, então, não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, mas sim saber qual é o modo mais seguro para garanti-los, impedindo que eles sejam continuamente violados. E, para isso é preciso

que se faça compreender que a exigência do “respeito” aos direitos humanos e às liberdades fundamentais nasce da convicção partilhada universalmente.

As primeiras palavras com as quais se abre a Declaração Universal dos Direitos Humanos estão carregadas da ideia jus naturalista de que todos nascemos livres e iguais em dignidade e direitos por natureza. Todavia, a questão é que a Declaração apenas conserva uma utopia vislumbrada pelo homem moderno, porque os homens, de fato, não nascem nem livres, nem iguais. Norberto Bobbio no livro “A Era dos Direitos” enfatiza a questão sobre os fundamentos dos Direitos do Homem afirmando “*que o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais de fundamentá-los, e sim o de protegê-los.*” Bobbio, refletia ainda sobre a liberdade de ação dos homens livres: “*A liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser.*”

Essa afirmação de Bobbio, de se ter um ideal a perseguir, valores a serem relevados e o dever ser, já denuncia a necessidade de se homogeneizar tanto o comportamento quanto as próprias diferenças, o que prova que o próprio reconhecimento das diferenças e a aceitação das escolhas já é um grande desafio, tanto para quem aceita, quanto para quem assume. E o reconhecimento dessas diferenças é o que estabelece as formas de conflito.

É a negociação da realidade, a partir das diferenças; consequência do sistema de interações sociais sempre heterogêneos e com potencial de conflitos. É a construção de um sistema de reciprocidade como condição de negociação constante para garantir a tolerância e, conseqüentemente, manter a ordem social.

## **CAPÍTULO II. A INTERVENÇÃO SOCIAL PARA O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO**

### ***2.1. O refugiado e o direito à participação do espaço público: por um projeto de vida participativo***

Neste capítulo vamos fazer uma reflexão sobre a promoção de uma cidadania participativa do indivíduo com o status de refugiado para a sua inclusão social de forma integral, produtiva e sustentável. Neste contexto, traçamos a importância do incentivo à participação de todos aqueles que recebem a permissão de residência num país para o fortalecimento da cultura democrática na vida cidadina de cada nação que se constitui com Estado Democrático de Direito.

Hoje, os países que alocam os refugiados estão muito preocupados que as cidades sofram com um processo de aculturação por conta da grande mistura provocada pela entrada em massa de refugiados de diferentes culturas. Porém, uma das questões que este trabalho tem para apresentar é a lembrança de que a entrada de refugiados num país também estimula a economia nacional por diversos fatores, entre eles porque o próprio deslocamento da zona de conforto para enfrentar uma nova realidade já demonstra por si só grande empenho de empreender suas próprias vidas.

Os indivíduos que se deslocam, mesmo que pela força das circunstâncias são indivíduos dispostos a trabalhar para melhorar suas vidas e de suas famílias. Esses indivíduos carregam forte espírito empreendedor e estão abertos ao manejo do intercâmbio intercultural de saberes para trocar conhecimento e experiências vividas em seu país de origem com a comunidade do país que o recebe. Num mundo globalizado, a mitigação destas questões passa pela mudança de percepção de países como Portugal e Brasil enquanto países de acolhimento. Países que, por sua vez, estão dispostos a criar mecanismos que viabilizem a integração desta população.

Esta integração deve se dar principalmente pela integração através do trabalho. Mas antes disto vem a integração pelo idioma e costumes locais para que em diálogo com os costumes de origem de cada imigrante refugiado se torne uma integração mais leve e segura. O idioma, por sinal, é um recorte muito importante para que os refugiados possam acessar informações para que tenham acesso aos seus direitos de fato e para que possam, principalmente, ter acesso a oportunidades de trabalho, seja como empregado, seja pelo auto-emprego favorecido pelo empenho como empreendedor. Porque até para que participe de um movimento de coletivo empreendedor o idioma será uma chave importante para a sua entrada nesta rede de apoio produtivo.

Mas carregados ainda de estigmas os indivíduos refugiados têm dificuldade de se sentirem um cidadão local. Apesar da defesa explícita a este direito na Declaração de 1951 estarem alinhados com as constituições dos países democráticos que se abriram para receber os refugiados, os códigos sociais relativos as necessidades básicas terminam por se perder meio à dinâmica de impedimento de integração social real, que passa por exemplo pela capacidade do refugiado de poder escolher um trabalho digno e não degradante. E na falta de ser capaz de se comunicar de forma plena e de não conseguir acessar o mercado de trabalho forma, os refugiados ainda ficam suscetíveis a trabalharem de forma degradante pela falta de possibilidade de escolha. É trabalhar ou passar fome.

Nesse sentido, o diagnóstico de Nancy Fraser é pontual e crítica a necessidade de se envolver todos os grupos sociais agrupados numa mesma comunidade e defende que “(...) o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social. O não reconhecimento, conseqüentemente, não significa depreciação e deformação da identidade de grupo. Ao contrário, ele significa subordinação social no sentido de ser privado de participar como um igual na vida social”. (Fraser, 2007, p.107)

Para isso, faço necessário falar de questões que levam ao estigma desses indivíduos em situação de vulnerabilidade política, econômica e social; trago aqui a discussão teórica sobre cidadania, sociedade civil e a formação dos movimentos sociais, assim como o arcabouço legal para o seu reconhecimento.

Começamos, então, reconhecendo que o estudo sobre a democracia pressupõe que se considere os direitos civis e políticos assegurados pelas constituições dos países que se constituem enquanto Estado de Direito e por serem signatários da Convenção da ONU de 1951 devem

considerar que devem zelar a proteção dos direitos destes indivíduos enquanto sociedade que os acolhe, alinhados aos Direitos Humanos Universais.

Os direitos, hoje, se ampliam, cada vez mais, de forma que as mudanças na cultura política de uma sociedade chegam a apontar para a radicalização da democracia. E a mudança na cultura política pode, assim, ser considerada questão de mudança de uma cultura cívica. De modo que, hoje, começamos a perceber o desenvolvimento de uma outra perspectiva, de caráter culturalista, discutida por Liszt Vieira já em 1996, na publicação intitulada *Os Argonautas*, como uma nova forma de leitura para os estudos sobre a democratização. Vieira aponta para o acompanhamento dos processos culturais, pois para ele “(...) a democratização não se dá em um vácuo, ela deixa de ser abordada como fenômeno relacionado exclusivamente com as instituições políticas e passa para o terreno das formas de ação social que garantiriam a democracia ao longo de um processo de modernização societária” (Vieira, L. *apud* Avritzer, 1996, p.140).

Vieira (1996) no mesmo estudo chama a atenção para o fato de que, nessa perspectiva, a democratização deixa de ser passageira e funcional para ganhar forma permanente com processo de ajuste entre legalidade e legitimidade, entre a moral e a lei. E com essa nova interpretação se abre a brecha necessária para o reconhecimento dos movimentos sociais e das associações da sociedade civil legitimando sua presença na esfera pública.

No caso da nova Lei de Migração do Brasil a nova legislação é vista como avanço por se orientar pela carta universal dos direitos humanos e não considerar mais o imigrante como uma ameaça à segurança nacional. Um significativo avanço em relação àquele Estatuto de 1980, criado ainda na época da ditadura militar, em que não permitia nem que os refugiados se associassem mesmo que de forma informal por considerarem ameaça ao país. Hoje sabemos que os indivíduos em situação de refúgio precisa se juntar ao grupo de indivíduos na mesma situação para além do apoio emocional, para o apoio prático da vida, que exige uma estrutura social e econômica que a maioria não dispõe e por isso mesmo se ajudam.

*“Se a gente desconecta as questões culturais e estruturais da vida dos refugiados participantes dos projetos, eles não conseguem dar conta do desafio e terminam por se isolar e não participar dos programas de integração social. Se eles não tiverem, por exemplo, ajuda para que alguém fique com os filhos enquanto realizam o curso de capacitação, eles simplesmente não vão conseguir seguir com a formação. E para isso eles mesmo buscam ajuda entre eles para que a vida funcione”,* afirmou a coordenadora de projetos da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, Nina Quiroga, em entrevista para esta pesquisa. Referência ‘entrevistado 2’ – Quadro 3 abaixo.

Os processos de reprodução sociocultural ganham, assim, dimensões políticas, de forma que a sociedade passa a protagonizar iniciativas sociais em torno dos direitos difusos, que as levam ao espaço público, como se verifica por exemplo nos programas de assistência social que as organizações da sociedade civil promovem, algumas com a ajuda governamental e de outras instituições não governamentais, como é o caso da presença da ACNUR nos países que recebem refugiados.

E, é dessa forma que a própria sociedade civil vai mobilizando os grupos em rede de uma forma bem orgânica à medida da necessidade e da demanda que se constrói diariamente. Colaboram, assim, para a ampliação da agenda pública através da participação em Fóruns e conselhos comunitários e temáticos – municipais, estaduais e nacionais –, desempenhando um papel pedagógico na afirmação dos direitos já declarados reafirmando assim a necessidade de desenvolvimento e ampliação de um espaço público mais democrático e participativo. Tendo sempre como referência uma constituição, bem como as constituições estaduais, as leis orgânicas municipais, seus Planos Diretores, quando os têm e no caso dos refugiados, os parâmetros das leis de migração, que nos casos de Brasil e Portugal têm na Convenção da ONU de 1951 a sua base estruturante.

Esta a grande diretriz da argumentação desse capítulo: novos movimentos sociais têm levado a uma nova relação entre Estado e sociedade civil, que produz importante impacto sobre a cultura cívica da cidade. Estado, aqui, entendido como o campo da política institucional – governo, partidos e aparelhos burocráticos de dominação; e, sociedade civil, como campo da organização social, que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado.

Como sustenta Vieira (1996), a sociedade civil, pode ser concebida como um campo de organização da vida social, simultaneamente voluntário, auto-regenerativo, largamente auto-sustentado, autônomo com relação ao Estado e só limitado pela ordem legal estabelecida ou pelo compartilhamento das regras do jogo. As suas organizações terminam por elencar causas e missões enquanto fórum de defesa dos sujeitos que apoiam; no caso dos refugiados essas organizações que atendem este público têm ainda que associar sua condição enquanto indivíduo vulnerável, em processo de transição de reconhecimento de direitos, para que possam ser elencados enquanto indivíduos de direitos apesar dos direitos locais para serem associados aos direitos universais que garantem inclusive o direito a um novo projeto de vida no país que o acolhe.

Ainda de acordo com Vieira (1996), a sociedade civil é, assim, uma entidade intermediária, situada entre a esfera privada e o Estado, que não apenas restringe o poder do Estado como legitima sua autoridade racional-legal. Ela comporta um vasto conjunto de organizações formais e de grupos informais de natureza variada: econômicos, como as associações comerciais e produtivas; culturais, como os grupos religiosos, étnicos, comunitários, defensores de direitos coletivos, valores, credos e símbolos; de informação e educação; profissionais de desenvolvimento, que visam à melhoria da

qualidade de vida orientados por problemas, como meio ambiente, questões de gênero e de outras minorias, consumidores, etc. Tais organizações comportam, ainda, mídia independente e organizações vocacionadas para a produção cultural e intelectual - universidades, teatros e institutos publicitários, por exemplo, que se encarregam de tornar transparente a divulgação desse processo.

Esta dimensão da sociedade civil relaciona-se com o Estado de várias formas, mas não almeja o exercício do poder formal ou sua inclusão no aparelho estatal. Antes, espera do Estado parceria, transparência e regulamentação da vida mercantil e social. Outro aspecto que a caracteriza diz respeito à sua diversidade e pluralidade, posto que, com algumas exceções, em geral nenhum grupo da sociedade civil representa todos os interesses, quer individuais, quer comunitários.

A sociedade civil se distingue, ainda, por ser autônoma não só em relação ao Estado, mas também em relação ao sistema partidário. Organizações e redes da sociedade civil podem formar alianças com os partidos políticos, mas, caso sejam cooptadas por eles, perdem a essência de sua razão de ser e dificilmente contribuem com eficácia para a consolidação da democracia.

A essa concepção, é importante acrescentar as observações feitas por Ilse Scherer-Warren (1996) e Evelina Dagnino (1994), que ressaltam a questão do autoritarismo social, que está profundamente enraizado na cultura brasileira e que está baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, desafiando a efetiva democratização da sociedade, na medida em que interfere na efetiva participação na esfera pública.

Segundo Dagnino (1994), vivemos numa sociedade na qual a desigualdade econômica, a miséria e a fome são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais, estabelecendo, assim, o que ela chama de autoritarismo social, que vem afirmar o nexos constitutivo entre as dimensões da cultura e da política.

Nesse sentido, Dagnino (1994) ressalta um ponto esquizofrênico do desenvolvimento da nossa esfera pública, que inibe o desenvolvimento da democracia: se, por um lado, incorporando as características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, para a ampliação do espaço da política, caminhamos de forma a garantir uma transformação cultural para a construção da verdadeira democracia; por outro lado, essas mesmas características asseguram a renovação de uma cultura autoritária de exclusão, que reproduz além das desigualdades nas relações sociais em todos os seus níveis, estimula, ainda, a relação entre dominante e dominado, colocado por Scherer-Warren (1996) como agente limitante da atuação dos diferentes sujeitos sociais dentro do espaço da esfera pública.

Segundo Ilse Scherer-Warren (1996) os movimentos sociais podem, assim, constituir espaços de conformação de uma nova sociabilidade, no sentido de que são efetivamente potenciais de transformação da sociedade para além da produção capitalista, ou seja, os “novos” movimentos sociais têm emergido de forma a atuar no sentido de estabelecer essa nova proposta de relação entre

Estado e sociedade civil, bem como no interior da própria sociedade civil, eliminando essas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Os “novos” movimentos sociais desenvolvem, assim, ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, se concentrando na construção de uma sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista, ou seja, livres de formas de dominação política e econômica, o que favorece a igualdade de participação de todo indivíduo na esfera pública, favorecendo um espaço político de fato democrático.

Dagnino (1994) lembra, ainda, que o objetivo aqui não é colocar a questão da democracia vinculada a um “reducionismo econômico”, mas, sim, o de ressaltar que as relações sociais na sociedade brasileira sempre estiveram tradicionalmente baseadas nesse autoritarismo social e buscar a sua eliminação constitui, portanto, desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade.

Em vários estudos, entre os quais ressaltamos o de Putnam (1996), onde se aponta, ainda, para a existência de uma correlação positiva entre desempenho institucional e comunidade cívica como fator fundamental para conformação da boa relação entre Estado e sociedade civil. Para esse autor, desempenho institucional refere-se ao “bom governo” - aquele governo democrático que não só é sensível às demandas de seus cidadãos, mas também age com eficácia em relação a tais demandas.

Quanto à ideia de comunidade cívica, Putnam afirma que “quanto mais cívica for uma comunidade, mais abertos e democráticos tenderão a ser os processos de decisão pública e de controle social” (Putnam, 1996: 133), revestindo-se, assim, de especiais condições, a saber: criação de condições para o desenvolvimento de um círculo virtuoso que envolve a participação cidadã, o despertar da consciência cívica e o acúmulo de capital social, fomentando, assim, uma espiral que realimenta a instauração de comunidades cívicas capazes de dar sustentabilidade à democracia política e social. Sua análise remete à dimensão cultural que, por seu turno, está condicionada à existência de um ambiente de confiança nas instituições, que é retroalimentado por uma cidadania participativa.

Nessas comunidades, os cidadãos apresentariam maior interesse pelas questões públicas, se manteriam unidos por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e a cidadania política implicaria direitos e deveres iguais para todos. Nessa medida, capital social diria respeito a características da organização social, como confiança e regras de participação cívica, que contribuiriam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.

Para isso é preciso ressaltar que a sociedade deve estar ciente não só dos seus direitos, mas dos seus deveres também. Assim, a grande questão que se coloca, então, no caso brasileiro para o desenvolvimento da cultura cívica refere-se às barreiras derivadas da desigualdade social, que ainda se reflete na capacidade de exercício da cidadania.

## ***2.2. Respostas Locais a inseguranças globais: o refugiado e o direito à cidade***

De acordo com os estudiosos da área da sociologia urbana a incorporação do debate da política urbana faz parte dos contextos democráticos que sugerem incluir na Constituição dos países democráticos um capítulo contendo um princípio fundamental que é a Função Social da Propriedade e da Cidade.

O ideário da Reforma Urbana tem por princípio contemplar, prioritariamente, as necessidades coletivas para a elaboração de políticas públicas mais justas. Assim, como Grazia de Grazia ressalta em seu trabalho,

“Os princípios elaborados pelo Movimento de Reforma Urbana, por demandarem medidas que podem atingir lógicas estruturais como a justiça social, exigem, por coerência, que o Estado retome sua função social e assegure, assim, os direitos urbanos e o acesso igualitário aos bens e serviços, isto é, que assegure o direito à cidade para todos, através da elaboração e implementação de instrumentos e mecanismos redistributivos” (De Grazia, 2003, p.55).

No caso do Brasil, aprofundar e radicalizar a democracia brasileira tem sido, portanto, ao longo das últimas décadas, um desafio para os governantes de todas as esferas institucionais e para os atores sociais envolvidos na busca de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, com a finalidade de aperfeiçoar a gestão democrática da coisa pública. Assim, a novidade do espaço público brasileiro na redefinição da ordem, no bojo da redemocratização, é, justamente, esse novo espaço de diálogo que propicia e cria novos canais de experiências participativas, como é o caso do Estatuto da Cidade, a ser evidenciado na agenda de debate do Senado da República Federativa Brasileira sobre a democracia participativa na questão urbana brasileira.

Já no caso de Portugal, foi na década de 70 que a necessidade de participação tomou consciência por parte da população no período de transição revolucionária no período entre 1974 e 1976. A participação surge como oportunidade para os setores mais pobres exercerem sua influência na tomada de decisão das políticas governamentais que diziam respeito aos seus interesses. Neste mesmo período, mas já nos anos 80, Portugal ingressa na Comunidade Econômica

Europeia (CEE) e toma para si a mobilização dos novos movimentos sociais, que culminaram com o entendimento do que era de fato participação política e social absorvendo assim a noção de sociedade civil.

Assim como o Brasil, a estrutura da sociedade portuguesa é marcada por regimes autoritários e pela forma como se fez a transição para a democracia, meio a momentos de rupturas e de lutas sociais para garantir o processo de democratização de fato. E a relação do Estado com a sociedade civil, que se construiu meio às contradições entre as novas e velhas estruturas político-sociais. A nação portuguesa teve, mesmo que de forma tardia, comparada à realidade do continente europeu, conseguiu neste processo conquistar a cidadania democrática e ativa, quando o cidadão “tem direito a ter direitos”.

Segundo Dagnino (1994), “a nova cidadania trabalha com uma redefinição da ideia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção do direito a ter direitos. Esta concepção não se limita a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e de sua prática concreta”. Cabendo muito bem ainda hoje no processo de fortalecimento da democracia através das suas práticas sociais que incluem o desejo e necessidade, mesmo que de forma ainda idealizada, de incluir os imigrantes refugiados dentro desta lógica. Mesmo que na esteira do momento de grave crise imigratória, que na Europa, em especial, Portugal, gerou uma onda de solidariedade para a inclusão dos refugiados enquanto cidadãos de direitos iguais aos cidadãos dos países que o recebem, ainda se faz necessária a organização global do que é conceder direito aos refugiados num país que os recebe.

Neste ponto, nos estudos de Marinucci e Milesi (2005) sobre migrações e uma possível cidadania universal eles lembram que acima de tudo neste momento é preciso cuidado para que na necessidade de atender protocolos não nos percamos meio ao que é mais importante, a proteção e o cuidado com aqueles que são obrigados a se deslocar seja lá o motivo. Os autores chamam a atenção e afirmam que é muito importante dar atenção às diferenças próprias de cada condição para as diferenças dos tipo de migrantes, mas é importante que não se isole o direito dos refugiados dos direitos dos migrantes econômicos para que não se crie uma casta privilegiada meio a milhões de migrantes explorados e vitimizados.

Temos, assim, a mais profunda convicção de que a democracia participativa é a mais importante conquista de um povo, que insere uma nação como um Estado Democrático de Direito. Coloca-se, portanto, a expressão “democracia participativa” em consonância com as novas tendências de nosso tempo, tanto no sentido do crescente abandono das vertentes autoritárias, da valorização da participação dos destinatários finais para a formação de uma conduta administrativa mais transparente; quanto no sentido da crescente adoção de modelos de colaboração, mediante a perspectiva da iniciativa popular ou de cooperação privada no desempenho das prestações

administrativas como forma de atribuição às instituições da sociedade civil, permitindo a sua participação ativa na gestão dos interesses públicos, que cabe bem no paralelo do desenvolvimento dos processos democráticos dos dois países que passaram por ditaduras políticas durante tantos anos seguidos, como é o caso tanto do Brasil, quanto de Portugal.

Dessa forma, tenho como objetivo aqui salientar que ambos os países considerados para o estudo em questão celebram processos de desenvolvimento democráticos diferenciados, porém, celebrados da mesma forma por histórias de conquistas na organização institucional de uma democracia participativa. Ambas nações ainda trabalham para alavancar elementos que colaboram para o processo de formação de uma cultura participativa, fundamental para se fazer valer a legitimidade do processo, assim como elementos que corroboram para as consequentes experiências participativas da vida cidadina. E, para isso, é preciso entender antes o processo institucional de ambas histórias de transição democrática, que veio catalisar a elaboração de Constituições democráticas, para depois contemplar a conquista de um Estado pleno de democracia (ou pelo menos, a sua possibilidade) e suas consequências sociais, que hoje se esforçam inclusive para incluir a questão dos refugiados no acesso aos mesmos direitos.

A cristalização de uma Constituição Democrática faz-se, então, fundamental enquanto necessidade de contenção ou neutralização da arbitrariedade do poder, percebido em ambos os países, principalmente, pelo que chamamos de monopólios sociais<sup>23</sup>, que evidenciam bastante as relações de desigualdades de oportunidades referentes às diferentes classes sociais. Assim, a institucionalização de mecanismos para a tomada de decisões coletivas representa não só um desafio no sentido de impedir que tais mecanismos se limitem à sujeição de algumas relações privilegiadas de influências, mas também como possibilidade de se garantir que a atuação desses mecanismos possa ser eficaz no que concerne aos fins de qualquer natureza eventualmente perseguidos pela coletividade.

Hoje, ainda é muito precoce o entendimento do direito dos refugiados enquanto agenda da coletividade destas nações, mas ambas caminham para que esta nova parcela da população seja contemplada, senão pela própria sociedade, pelos órgãos da justiça que trabalham de forma coletiva para que não se viole os Direitos Humanos e não se deixe cair no esquecimento esta parcela da população internacional que tenta de alguma forma se integrar aos países que recebem os refugiados. Este investimento governamental, juntamente com algumas instituições não governamentais se dá a partir do momento que as convenções internacionais de defesa dos Direitos

---

<sup>23</sup> Expressão usada por João Cardoso de Mello, no texto “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, para falar sobre as vantagens competitivas que as classes dominantes e as elites usufruem devido ao acesso a educação, boa família e boa apresentação. “(...) *A luta pela desigualdade é exatamente o combate pela quebra dos monopólios sociais*” (1998, p.615).

Humanos e proteção do direito internacional do refugiado dialogam para se adequarem à uma nova realidade.

Países que antes não eram a primeira escolha dos refugiados hoje são reflexos de negociações internacionais de relocação desta população, como no caso de Portugal ou no caso de Brasil, que atende além do fluxo de refugiados de territórios de conflitos, como é o caso dos sírios, palestinos, congolezes e angolanos, atende também os refugiados dos conflitos provocados pela desordem social originados pela crise política e econômica como é o caso dos venezuelanos, que chegam ao Brasil em busca de melhores condições de vida e alguns também fugindo de perseguições políticas.

Assim, avaliar dois estudos de caso de países que contemplam a construção de projetos de vida de refugiados em países que antes não eram território de desejo dos refugiados tradicionais, é aproveitar para contemplar o esforço e mobilização social que estas sociedades vem fazendo apesar das próprias controvérsias econômicas e sociais.

Pensar em projetos de investimento coletivo por significarem a construção de um projeto de sociedade sustentável, se faz oportuno e necessário para estes países que hoje olham para a crise migratória como oportunidade para se reestruturar socialmente com base mais sólida na experiência de manifestar a solidariedade e afugentar a hostilidade que hoje impera nos países mais ricos.

### *2.2.1. O contexto de Portugal no acolhimento aos refugiados*

O enquadramento legal português para refugiados decorre da observação das convenções e tratados internacionais que Portugal ratificou enquanto Estado-membro das Nações Unidas. A Carta Universal de Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, foi a matriz dos tratados e convenções em matéria de refugiados e requerentes de asilo ao estabelecer que “Toda a pessoa sujeita a perseguição, tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países” (ponto 1, do artigo 14.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.).

Para dar conta do tema reflexo das consequências da Segunda Guerra Mundial, em 1950 foi definido o Estatuto do Refugiado e implementado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) como organismo específico para monitorizar o cumprimento de deveres e observação de direitos por parte dos Estados e das pessoas que se enquadrassem nesta categoria jurídica. No ano seguinte, a Convenção de Genebra relativa ao Estatuto do Refugiado estabeleceu, entre outros direitos e deveres, que o estatuto pessoal de cada refugiado fosse regido pela lei do país do seu domicílio, ou, na falta de domicílio, pela lei do país de residência<sup>24</sup>.

Em Protocolo adicional do ano de 1967, a que Portugal aderiu pelo Decreto-Lei n.º 207/75, de 17 de abril, a ONU estabeleceu ainda a obrigatoriedade de cooperação dos Estados que tenham

---

<sup>24</sup> Fonte: <http://www.refugiados.pt/>

aderido à Convenção com o ACNUR, entre outros dispostos legais. Ainda em conjunto com a Declaração das Nações Unidas sobre Asilo e Território a ONU decretou, em estrita observação prévia da Carta Universal dos Direitos Humanos, que os indivíduos em trânsito de refúgio ou em solicitação de asilo não poderiam, de forma alguma, serem expulsos destes territórios e devolvidos para o local de origem onde possam sofrer perseguição.

Os deveres e os direitos, nomeadamente o acesso à Saúde, Educação e garantia de pleno gozo dos direitos universais, de quem obtenha o estatuto de refugiado estão previstos também para menores<sup>25</sup>, em Portugal especificamente referente na legislação que prevê a regularização da sua situação pelo Decreto-lei n.º 67/2004, de 25 de março e a Portaria 995/2004 de 9 de agosto.

Há, também, normas mínimas em matéria de acolhimento de requerentes de asilo e refúgio nos Estados-membros que foram transpostas para a legislação nacional. No caso português a Lei 20/2006, de 23 de junho de 2006, versa sobre condições materiais de acolhimento e de saúde de casos previstos de redução ou cessação do benefício dessas mesmas condições, que tratam dos cidadãos portugueses com necessidades especiais, mas tratam também das garantias gerais dos requerentes de refúgio, incluindo medidas destinadas referentes ao controle e eficácia do sistema de acolhimento nos Estados-membros da União Europeia.

Em tentativa de atender ao crescimento mais recente dos fluxos de refugiados e ao incremento do afluxo de pessoas deslocadas no contexto europeu, Portugal criou um grupo de trabalho para proceder no mapeamento dos recursos existentes no território nacional para avaliar de que forma instalar e integrar refugiados e indivíduos objeto de proteção internacional – Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia da Migração (despacho n.º 10041-A/2015).

Este grupo de trabalho, coordenado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), conta com pontos focais de várias instituições públicas, nomeadamente o Alto Comissariado para as Migrações ([www.refugiados.acm.gov.pt](http://www.refugiados.acm.gov.pt)) e representantes da sociedade civil organizados na Plataforma de Apoio aos Refugiados ([www.refugiados.pt](http://www.refugiados.pt)). Essa plataforma traz um arcabouço de informações legais e práticas, num contexto global e local, para que os refugiados possam se informar dos seus direitos e serviços de assistência social e jurídica que podem acessar em Portugal.

Atualmente nos deparamos com fenômenos sociais complexos, entre os quais as novas migrações num contexto global, interferem diretamente no contexto local pelo seu contingente de pessoas em deslocamento, muito maior que da época da segunda guerra mundial. E para não nos perdermos meio a este fluxo, os países estão se cercando de programas sociais e políticas públicas que mediam possíveis conflitos, em diferentes graus de intensidade. No caso de Portugal, meio a minha pesquisa encontrei diversos projetos empenhados em tratar a questão do refugiado. Dentre

---

<sup>25</sup> Vale informar aqui que 1 em cada 2 refugiados são crianças, porém não vamos aqui abordar este assunto, que mesmo de extrema importância não cabe enquanto discussão do tema em pesquisa. Informação retirada da plataforma portuguesa <http://www.refugiados.pt/a-crise-dos-refugiados/>, uma plataforma de apoio aos refugiados recolocados em Portugal.

eles o Projeto “Residência Paz”, em Miranda do Corvo, da Fundação ADFP – Fundação para a Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional.

No âmbito do Compromisso entre o Estado Português e a ACNUR, surge em 2014, o Projeto “Residência Paz” com o objetivo de reinstalar refugiados que se encontravam no Egito, nos termos da Constituição e da Lei do direito de Proteção Internacional. A altura a Fundação ADFP por ter experiência na proposta de gerir abrigos coube como instituição adequada para atender aos objetivos firmados do Estado Português com o ACNUR. O know-how enquanto trabalho de assistência social para o acolhimento desse público já era tida como boas práticas de abrigos para a assistência social.

Até 2016, 42 refugiados, incluindo crianças, foram acolhidos em Penela e Miranda do Corvo onde se há estruturas físicas de abrigo da instituição. Eram famílias de refugiados vindos da Síria, Sudão e Iémen e, em 2017, o desafio seria o de integrar socialmente os 21 refugiados acolhidos na vila de Penela aos seus 5.500 habitantes. Um desafio que coloca em confronto o desconforto e a desconfiança de ambas as partes no processo de integração cultural.

O número de refugiados a solicitar estatuto próprio tende a crescer e por isso o governo português com o apoio da sociedade civil organizada de Portugal tem realizado esforço para que projetos voltados para a comunidade de refugiados recém chegados em Portugal sejam bem atendidos no seu processo de integração social. O desafio hoje passa da capacidade de atendimento social, as organizações que hoje atendem os refugiados recolocados em Portugal, acreditam que muito além da capacidade de atender a todos, o tempo de permanência dos requerentes ao abrigo do Programa Nacional de Recolocação tem sido curto pela crença de que nos países europeus mais ricos irão ter uma adaptação mais fácil pela estrutura econômica que estes países oferecem.

No ano de 2017 cerca de 500 pessoas deslocaram-se para outros destinos europeus com o objetivo de encontrar melhores condições de vida ou reagrupamento familiar. E, como o mercado de trabalho ainda é um desafio para atender a própria população portuguesa, a dificuldade de encontrar um emprego estável termina por ser um dos maiores obstáculos para a integração e inclusão da população migrante em Portugal; que terminam por se agravar pelo problema de adaptação linguística, ou mesmo pelo preconceito existente contra esta população.

Segundo a ACM<sup>26</sup>, o acolhimento e manutenção da população migrante permite neste momento a oportunidade de Portugal reorganizar o território e a sua economia, que pela baixa taxa de natalidade e elevada taxa de envelhecimento da população está mudando rapidamente e já começa a ter falta de mão de obra especializada. Portugal tem hoje, nos diversos migrantes, a oportunidade de se reorganizar enquanto sociedade e o governo acredita que especificamente contar

---

<sup>26</sup> Informações levantadas em entrevista realizada com a coordenadora do núcleo de atendimento aos refugiados da ACM e com a coordenadora do projeto de empreendedorismo para migrantes refugiados, realizada na sede do Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante, em Lisboa, a 20 de fevereiro de 2018.

com o acolhimento dos refugiados é contar com o investimento de milhões de Euros da União Europeia que trata especificamente deste assunto.

Além do abrigo em apartamentos geridos pela Fundação ADFP, os refugiados acolhidos no programa que tem apoio financeiro da União Europeia, são em sua maioria sírios e sudaneses. Esse refugiados têm aulas de gramática e português, lecionadas por professora pertencente a ADFP, que ao perceberem a necessidade de se garantir que os refugiados precisavam aprender um português mais prático a ADFP conseguiu ainda fechar uma parceria com a SPEAK, uma escola de línguas.

O projeto desenvolvido para atender a questão linguística dos refugiados tem como missão ajudar a resolver o problema da exclusão social de migrantes pela língua mal compreendida no dia a dia. A ideia foi provocar os alunos com dinâmicas diferenciadas de situações do dia a dia e para tanto o projeto conta com voluntários, cuidadosamente chamados de “*buddies*” que representam as dificuldades de entendimento da língua numa rotina de integração social.

O foco deste projeto está no atendimento à prática da oralidade. Ultrapassar a barreira da linguagem é ajudar os refugiados a perceberem os códigos sociais que o cercam, o que sem dúvida deve servir de proposta de boa prática para todos os projetos com refugiados. A barreira da língua é a primeira a ser ultrapassada para então poder ser possível compreender os códigos sociais e assim ser capaz de se integrar a diferentes redes de apoio, nas escolas, no trabalho, com os vizinhos e toda a comunidade.

O investimento num projeto como este, que se preocupa com o acolhimento dos refugiados, indivíduos e famílias inteiras, pode ser considerado visionário por tratar a questão da crise dos refugiados como oportunidade de crescimento para o país. Investir neste público é também considerar que estas pessoas, em situação de extrema vulnerabilidade, são pessoas que podem contribuir com o momento de crescimento econômico e abertura do país. Inclusive, uma das ações pioneira investidas pelo polo em Penela foi o facto de o governo instalar refugiados fora dos grandes centros urbanos, mostrando que uma instituição da província pode estar atenta aos problemas do Mundo.

Esta ação passa pela necessidade de se buscar a solução na forma como imigrantes refugiados e locais interagem no dia a dia e suas dificuldades. Essas dinâmicas criam ainda um espaço para aproximar as pessoas e construir e/ou fortalecer redes de solidariedade. Mas certamente o maior de todos os aprendizados que projetos como este podem despertar é justamente da forma como são geridos. Com um investimento financeiro da própria União Europeia, fica a lição aprendida que a gestão deste dinheiro deve ser público e transparente. Estes investimentos apoiam a integração social dos refugiados, mas muito além disso, geram oportunidades para os próprios portugueses, que podem ser alocados em vagas de trabalhos para atender a este tipo de projeto.

O relatório “Tendências Globais”, uma análise da "situação dos refugiados no mundo" feita pelo ACNUR e publicada anualmente por ocasião do Dia Mundial do Refugiado (DMR), aponta

recomendações de atuação e cuidado aos países numa perspectiva global sobre a crise dos refugiados e serve como referencial técnico para que as organizações se adequem as necessidades apontadas no relatório e possam trabalhar em sinergia com as necessidades do mundo.

O quadro atual mostra que desde o final de 2015 até fevereiro de 2018, Portugal recebeu 1674 refugiados: 1.192 pessoas da Grécia e 340 pessoas de Itália, e acolheu 142 refugiados ao abrigo do Programa de Reinstalação da Turquia. Nos últimos dez anos, já se somam quase meio milhão de indivíduos categorizados como "novos" cidadãos portugueses que estimulam a economia nacional, através de uma postura empreendedora que os migrantes empenham no país para a promoção do seu próprio emprego e geração de renda. Esses indivíduos não se limitam as suas próprias experiências e procuram usufruir da sua rede formada pela comunidade de refugiados, e migrantes como um todo, para possíveis trocas de conhecimentos e experiências sugerindo de forma produtiva socialmente e economicamente intercâmbios interculturais, que representam o espírito do mundo globalizado.

A mitigação destas questões passa pela mudança cultural de Portugal enquanto país de acolhimento. Assume assim, enquanto país de recolocação de refugiados, a criação de mecanismo que viabilize a integração desta parcela da população, nomeadamente através da oferta de emprego, que garante a integração econômica além da integração social na comunidade que o recebe.

Acentuamos que Portugal é, atualmente, o sexto país da União Europeia (UE) com um maior número de refugiados acolhidos no âmbito do Programa de Recolocação<sup>27</sup>. Até o dia 29 de novembro de 2017, e após o termo formal do Programa a 26 de setembro do mesmo ano, chegaram a Portugal 1520 cidadãos recolocados, 1190 provenientes da Grécia e 330 de Itália. Destes, 261 são agregados familiares e 533 são menores.

No momento, observa-se que as diretrizes nacionais e internacionais apontam para a necessidade de integrar estas pessoas no mercado de trabalho, nomeadamente através de iniciativas fomentadoras da criação do próprio emprego, contudo poucas são as iniciativas nacionais neste sentido e com sucesso demonstrado.

Nesse sentido, é essencial criar iniciativas inovadoras que incidam nesta temática e permitam capacitar esta população para melhorar e viabilizar de fato a integração no mercado de trabalho português. Portugal sabe que este é um momento propício e necessário para a criação de estruturas que promovam uma aculturação consistente do migrante refugiado que chega de forma a permitir e, mais que isso, estimular o enraizamento das famílias refugiadas e migrantes.

Lembramos, ainda, que por Portugal ter passado por um processo de redemocratização tardia, comparada com outros países do continente europeu<sup>28</sup>, a adoção de políticas internas e

---

<sup>27</sup> Fonte: <http://migration.iom.int/europe/>

<sup>28</sup> "O Estado Novo foi o regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde a aprovação da Constituição de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974." Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado\\_Novo\\_\(Portugal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_(Portugal))

externas se perderam meio ao tempo relacionado ao processo da comunidade europeia como um todo. E, em última instância, os custos e as implicações domésticas de uma política externa anacrônica, rejeitada por grande parte da sociedade portuguesa deram o impulso final para o fim de quase meio século de ditadura.

Com efeito, a manutenção das colônias e o isolamento crescente de Portugal elevaram as insatisfações internas com o regime. E, neste caso específico, a fronteira entre o doméstico e o internacional tornou-se extremamente tênue, estabelecendo-se uma intensa dialética entre a dinâmica política interna e as escolhas e os objetivos relacionados às políticas externas do país, tanto no que diz respeito ao período que antecede a Revolução dos Cravos, quanto durante toda a transição. Destacando, assim, que a transição portuguesa para a democracia se consistiu em um processo complexo e conturbado, que revelavam projetos e estratégias distintas e contraditórias do resto da Europa.

Mesmo após a derrubada do regime salazarista e durante toda esta transição, a política externa continuou no centro das disputas e tensões entre os diversos atores políticos que emergiram em Portugal. E, para enfrentar o problema de ordem pública mundial, separou-se os órgãos e agências internacionais dos Direitos Humanos, como a ACNUR, e seus pares locais relacionados; como a Secretaria de Estado para Migração, Refugiados e Integração e o Alto Comissariado para Migrações (ACM), em Portugal, para que a partir dos Direitos Internacionais, se restabelecessem a ordem interna a partir do apoio internacional para o estabelecimento da ordem democrática pós período ditatorial.

Nos dias de hoje, a grande questão termina por ser exatamente a integração de imigrantes e em especial refugiados, oriundos de situações de guerra e catástrofes econômicas. Casos como os dos sírios e outros povos que se viram obrigados a sair de seus países, situados em zonas de conflito, se encontram em condições de demanda de acolhimento e recorreram ao continente europeu não pela facilidade de deslocamento, como é o caso do acolhimento do Brasil com os Venezuelanos, mas por ser um continente que desperta o ideal de oportunidades e uma vida assegurada pelo próprio Estado. Oportunidades em todos os níveis, mas o econômico especialmente que promove a possibilidade de uma reconstrução de plano de vida. E sendo a Europa o berço dos Direitos Humanos, precisa agora mostrar o quanto se importa de fato com os Direitos Humanos.

Portugal, por sua vez, se depara com um problema agravante. Por ser um país periférico do continente Europeu, os processos de mudança se revelaram tardios frente aos outros países mais ricos, e hoje ainda corre atrás dos seus próprios desafios. Mesmo assim, conseguiu perceber meio a esta crise, que seria possível, aproveitando o momento de abertura política e econômica através de investimento externo para o seu próprio desenvolvimento econômico, assumir a integração de

parte de refugiados que entraram na Europa em 2015, a partir do Programa de Recolocação da União Europeia.

Portugal foi um dos países que maior disponibilidade demonstrou para o acolhimento de refugiados, que segundo o Jornal O Público<sup>29</sup>, até fevereiro de 2018, já acolhia 1302 indivíduos. Só em fevereiro de 2018 recebiam 74. Um valor ainda distante dos 4569 refugiados que a União Europeia atribuiu ao país no âmbito do Programa de Recolocação<sup>30</sup>, porém, um número bastante positivo frente a países com condições mais adequadas como Áustria, Hungria e Polónia, que até fevereiro deste ano ainda não haviam recebido um único requerente de asilo desde o lançamento do programa.

Portugal está determinado a rever os paradigmas atuais da questão dos refugiados e em conjunto com o Alto Comissariado para Migração de Portugal, receber os refugiados e aproveitar o know-how que muitos têm como fonte de novos negócios e investimentos.

É sabido, pois, que hoje, o perfil dos refugiados também vem mudando. E apesar do que a opinião pública acredita, a maioria vem com capital intelectual e econômico para investir num novo projeto de vida que inclui a construção de negócios próprios, gerando economia e emprego inclusive para os cidadãos locais.

Nesse momento, Portugal tem o desafio de mudar o tempo de permanência dos requerentes ao abrigo do Programa Nacional de Recolocação que hoje, termina por ser muito reduzido e tem como causa principal a falta de emprego no país, que termina por provocar o deslocamento desses indivíduos em situação de refúgio para países europeus mais ricos com o objetivo de encontrar melhores condições de vida e/ou reagrupamento familiar.

Infelizmente, segundo o escritório da ACNUR em Lisboa, hoje os refugiados deixam o país e não conseguem nem mesmo avaliar os reais motivos do abandono do Programa, mas em geral sabem que em outros países, como a Alemanha, esses já têm uma rede de apoio formada para receber os seus compatriotas e membros da família que migraram anteriormente em condições diferenciadas e se prepararam para receber o resto da família.

Mas isso também faz parte da experiência necessária desta geração de refugiados que precisam alcançar o que acreditavam ser o ideal para perceber, através do ambiente hostil que os acolhem em outros países, que melhor seria aproveitar o convite de estadia em novos programas de recolocação desses outros países, como Portugal e Brasil. Com o empenho destes países como

---

<sup>29</sup> Fonte: <https://www.publico.pt/2018/02/24/sociedade/noticia/portugal-vai-acolher-mais-1010-refugiados-ate-2019-c-audio-e-video-atualizada-1804341>

<sup>30</sup> O Programa de Recolocação: Solidariedade Europeia: Sistema de Recolocação de Refugiado. Fonte: [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/2\\_eu\\_solidarity\\_a\\_refugee\\_relocation\\_system\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/2_eu_solidarity_a_refugee_relocation_system_pt.pdf)

novas rotas para recolocação de refugiados será importante o acompanhamento de suas iniciativas apresentadas agora como inovadoras numa perspectiva histórica para que se prepare, agora, uma geração para uma adequada integração social, produtiva e sustentável, com acesso ao emprego – mesmo que através do empreendedorismo se estimule a produção do auto emprego – e uma sociedade menos hostil. Dessa forma, o trabalho de integração social dessa população dentro destes países deve ser acompanhado para que se consiga proporcionar uma adequação social mais aberta e com mais possibilidades de mediação de diferenças culturais.

Essa passa ser, então, a oportunidade para que avalie a eficiência na mediação de diferenças como oportunidades de aprendizados e de trocas. Projetos de integração social pode ser uma oportunidade para toda a comunidade. Essa passa então a ser a oportunidade para que os órgãos governamentais e não governamentais possam avaliar a mudança de cultura para uma reestruturação social. Mudança de cultura demanda tempo mas mesmo podendo levar anos, pode se tratar de investir além do tempo planejado para se obter a vida sonhada.

### *2.2.2. O contexto do Brasil no acolhimento aos refugiados*

Até o ano de 2017 a legislação brasileira estava ainda marcada pelo Estatuto do Imigrante do ano de 1988. Essa Lei havia sido regida ainda no período da Ditadura Militar do Brasil, que significa que os imigrantes são vistos como um problema de segurança nacional. Nesse contexto as pessoas não eram vistas como sujeitos de direito. Elas não podiam realizar manifestações políticas e nem podiam ter associações de imigrantes porque era considerado um crime, um problema nacional. Entretanto, a presença significativa de imigrantes no Brasil, até por conta do nosso processo histórico de formação de país, que é imigratório - um povo que se formou a partir da mistura dos índios originários das terras brasileiras, com os povos da Europa e da África – tem mobilizado a necessidade de construção de uma nova Lei imigratória.

Nos últimos anos, o debate no Brasil em torno da nova Lei imigratória vinha sendo incentivado pelo cenário que se configurava mediante a entrada em massa de imigrantes refugiados de uma catástrofe natural, que foi o caso dos reflexos do terremoto do Haiti de 2010 e pela recente crise da Venezuela que acelerou a necessidade de um novo marco regulatório para uma Legislação atual em torno de uma demanda que ganhou novos contornos no processo migratório do Brasil e do mundo.

A cidade de Pacaraima, em Roraima, porta de entrada de refugiados vindos da Venezuela, recebeu no dia 19 de agosto de 2018 a intervenção do Exército Brasileiro por ter se tornado uma zona de conflito. Isto porque os brasileiros daquela região, que já está a sentir os reflexos da crise política e econômica do Brasil que só tem aumentado desde os grandes escândalos de corrupção, que termina por se refletir no alto índice de desemprego, acreditam que a entrada de refugiados só irá piorar o estado atual de cidades que já convivem com a falta de emprego e de acesso aos serviços

básicos com qualidade, como escolas e hospitais. No sábado dia 18 de agosto de 2018, após a entrada em massa de mais 1.200 refugiados venezuelanos no território brasileiro de acesso via Pacaraima (RR), um grupo de brasileiros atacaram o acampamento com o intuito de expulsar aqueles que entraram e afugentar aqueles que pretendem entrar para que desistam da ideia de migração por reflexo<sup>31</sup>.

A situação nas cidades fronteiriças do Brasil já é tão crítica que abrigos foram organizados primeiro por instituições do Terceiro Setor e, agora, pelo Exército da Paz do Brasil, que está atuando na recepção dos imigrantes venezuelanos que estão a entrar em massa e pedindo refúgio. Para controlar o grande contingente de pessoas que atravessam as fronteiras diariamente, instituições que atuam com esta causa historicamente e são referência dos próprios refugiados, como as Paróquias da Igreja Católica, que recebem os refugiados nas suas próprias instalações, a Caritas que encaminha para a Polícia Federal, e a própria ACNUR, são um apoio fundamental para o próprio Estado que não estava pronto para este cenário.

Os cidadãos brasileiros que vivem hoje o estresse de um país afundado na falta, por um Estado que não atende nem mesmo os seus cidadãos, não conseguem olhar nesse momento para os refugiados com um olhar de empatia. Sabemos que esta é uma questão de falta de conhecimento por uma educação de base precária que não dá aos indivíduos a capacidade de estabelecerem conexões entre a formação histórica do país e o panorama social de hoje. No desespero, as pessoas esquecem seu lugar de origem. Esquecem a origem histórica de seus antepassados. E justificam que na fome e na ausência de empregos não há o que compartilhar.

Mais especificamente, dentro dos últimos 4 anos, no processo de transição para esta mudança, tínhamos como apoio mais atual a Lei do Refúgio de 1997, que foi uma medida do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, economista e sociólogo, para proteger ao menos as pessoas que estão no país em situação de refúgio. Até 1997, as autoridades brasileiras ainda não haviam aderido a Convenção de 1951 sobre refúgio, que seria então formalizada em âmbito nacional com a promulgação desta Lei do Refúgio de 1997, Lei 9.474/1997.

A adesão à Convenção Internacional do Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951, só foi efetivada em 21 de janeiro de 1961, através do Decreto nº 50.215<sup>32</sup>. A Convenção de Genebra de 1951, em seus artigos 17, 18 e 19, e ratificada pelo Brasil com a Lei do Refúgio de 1997, “impõe aos seus signatários o dever de tratamento igualitário aos refugiados no que se refere ao trabalho”. (1951, p.2). Já a Constituição da República Federativa do Brasil de

---

<sup>31</sup> Segundo Oliveira; Peixoto; Góis (2017) a migração em massa atende justamente territórios com ligação geográfica de trânsito fácil, para fugir mais rapidamente do território onde os indivíduos se sentem ameaçados e por onde seus familiares poderão se reencontrar mais rapidamente de forma segura, nem que para isso se caminhe 200 km até a fronteira. Fonte: R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.1, p.73-98, jan./abr. 2017

<sup>32</sup> Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50215-28-janeiro-1961-389887-publicacaooriginal-1-pe.html>

1988, que elegeu como modelo estatal o Estado Democrático de Direito, vislumbra o desenvolvimento social mediante a erradicação das desigualdades e a formação de uma sociedade livre, justa e solidária, que assegura o tratamento mínimo aos refugiados. Portanto, pensar uma forma de empreendedorismo comunitário como ferramenta de gestão de conflito que acolhe e agrega valor social e econômico é necessário como política de país de acolhimento.

Mas, para tanto, para incluir os refugiados nos processos produtivos e participativos de uma nação é preciso regulamentar primeiramente o seu acesso ao trabalho. Essas questões burocráticas para a regularização da vida do refugiado no país são controladas por diferentes Ministérios e diferentes órgãos institucionais, que são: o Ministério da Justiça, com a responsabilidade de controlar o refúgio com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), no qual fica a responsabilidade de analisar todos os processos de solicitação de refúgio; a Polícia Federal, que fica sob responsabilidade do Ministério da Justiça; e, até 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de forma periférica.

A Polícia Federal é responsável pela entrada de um imigrante no Brasil e quando a pessoa entra pela primeira vez no Brasil e se apresenta como refugiada para a Polícia Federal, ela informa que quer ser solicitante de refúgio e então é a polícia que vai dar entrada no processo de solicitação de refúgio e encaminhar e acompanhar o processo junto ao CONARE.

O CONARE é o órgão que decide se o solicitante de refúgio pode receber, de fato, o protocolo de refugiado<sup>33</sup> ou não. Mas mesmo antes disso a Polícia Federal entrega ao indivíduo esse protocolo de refugiado que dá o direito de receber da Polícia Federal uma carta que autoriza o imigrante a retirar o CPF e a Carteira de Trabalho. Caso o pedido seja negado este indivíduo não será expulso do país, mas entra numa outra instância do Governo e a pessoa pode então ser protocolada como imigrante em outras categorias. No caso de mulheres grávidas, por exemplo, que têm um filho no Brasil, torna a criança brasileira. Recebe assim um registro nacional e este documento de registro civil da criança como cidadã brasileira, o que permite que a família entre com o pedido de residência por reunião familiar. Nesse caso, essa família não terá registro nem como refugiados, nem como imigrantes econômico, nem como asilados político, eles estarão em condição de reunião familiar.

Mas segundo o relatório da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, do ano de 2016, que trouxe um diagnóstico da situação dos refugiados no estado e que tem parceria do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) desde a época da ditadura militar na assistência a refugiados, durante a maior parte dos anos 1990, foi o ACNUR no Brasil que ficou responsável pela elaboração de pareceres que fundamentavam as decisões do governo sobre a concessão ou não do estatuto de refugiado a requerentes de asilo.

---

<sup>33</sup> Ver modelo de Protocolo de Refugiado no anexo I.

Esse cenário pode ter se dado por conta do processo democrático tardio do Brasil, que foi tumultuado por projetos políticos autoritários que “(...) se baseavam numa política racista e discriminatória de estrangeiros pautada na seleção dos imigrantes “desejáveis”, que se encaixassem no projeto de “branqueamento” da população brasileira da ditadura do Presidente Getúlio Vargas<sup>34</sup>”, no período do Estado Novo, entre 1937 e 1945. Segundo o jornalista Carlos Haag, em seu artigo “O projeto de branqueamento do Estado Novo”, “(...) negros, japoneses e judeus, assim como idosos e deficientes, não estavam nos padrões estabelecidos e eram recusados como “indesejáveis”; seguindo a utopia de aprimoramento étnico segundo a ideologia do padrão europeu de povo ideal da época nazista.

Antes da promulgação da nova lei dos refugiados do Brasil, em maio de 2017, MTE ainda não tinha papel bem definido nas responsabilidades de apoio à alocação dos refugiados em trabalhos legais, somente se responsabilizando pela emissão da Carteira de Trabalho com a devida autorização para trabalhar em território nacional. Mas com as demandas do crescimento exponencial da entrada de migrantes em território nacional este órgão precisou tomar responsabilidades para si posto que a falta de entendimento de papéis e responsabilidades estavam deixando que os refugiados e migrantes ilegais ficassem a mercê inclusive da exploração do trabalho precário no Brasil, que em alguns casos foram inclusive denunciados como trabalho escravo.

Assim, com estas questões batendo a sua porta, o MTE e o ACNUR assinaram em 15 de outubro de 2013 um Memorando de Entendimento para promover ações de inserção dos refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho brasileiro. Segundo o ACNUR com este projeto a ideia é que o Governo Federal, em parceria com organizações não governamentais, invistam em “medidas que apoiem os refugiados e solicitantes de refúgio abrir seus próprios negócios, assim como sua inserção nas ações e programas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – entre eles o abono salarial, políticas para jovens trabalhadores, microcrédito produtivo orientado e qualificação profissional. (...) O acordo prevê ainda que o MTE e o ACNUR atuarão conjuntamente para prevenir e combater a ocorrência de explorações e desrespeitos aos direitos trabalhistas dos refugiados e solicitantes de refúgio que vivem no Brasil<sup>35</sup>”.

A crise migratória do terceiro milênio é a maior desde a segunda guerra mundial e no Brasil cresce o número de solicitações de refúgio diariamente. O número de refugiados a entrar no país e a ficar às margens dos serviços básicos e dos direitos sociais básicos, como acesso à educação, à moradia adequada e segura e ao trabalho digno está a aumentar. Essa realidade está a mobilizar debates e a obrigar a sociedade a reverem suas agendas locais.

---

<sup>34</sup> Fonte: <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-projeto-de-branqueamento-do-estado-novo>

<sup>35</sup> Fonte: <http://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/acnur-e-ministerio-do-trabalho-assinam-acordo-para-promover-emprego-e-renda-de-refugiados-no-brasil/>

No Brasil não tem sido diferente. E o debate entorno da assistência social voltada para o imigrante refugiado tem dividido atenções. Mas a realidade é que os projetos de assistência social voltados para este público, já há anos, via de regra, tem a frente iniciativas de organizações não governamentais, que neste período de crise têm sido fundamental para ajudar na mediação dos conflitos entre brasileiros e refugiados.

Esse contexto revela que a mudança e promulgação da nova Lei de Migração, revelam a complexidade do termo “refugiado” como um problema também local, além de global. O cenário é de transformação e adaptação. Vários episódios de demonstração de ódio e repudia à presença de imigrantes e especificamente a presença dos refugiados tem ocorrido nos últimos anos e a população nem considera a lembrança ou a realização, talvez pelo desconhecimento, ou talvez pelo ódio não permitir mediar as informações públicas, de que a xenofobia é um crime.

Assim, encontrar soluções de geração e trabalho e renda se faz necessário para os refugiados e para os próprios brasileiros que se encontram desempregados. O empreendedorismo entra como fórmula para a resolução de um problema que atinge a todos que se encontram em situação vulnerável sem trabalho e renda. Mas como o empreendedorismo já é uma ferramenta bastante difundida no Brasil, com apoio inclusive de diversos órgãos governamentais e não governamentais, a busca por soluções criativas e produtivas se tornam um desafio já parte de uma cultura econômica que sustenta milhares de brasileiros empreendedores já há décadas, de forma a sobreviverem aos ciclos de crise econômica do país.

Neste momento, a maior dificuldade do Brasil será passar pela crise moral que é reflexo da crise econômica ainda sem perspectivas de melhoras até as novas eleições presidenciais a se realizarem em 2018. Até lá os debates políticos se acirram entre discussões críticas que apontam um país emergido em desconfiança e desconhecimento que geram afirmações racistas e xenóforas contra esse fluxo migratório.

Apoiar então projetos alternativos que apoiem o refugiado a se capacitar em novas funções, ou até mesmo se profissionalizar para que assuma novos anseios, passa a ser um desafio coletivo. A Caritas, por exemplo, oferece assistência social para os refugiados no Rio há muitos anos, mas só agora conseguiu criar um projeto baseado em criação de oportunidades a partir da formação realizadas para eles. Essa nova forma de lidar com esta questão, associada a nova Lei Migratória passa a ser um marco também para o Brasil enquanto país de recolocação no panorama internacional.

## Parte II – Estudo Empírico

---

### CAPÍTULO III. ABORDAGEM AO OBJETO DE ESTUDO

#### *3.1. Recorte da pesquisa: os refugiados e o direito a uma (re)integração produtiva e sustentável*

Esta dissertação passa pelo questionamento que muito se têm hoje sobre a diferença essencial entre a luta pela sobrevivência e o direito a viver de forma digna e sustentável. Porque o desafio real de hoje não é impedir as pessoas que se desloquem, mas criar modelos globais inovadores e sustentáveis de assistência para a inclusão social e econômica dos refugiados. Neste contexto, esta dissertação tem por objetivo qualificar o empreendedorismo social como uma ferramenta importante para apoiar os refugiados a se qualificarem para acessar um projeto de vida produtivo, justo e sustentável.

Um projeto de vida com sentido e propósito, que atenda aos desejos e necessidades do indivíduo que, na perspectiva de um indivíduo refugiado, deve contemplar no mínimo o atendimento para atender este indivíduo de forma que garanta a ele uma estabilidade física, com segurança; uma estabilidade emocional, que proporcione sua inclusão numa comunidade e, ainda, uma estabilidade política e econômica, que seja capaz de integra-lo na dinâmica produtiva de um trabalho digno, além da dinâmica de integração política onde este indivíduo consiga ainda se perceber como um cidadão de direitos e deveres, mesmo que longe do seu país de origem.

A questão central desse estudo passa pelo questionamento relacionado a ideia de que indivíduos em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos migrantes refugiados, que em princípio teve como única escolha fugir do seu lugar de origem, também têm o direito a um novo projeto de vida. E, neste momento, em que o mundo passa por muitas transformações e crises o número de indivíduos em situação de vulnerabilidade cresce a cada dia, seja pela situação de pobreza, seja por estarem em territórios em estado de guerra.

Duas classificações de extrema vulnerabilidade: imigrante e refugiado. Avaliar como os países estão lidando com este indivíduo que muitas vezes chega num país formado e qualificado, com um histórico de estabilidade econômica e social, mas termina por se encontrar em uma situação sensível de total reestruturação, muitas vezes sem poder inclusive validar seus documentos, tais como um diploma universitário. Como, então, este indivíduo em estado de vulnerabilidade pode ser inserido numa nova realidade social que tem como desafio o enquadramento em novas regras sociais, políticas e culturais? Como ser incluído meio a tantos outros indivíduos que buscam estabilidade econômica e social num momento de crise mundial? Como pensar em ser absorvido pelo mercado de trabalho quando concorre com nacionais se nem mesmo pode validar seus documentos que comprovam sua formação funcional?

Estes indivíduos vivem ainda por cima um período de adaptação que sugerem seu estado de vulnerabilidade. Não tem casa, não tem emprego, não tem uma rede de apoio para os orientar e apoiar; o que estes indivíduos têm é a necessidade de sobreviver no primeiro momento e se reestruturar no segundo momento com o apoio de uma nova rede de proteção. Mas quem dará esta chancela para que ele possa se reestruturar?

Assim, com esta dissertação tenho por objetivo avaliar formas adequadas de apoio a (re)construção de um projeto de vida de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Estes, pois, que são justamente os indivíduos que dependem sim de projetos de vida com base em políticas públicas sociais que viabilizem e que garantam um investimento pessoal baseado em políticas próprias para sua capacitação; na língua do país que o recebe e ainda na validação da sua formação pregressa; além do apoio na criação de novas redes de apoio.

Trago como estudo de caso a análise de dois projetos inovadores, com perfis semelhantes, que foram pensados para investir na melhor forma de acolhimento e integração de refugiados. Selecionei, assim, dois projetos que vêm apoiando esses indivíduos a se integrarem socialmente de alguma forma para, então, trabalhar emocionalmente por suas expectativas apoiando-os a mapearem novos propósitos de vida. Avaliar, portanto, projetos candidatos a possíveis políticas públicas de intervenção social produtiva e sustentável. É avaliar o retorno de um investimento financeiro em um indivíduo que será absorvido socialmente e produtivamente. Considerando que a longo prazo a sociedade terá um retorno muito maior do que no investimento de políticas meramente assistencialistas, que não são capazes de incluir e absorver este mesmo indivíduo no mercado de trabalho e conseqüentemente na vida social e associativa.

A proposta aqui é avaliar se o investimento em projetos que possam se tornar políticas públicas de apoio a reintegração de refugiados e que possam, ainda, significar investimentos em novas oportunidades, novos negócios, novas possibilidades sociais, novas ideias que passam a transitar e agregar valor econômico e social para toda comunidade. Conseqüentemente, é preciso também avaliar o retorno destes investimentos posto que o consenso social dos nacionais acreditam ainda que a entrada de refugiados num país é trazer prejuízo e limitar seus recursos, o que portanto termina por causar alguns controvérsias sociais. Profissionalizar refugiados e construir com eles novas redes de amparo, porém, é gerar novas perspectivas sociais e empreendedoras para eles e para o próprio Estado que apoiar iniciativas de projetos de geração de trabalho e renda para esta população. Os deixar parados, marginalizados da sociedade, é o que onera de fato um Estado, que tem que dar conta do custo financeiro a ele destinado e muito além disso, o custo social da falta de promoção para sua integração.

O debate aqui ganha mais complexidade, na medida em que entrelaçam questões de pertencimentos, identidades, lógicas de viver e perceber a si e ao novo território a que pertencem. Para tanto, é preciso priorizar o entendimento que leva entidades e instituições dos diversos setores a pensarem em novos sistemas e políticas que deem conta dessa nova população e sua diversidade.

Para dar sustentação a este debate, queremos com esse estudo ajudar os países a pensarem soluções locais, que devem contemplar os processos de inclusão e (des)envolvimento a partir dos anseios dos indivíduos que partem de suas realidades e vivências diferenciadas para se adaptar num novo contexto social, político, econômico e cultural. E a promoção da geração de trabalho e renda, junto com a capacitação no idioma local, é fundamental para uma inserção de fato. O trabalho é fator crítico para a autoestima de qualquer cidadão, mas ainda para a sobrevivência dos refugiados e de suas famílias. E

Portugal e Brasil, enquanto signatários da Convenção de 1951 da ONU para os Refugiados, se comprometeram a garantir proteção destes estrangeiros dando condições necessárias para que possam estabelecer um novo projeto de vida. Cabe agora avaliar caminhos possíveis para esta realização e o empreendedorismo pode ser um caminho.

### ***3.2. Refúgio: um projeto de vida***

Sandra Korman (2010) estudiosa da disciplina do empreendedorismo enquanto projeto de vida, aponta que a angústia frente aos dilemas da sobrevivência econômica assim como o mal-estar diante das dificuldades em ser reconhecido como sujeito produtivo são aspectos da realidade da vida contemporânea. Nesse contexto, para projetar uma nova vida para o indivíduo refugiado, o seu dilema apontam também para a necessidade de se refletir não apenas sobre as suas razões e consequências geradas pelo seu deslocamento forçado, seja lá qual for a razão, mas também aponta para a necessidade de o conjunto da sociedade debater propostas de políticas públicas voltadas para o indivíduo que deixa o seu lugar de origem, a sua terra natal, em busca de trabalho para a sua sobrevivência e da sua família. Segundo artigo 25, parágrafo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

“Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice, e outros casos de perdas dos meios de subsistência fora do seu controle”.

Apontar o fenômeno da migração como crise global sem propor políticas globais é ignorar o fato de os indivíduos refugiados fazerem parte de uma só comunidade, o planeta terra. Pensar em políticas globais é colocar na agenda política internacional a necessidade de se criar propostas de políticas públicas voltadas para os refugiados que vão além das convenções já estruturadas pela ONU. É pensar em políticas que tenham como referência um aporte teórico crítico onde se problematize os efeitos das transformações contemporâneas, que superficialmente se apresentam

como exigências de flexibilização e adaptação a uma nova cultura de obtenção e manutenção de atividades produtivas.

Porém, aqui uma controvérsia, somos todos seres humanos enquanto origem biológica mas somos categorizados enquanto nação. Indivíduos com cidadania restrita aos seus países de origem, mesmo que por origem no processo do próprio desenvolvimento do ser humano sejamos todos nômades. As controvérsias na perspectiva sociológica são necessárias à medida que é preciso colocar em pauta algumas questões para debate na “arena pública”.

De acordo com Marinucci e Riseli (2005), não há dúvida que a presença de estrangeiros possa ser fonte de conflitos, e seja em nível econômico ou cultural, “diante da crise do Estado Social e dos medos do terrorismo. A imigração está sendo frequentemente utilizada como bode expiatório<sup>36</sup> a fim de justificar as crises sociais de numerosos países. Quando falamos em bode expiatório nos referimos a um processo de demonização de um determinado grupo social apontado como único responsável por uma situação de crise generalizada”.

O debate sobre os refugiados e suas diversidades aqui proposto embora leve em conta a ampliação dos processos de exclusão e de vulnerabilidade como geradores de novas dinâmicas que obrigam a todos a repensar o conceito de trabalho e vinculações, e até mesmo a ideia de futuro como algo imprevisível, não reafirma a lógica aplicada pelas políticas internacionais de proteção ao refugiado. Porque falta algo além de acessar de forma burocrática os direitos civis do país que o recebe, falta a real perspectiva de serem intitulados como cidadãos de fato, com direito a construção de um novo projeto de vida. Somente desta forma, podem ser emancipados para se tornarem sujeitos estimulados a participarem da nova comunidade em que foram realocados de forma autônoma, engajada, produtiva e atuante. Somente assim podem romper com os estigmas associados para inclusive serem protagonistas no desenvolvimento social e, conseqüentemente, econômico do país.

Esses refugiados são indivíduos que precisam ser compreendidos como agentes formadores de opinião, agentes de produção intelectual, agentes de produção econômica, apesar de serem “consumidores falhos”, como afirma Zygmunt Bauman (apud Marinucci e Milesi, 2005). E, o maior problema desses refugiados, segundo Marinucci e Milesi (2005), é lembrar que além de serem pessoas excluídas, por serem esses consumidores falhos, eles também

*“(...) não se encaixam em nenhuma categoria útil ao mercado neoliberal e, portanto, são dispensáveis, redundantes, refugos. Mas são refugos que*

---

<sup>36</sup> No artigo **Migrações Internacionais: em busca da cidadania universal**, Roberto Marinucci e Rosita Milesi trazem a expressão de “bode expiatório” segundo René Girard e sugerem para um aprofundamento da categoria de “bode expiatório” ver: GIRARD, René. *O bode expiatório*. São Paulo: Paulus, 2004. Ver especialmente o capítulo II sobre “Os estereótipos da perseguição”.

*sonham, que desejam, que aspiram a uma vida melhor. São o refugio da sociedade que tem direito a um novo projeto de vida”.* (Marinucci e Milesi, 2005)

Dentro dessa perspectiva são questionados os efeitos dessa lógica sobre os sujeitos. Uma vez que haja a impossibilidade do futuro ser vivido por eles como algo previsível; eles carregam ainda como consequência o estigma de serem sujeitos que vivem a impossibilidade de projetar um novo plano de vida. Enquanto o projeto de vida, de acordo com o próprio Direito Universal, é algo a ser entendido e experimentado como algo desejável e possível por qualquer ser humano. Como defende o artigo 2º, § 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

*“Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.*

O debate aqui proposto opera ainda com a hipótese de que a realização de um projeto de vida possa ser desenvolvida como uma oportunidade do refugiado dialogar com a ideia de um futuro possível, desde que entendido como uma ação no presente. Ação essa que se distancia de uma exaustiva corrida atrás apenas de um trabalho para a sua sobrevivência, mas que permita no reconhecimento do acesso à uma inclusão adequada; apoiada a partir de projetos sociais que compreendem suas necessidades e faltas, de qualificar este indivíduo para a construção de um plano de vida que considere a realização de desejos almejados que o fizeram deixar seu lugar de origem.

Korman (2017) defende a busca de realizações que expressem antes os desejos pessoais mais profundos que as expectativas da sociedade,

*“A existência de uma causa, como um fator de motivação, é essencial para que qualquer indivíduo chegue a algum lugar, sobretudo no que diz respeito à reinvenção de caminhos, à experimentação de alternativas ainda não testadas, à busca de realizações que expressem antes os desejos pessoais mais profundos que as expectativas da externas, com seus sonhos padronizados e seus conceitos engessados daquilo que é sucesso ou fracasso, do que é ser bem ou malsucedido. Com uma causa, o indivíduo encontra forças para resistir às incertezas e às adversidades, ao promover sinergias. As sinergias angariam parcerias, conquistam*

*apoios e criam visões compartilhadas, capazes de gerar processos coletivos de força e atuação”.*

No Rio de Janeiro, cidade grande, que já convive de forma orgânica com a presença de migrantes de todas as origens, interna e externa, com sua personalidade de ‘cidade partida’ encara a entrada dos refugiados de maneira diferenciada. As pessoas das comunidades carentes se mostram solidárias a sua causa e estão sempre dispostas a apoiar a chegada dos migrantes e, também, dos imigrantes. Isso porque há empatia imediata por aquele que já vivenciou esta chegada na busca de um novo projeto de vida.

A solidariedade orgânica nestas comunidades é traço característico daqueles que se identificam pela falta. Falta da família que ficou longe, falta de condições financeiras para se abrigar num lugar seguro e de habitação mais adequadas, falta de acesso a um trabalho digno de onde vem, falta de acesso à saúde, e todas as faltas relacionadas ao acesso aos direitos básicos de saúde, educação e um trabalho digno e produtivo. Solidariedade orgânica pelo reconhecimento da ausência do papel do Estado que deveria zelar pelo acesso aos direitos básicos de habitação também.

De norte a sul esta relação de apoio entre os imigrantes começou a crescer como num movimento orgânico de ajuda ao seu semelhante. E, aqueles que foram recebidos pelos próprios brasileiros passaram a assumir este papel junto à nova geração de imigrante, orientando sobre que instituições procurar apoio, convidando para projetos coletivos e ainda organizando mesmo que de forma orgânica, sem estrutura física e institucional, uma rede de proteção. Nessa realidade, os que chegam à uma nova terra é quase que automático os que antes chegaram se prontificarem a passar informações como um manual de sobrevivência para que se integrem à nova realidade.

*“Interesses comuns fazem com que um se comunique com outro que se comunica com outro que se comunica com todos que se comunicam com cada um e todos. Cada um agora tem acesso a outro e a todos.*

*É a rede. É instrumento, é meio, é base para relacionamentos. Facilita comunicações, acessos a informações. Pressupõe autonomia, não hierarquia. A iniciativa é individual. O compartilhamento é coletivo. A interação é decorrência.*

*Seus conteúdos indicam seus efeitos.*

*Como na natureza, a semente indica a árvore, o fruto”.*

(Fonte: Redes Comunitárias, de Luiz Fernando Sarmiento, Material de formação de empreendedores sociais do Sesc Rio<sup>37</sup>)

### ***3.3. Projeto Social: uma ferramenta de intervenção social para a construção de redes de apoio***

O que é um projeto social? Projeto é um termo frequentemente utilizado em muitas organizações, por muitas pessoas e nos mais variados contextos. Como ocorre com outros termos amplamente utilizados, mas raramente definidos, os significados podem variar consideravelmente e, eventualmente, prejudicar a comunicação entre os nele envolvidos. Para efeitos desse estudo vamos considerar um projeto como a estrutura definida por um conjunto de atividades ou medidas planejadas para serem executadas com o objetivo de atender a um grupo de pessoas com um propósito comum. As atividades e medidas planejadas refletem a missão das organizações e sua razão de existir enquanto organização.

Consideramos, para esta pesquisa a necessidade de se contextualizar a necessidade das instituições da sociedade civil que se preparam para projetos alternativos no âmbito dos programas de recolocação dos refugiados com apoio de organizações como das Nações Unidas e suas agências relacionadas, seja na Europa, seja na América Latina, para a elaboração cuidadosa de uma estrutura de um escopo de projeto das atividades a serem trabalhadas com essa população refugiada que está sendo recebida para que se possa ter o cuidado no seu acompanhamento.

Posto que a ideia original deste trabalho passa pela preocupação do acompanhamento dos refugiados recolocados nos países de abrigo do Estatuto do Refugiado para que não sofram com o trabalho precário, ou a falta de atendimento dos serviços básicos considerados pelos Direitos Universais, como moradia e alimentação. Ao registrar enquanto projeto as atividades sugeridas por cada organização, a sociedade civil registra assim com os órgãos governamentais e não governamentais as suas responsabilidades como num contrato social.

O foco nos objetivos mapeados a partir de demandas sociais, como o abrigo dos refugiados que estão transitando em massa, deve ser acompanhado pelas próprias organizações do Terceiro Setor, considerando que estas organizações também dependem de ações que garantam a sua razão de ser. Ou seja, muitas estão recebendo apoio financeiro e portanto devem ser acompanhadas no que concerne o uso deste recurso que é público à nível internacional, inclusive, pois muitos

---

<sup>37</sup> Este material pode ser acessado pelo blog do autor, Luiz Fernando Sarmiento, e faz parte da metodologia de “construção de redes comunitárias” elaborada pelo próprio autor. Esta citação é parte de um material cedido pelo SESC Rio, Serviço Social do Comércio, em curso de formação que realizei em 2006, na cidade do Rio de Janeiro, como parte da minha jornada de formação enquanto empreendedora social. O SESC é referência nas áreas de Cultura, Educação Social, Esporte/Lazer, Saúde e Turismo Social e atende prioritariamente aos trabalhadores do comércio de bens e serviços e seus dependentes, além da sociedade, oferecendo atividades a preços populares; mas seus cursos são abertos também aos empreendedores autônomos. Fonte: <http://luizsarmiento.blogspot.com/p/redes-comunitarias.html>

destes recursos saem da própria ONU, como é o caso do projeto de Portugal aqui estudo.

O projeto da Caritas para formação dos refugiados não é apoiado financeiramente pela ACNUR porém a ACNUR como parceira acompanha as atividades e quer de alguma forma garantir que o projeto estruturado está sendo bem desenvolvido. Projetos neste contexto ganham de forma indireta, trabalham por parcerias para que assim garantam a sua sustentabilidade através de atividades realizadas como parte dos projetos. Assim, organizações como a ACNUR pode não apoiar financeiramente, mas apoia de maneira indireta dando cursos e convidando parceiros a participarem dos seus projetos através de uma rede de confiança. Por isso, é tão importante um projeto estruturado, porque essa ferramenta que vai garantir a transparência para os parceiros e a adequação das suas missões enquanto parceiros. Porque para que uma rede se mantenha estruturada ela deve contar com a afinidade de causa das instituições, que devem ser correspondentes e complementares.

Um projeto que é caracterizado por visar a melhoria de uma situação social, problematizada com a ideia de promover uma mudança social diante de um conjunto de atividades planejadas e executadas dentro de um escopo definido, com recursos e período de tempo específicos, objetivando alcançar determinados resultados; como é o caso do apoio aos países de abrigo referentes ao Programa de Recolocação da União Europeia, deve ser acompanhado por objetivos bem definidos para atrair parceiros que irão apoiar o projeto.

### *3.3.1. Requisitos para o êxito de um projeto*

Para que um projeto tenha maiores possibilidades de êxito, é necessário que:

- **recursos** e **tempo disponíveis** para a sua execução estejam **claros** no momento de sua elaboração/planejamento;
- **objetivos** e **resultados** que se espera alcançar sejam definidos de forma **realista**, ou seja, considerando tais recursos e tempo, os fatores externos que podem impedir o seu alcance, as possibilidades concretas de medir esse alcance;
- as **atividades** formuladas sejam **necessárias e suficientes** para a realização dos objetivos e resultados;
- os **beneficiários participem** de sua elaboração - a participação dos beneficiários já deve começar na fase da análise da situação, pois a percepção dos problemas vividos pelos mesmos é fundamental para poder elaborar propostas adequadas;
- **mecanismos** para garantir a **sustentabilidade** dos objetivos e resultados sejam **criados**.

### *3.3.2 O que é um projeto social?*

Um projeto social é um projeto que visa promover melhorias ou mudanças sociais, de preferência **sustentáveis**, isto é, melhorias ou mudanças sociais que permaneçam durante um período de tempo indefinido, além do prazo do projeto.

### *3.3.3. O que é um projeto de desenvolvimento?*

Um projeto de desenvolvimento visa induzir a transição de uma situação atual, em que existem problemas e que, portanto, não é satisfatória, para uma outra situação, futura e melhor, onde aqueles problemas serão minimizados ou eliminados, não apenas com a produção de bens e serviços, mas de forma a envolver grupos de interesse e considerar aspectos comportamentais, englobando a dimensão humana, com melhoria focada no seu público-alvo.

Um projeto de desenvolvimento pode, ainda, visar a construção de uma infraestrutura para propiciar melhor atendimento das atividades planejadas para melhor atender os beneficiários; com foco na transformação e melhorias solicitadas pelo diagnóstico inicial.

### *3.3.4. Contextualização do cenário para a elaboração de um projeto social*

Em geral as organizações desenvolvem um escopo de atividades para os projetos sociais que refletem as necessidades urgentes de um grupo de sujeitos em situação de vulnerabilidade para suprir a ausência do Estado. O cenário de ausência reflete:

- recursos escassos;
- demandas crescentes, para atender um diagnóstico local/ regional;
- relação entre os atores sociais dissensos gerando a ideia primeira de solução da necessidade de buscar um consenso para as demandas mais urgentes;
- exigências de um escopo de projeto com seus custos relacionados a cada atividade pensada para que se apresente uma proposta de trabalho para possíveis financiadores e beneficiados, em geral organizações já parceiras da rede de atendimento e/ou organizações internacionais que compartilham da causa como forma de fomentar sua própria razão de ser;
- urgência por soluções termina por gerar as oportunidades do momento, como é o caso dos refugiados que tem na sua pauta a necessidade de países como Portugal assumirem um papel meio à crise europeia e aproveitar para se recolocar como país capaz de gerar soluções locais para problemas globais;

Cidadania participativa, responsabilidade social, investimento social, filantropia, voluntariado são algumas propostas que a sociedade tem hoje como instrumento pelo esforço de se garantir que os direitos básicos da sociedade sejam atendidos e mantidos na agenda política. Paralelo aos esforços governamentais, o Terceiro Setor, num contexto de reordenamento político da sociedade, busca, cada vez mais, respostas para a execução de ações sociais que garantam o

acesso a esses direitos. E nesse cenário, entra também a ação do setor privado que em ações próprias ou estabelecendo parcerias com os outros setores corrobora para mudança significativas e, acima de tudo, para as mudanças de paradigmas.

Ações e projetos sociais realizados por organizações do Terceiro Setor, por iniciativas governamentais e/ou iniciativas privadas podem resultar, de fato, em melhorias ou mudanças sociais sustentáveis. Elaborar bons projetos e gerenciá-los bem, no entanto, não é tarefa fácil para nenhuma organização. Mas, hoje, vale lembrar que, acima de tudo, se estabelecer redes entre essas frentes e trabalhar em parceria vem trazendo bons frutos e garantindo a sustentabilidade das suas ações.

É importante ressaltar que projetos bem-sucedidos, em sua maioria, surgiram a partir de ideais levantadas em conjunto com a comunidade (*no seu sentido lato sensu*) seja por pesquisa de campo, por diálogos orientados em fóruns locais e regionais ou, de preferência, através de fóruns específicos. Mas de qualquer forma, sempre de forma que se oriente as pessoas a saberem que a comunidade é a principal fonte para levantamento de demandas.

São as demandas reais que devem inspirar a construção de iniciativas, porque senão serão propostas de forma imposta e que, por vezes, não atendem a expectativas locais ou do grupo específico de sujeitos escolhidos para serem atendidos; não sendo capazes de compreender especificidades culturais que corroborarão para a resistência e a falência da proposta, junto com o desperdício de recursos.

Para que a proposta seja benéfica para todos é preciso levantar então todos os atores envolvidos e interessados de acordo com a missão da organização que está buscando construir uma iniciativa. Dessa forma, os atores sociais envolvidos poderão juntos com a organização e parceiros, caso a organização já tenha alguns, além destes que estão se configurando no momento da sua concepção também como parceiros, esclarecer conjuntamente suas expectativas que levariam a criação de um projeto que o impactariam.

Dessa forma, ficará até mais fácil obter objetivos mais claros e mensuráveis. Além disso, será importante também para o estabelecimento das responsabilidades de todos, inclusive do público alvo, nesse momento envolvido, de forma a esclarecer o papel de cada um para o alcance dos resultados esperados ao longo do processo.

### **Quadro 1 – Do contexto de Coleta de Dados**

Nesta dissertação, tive como pretensão a seleção de dois projetos-piloto, em dois países diferentes, mas que atendem o mesmo público, numa mesma dimensão social de contexto global. Foi importante ter como base de referência para a escolha do projeto um estudo de benchmark

assessorado pela disciplina “Contextos e Práticas da Intervenção Social”, da Professora Doutora Silvia Ferreira, do programa de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo a que se refere o desenvolvimento deste estudo proposto, que teve como objetivo auxiliar os alunos na forma como levantar informações pertinentes a seleção de projetos que caracterizem a busca por boas práticas de projetos de desenvolvimento social.

A ideia sugerida inicialmente pela disciplina é que o exercício realizado em sala de aula sob a orientação da professora da disciplina pudesse nos orientar na condução do próprio desenvolvimento da dissertação enquanto trabalho final a ser apresentado com a finalidade de nos conceder a aprovação final ao diploma de mestre. Assim sendo, a fim de que eu obtivesse o apoio e confiança das ONG aqui apresentadas como estudo de caso, me comprometi ao final deste estudo apresentar a ambas instituições os resultados a fim de que pudessem ainda ter informações instrumentais para a melhoria de ambos os projetos.

Os dois projetos aqui apresentados são projetos de empreendedorismo social que atende ao mesmo público alvo, refugiados. O objetivo deste estudo é gerar ideias que possam ser usadas para melhorar as práticas atuais de cada uma das organizações pesquisadas e ainda servir de modelo para outras organizações que queiram implementar projetos com o mesmo objetivo: projetos sociais relacionados ao acolhimento e formação de refugiados para uma (re)integração produtiva e sustentável.

Entretanto, faz-se necessário considerar ainda os diferentes contextos relacionados a questão do refugiado em cada um dos países em questão, assim como as políticas já estabelecidas por cada país. Lembrando que caminhos alternativos terminam por provocar de maneira positiva a construção de novos paradigmas que sugerem mudanças sociais a curto, médio e longo prazo. Posto que as mudanças de curto prazo se referem ao atendimento emergencial de uma população para a sua assistência social das necessidades mais urgentes como abrigo, alimentação, atendimento de saúde seguida do atendimento jurídico. Ressaltando que, ainda, quando necessário, psicossocial, como é o caso dos refugiados por conta das questões sensíveis do desdobramento de um deslocamento do seu lugar de origem, muitas vezes, na ausência de familiares ou que seja pela própria perda da sua rede de apoio estabelecido no seu lugar de origem.

Daí a importância de trazer para este trabalho a contextualização de uma estrutura de projeto social e a forma como as organizações precisam se organizar enquanto projeto de assistência social e de desenvolvimento econômico e social. Porque tendo em sua base seus objetivos definidos, conseguem

#### ***3.4. O empreendedorismo social como ferramenta de inclusão social dos refugiados***

A criação de valor social é vocação primordial do empreendedorismo social. Para Dees (2001) e outros pensadores a inovação social é o que diferencia o empreendedorismo social do empreendedorismo clássico, em que o indivíduo procura seus próprios meios para gerar trabalho e renda. Já para um empreendedor social, a sua missão é social, que busca mudança para o progresso social do coletivo. Gerar trabalho e renda para o empreendedorismo social é assumir como missão de investimento a promoção de projetos que beneficiem a inclusão de indivíduos vulneráveis em processo de exclusão social, não podendo ser reduzido à ideia de gerar benefícios privados de retorno financeiro ou vantagens de consumo para os indivíduos sem pensar no coletivo.

Aqui trazemos o conceito de empreendedorismo social cunhado por Alvord (2002) como uma ação individual ou coletiva que procura criar soluções inovadoras para problemas sociais imediatos, bem como mobilizar ideias, capacidades, recursos e arranjos sociais necessários para a transformação social sustentável a longo prazo. O empreendedorismo social de Alvord pode ainda no nosso entendimento ir ao encontro do conceito de Joseph Schumpeter (1931) que descreve o empreendedorismo como a criação de uma nova combinação de recursos, através de atores discretos que reformam e revolucionam os padrões de produção, pois questionam as rotinas impostas ou a falta delas, quando do trabalho precário, indo ao encontro inclusive do conceito de Blumer para movimentos sociais,

*“Os movimentos sociais podem ser vistos como atividades coletivas visando estabelecer uma nova ordem de vida. Eles têm seu princípio numa condição de inquietação, e derivam sua força motriz, por um lado, da insatisfação com a atual forma de vida e, por outro, de desejos e esperanças para um novo esquema de vida. A carreira de um movimento social mostra a emergência de uma nova ordem de vida. No começo, um movimento social é amorfo, mal organizado e sem forma, o comportamento coletivo está num nível primitivo... À medida que se desenvolve um movimento social, ele assume o caráter de uma sociedade. Ele adquire organização e forma, um corpo de costumes e tradições, liderança estabelecida, uma divisão duradoura do trabalho, regras e valores sociais – em suma, uma cultura, uma organização social e um novo esquema de vida”.* (Blumer, 1969)

No caso dos dois projetos selecionados para este estudo observa-se que a definição conceitual para inovação social da BEPA (BUREAU of European Policy Advisors at the European Commission) se adequa perfeitamente, apesar de não ser determinante a inovação social enquanto

premissa para um modelo de projeto que atenda os refugiados e sim a qualidade na assistência para a realização das atividades oferecidas, inclusive, no que toca ao público alvo: os refugiados.

*“Definimos inovações sociais como novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente respondem a necessidades sociais (mais eficazmente que as alternativas) e criam novas relações sociais ou colaborações. São inovações que não só são boas para a sociedade como aumentam a capacidade de agir da sociedade. O processo de interações sociais entre os indivíduos para atingir certos resultados é participativo, envolve um número de atores e stakeholders que têm interesse na resolução de um problema social, e capacita os beneficiários. É um si um resultado pois produz capital social.” (BEPA, 2010)*

Dados do ACNUR revelam que os estrangeiros que deixaram seus países devido a perseguições e conflitos armados para buscar proteção em outros países e enfrentam desafios específicos para conseguir um emprego, para adquirir o domínio do idioma local e até mesmo para regularizar documentos emitidos em seu país de origem que o ajudam a adquirirem seus documentos enquanto solicitante de refúgio que garantem, estão dispostos a acessarem os programas de assistência social dirigidos aos refugiados. Dentre estes programas, estão especificamente os programas de capacitação no idioma local e técnicas para que os refugiados possam exercer novas funções laborais como investimento de primeiros atendimentos a estes indivíduos para que não se sintam desamparados.

“A integração de refugiados em uma nova sociedade é multidimensional, e o trabalho é uma questão chave neste processo. Para quem chega ao país, muitas vezes em condições traumáticas, ter um emprego é essencial para reconstruir suas vidas com dignidade”, afirmou o representante do ACNUR no Brasil, Andrés Ramirez, durante o ato de assinatura do Memorando<sup>38</sup>. O empreendedorismo social traz este olhar. Gerar trabalho e renda através de uma perspectiva mais ampla, de cuidado com o indivíduo e o grupo que se forma em torno de um objetivo, seja através de um projeto de formação para capacitação em novas funções que gere empregabilidade; seja através de um projeto de formação para preparar o indivíduo para gerar auto emprego.

No Brasil, o empreendedorismo social ganha força a partir da década de 1990 quando muitas empresas se encontravam desestabilizadas e a sociedade se sente obrigada a buscar novas

---

<sup>38</sup> Fonte: <http://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/acnur-e-ministerio-do-trabalho-assinam-acordo-para-promover-emprego-e-renda-de-refugiados-no-brasil/>

fontes de produção por um objetivo social comum. Estas novas fontes de produção viram a se caracterizar como uma atividade empresarial com fins sociais pela sua forma de produção e de comercialização. Segundo Parente (2011), esta nova forma de produção se deu na tentativa da sociedade civil organizada encontrar soluções face aos novos problemas de pobreza e exclusão social. Veremos aqui que dos projetos selecionados para a pesquisa o projeto da CORES se enquadra nesta definição e o projeto PEI está trabalhando para se enquadrar nesta perspectiva.

O empreendedorismo social pressupõe a criação desse valor social através do *empowerment* individual e coletivo, que possibilita o indivíduo a sentir-se capaz de interagir e agir no seu meio para transformá-lo como agente transformador.

As inovações sociais podem ser entendidas como uma nova forma de pensar, uma nova resposta a um problema social e transformação dos processos. As inovações proporcionam mudança social e nas relações de poder, sendo ainda uma alternativa ou ruptura dos processos tradicionais. A inovação está ligada a três características: i) satisfação de necessidades humanas que não foram supridas de outra forma; (ii) promoção da inclusão social e acesso a direitos; e (iii) empoderamento e capacitação de pessoas sujeitas a processos de exclusão/marginalização social (Martinelli et al., 2003 apud André e Abreu, 2006).

O surgimento e implantação das inovações sociais contrariam forças conservadoras que intencionam manter e fortalecer realidades de isolamento e exclusão social; e atendem a uma busca por uma postura ética e justiça social (BEPA, 2014 apud Ferreira, 2017).

### ***3.4.1. As escolas de pensamento do empreendedorismo social***

Empreendedorismo social, empresas sociais ou economia solidária, foram algumas das expressões que surgiram para dar conta de “um fenómeno associado à emergência de iniciativas e organizações de resposta a novas ou persistentes necessidades sociais, bem como a novas lógicas de intervenção, situadas num campo híbrido entre o Estado, o Mercado e a organização coletiva da sociedade civil ou das comunidades”. (Parente *et al.* 2014).

Destacamos aqui as principais correntes de pensamento trazidas à discussão por Parente (*et al.* 2014) no estudo publicado “Empreendedorismo Social em Portugal” resultado da parceria entre a Universidade do Porto e a Associação para o Empreendedorismo Social e Sustentabilidade do Terceiro Sector para o aprofundamento da temática. Destaca-se, assim, primeiro as duas *escolas anglófonas* – a *escola da gestão empresarial e a escola da inovação social*; a *escola europeia*, das empresas sociais e da Europa 2020; e a *escola da economia solidária* da América Latina e da semiperiferia mundial.

No **quadro 2**, a seguir, apresento a relação das escolas, seus referenciais teóricos e de análise conceitual e seus autores relacionados. Esta análise comparativa entre as escolas de

pensamento se dão na diferenciação da perspectiva individual do empreendedor versus a perspectiva de investimento coletivo.

## Quadro 2 – Escolas de pensamento do empreendedorismo social

ESCOLA TEÓRICA	REFERENCIAL TEÓRICO	AUTORES
Escola Anglófona da Gestão Empresarial	<p>Escola centrada no funcionamento de negócios centrados nas preocupações de sustentabilidade econômica do setor não lucrativo.</p> <p>Orientadas para o mercado e pautada no uso de métodos empresariais considerados eficientes para a sustentabilidade do negócio.</p>	Boschee & McLurg, 2003 (apud Parente <i>et al.</i> 2014)
Escola Anglófona da Inovação Social	<p>Pautado no empreendedor social pelas suas competências e talentos individuais.</p> <p>Geração de valor social pela inovação social relacionada à resolução e ressignificação pautada na escassez de recursos.</p> <p>Apesar das competências e talentos naturais do empreendedor exige uma capacitação adequada para garantia de sustentação das iniciativas que vão gerar mudanças sistêmicas e médio e longo prazo.</p>	<p>Dees, 1998;</p> <p>Bornstein, 2007;</p> <p>Mulgan, 2007</p> <p>(apud Parente <i>et al.</i> 2014)</p>
Escola Europeia das Empresas Sociais	<p>Escola relacionada a criação e funcionamento de empresas sociais surgem como fenômeno de renovação do Terceiro Setor.</p> <p>Mobilizam recursos de múltiplas origens e que terminam por criar uma rede orgânica de parceiros múltiplos.</p> <p>Tem o objetivo macro de servir a comunidade e os interesses sociais em detrimento do interesse exclusivo do capital, mesmo que aqui o seja importante para geração de trabalho e renda.</p> <p>Participação horizontalizada nos processos de tomada de decisão.</p>	<p>Defourny &amp; Borgaza, 2001;</p> <p>Spear, 2006;</p> <p>Defourny &amp; Nyssens, 2010</p> <p>(apud Parente <i>et al.</i> 2014)</p>

<p><b>Escola da Economia Solidária da América Latina e da semiperiferia mundial</b></p>	<p>Seguem os princípios do cooperativismo europeu (pioneiro do século XIX).</p> <p>Pautadas na autogestão, participação, redistribuição econômica, reciprocidade e troca para promoção e ampliação de um mercado ético solidário.</p> <p>Orientado no associativismo para o desenvolvimento de uma cultura solidária, num projeto alternativo ao modelo capitalista.</p>	<p>Laville &amp; Gaiger, 2009; Souza, 2010 (apud Parente <i>et al.</i> 2014)</p>
---	--	--

Fonte: Adaptação de Parente *et al.*, 2014

## **CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1. Roteiro metodológico: procedimentos de recolha e análise de dados**

Aproveitando o enquadramento teórico feito acima, já nos cabe aqui apontar em que contexto cada um dos projetos foi escolhido e suas organizações responsáveis pelos respectivos projetos. Quer no caso do projeto CORES, da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, no Brasil; quer no caso do projeto PEI, projeto do Alto Comissariado para as Migrações de Portugal, com escritório sede na cidade de Lisboa, é preciso qualificar o cuidado na escolha dos projetos para o estudo de caso desta pesquisa.

Tratam-se de organizações grandes, com uma rede de parceiros já bem estruturada, formada pela boa reputação institucional de ambas organizações junto ao Terceiro Setor, seja para obter parceiros financeiros, seja para atrair público específico para o projeto. No caso do projeto PEI há o apoio financeiro e institucional da ACNUR através do Sistema de Recolocação de Refugiados da Comissão Europeia. Entende-se como sistema de recolocação a transferência de pessoas que necessitam de proteção internacional de um Estado-Membro da União Europeia para outro Estado-Membro da União Europeia. Já a Caritas conta mesmo com os próprios recursos e tem somente o apoio institucional da ACNUR enquanto parceira para o encaminhamento de algumas questões associadas aos refugiados que atende, e conta com a sua reputação como instituição referência no acolhimento de refugiados para que os próprios refugiados procurem a instituição e queiram se associar ao seu projeto.

O ACNUR têm um histórico de cooperação em ambos os países aqui estudados e, nos últimos anos, a entidade juntamente com os órgãos nacionais relacionados a cada país para o cuidado, encaminhamento e acompanhamento dos indivíduos com status de refúgio, realizou diversas oficinas e participou de diversos fóruns sobre o tema do emprego e geração de renda nas regiões onde os refugiados estão concentrados tanto em Portugal, quanto no Brasil. A ideia é

incentivar o desenvolvimento de projetos direcionados para este público. Além disso, vem fazendo um trabalho junto aos órgãos de governo para sensibilizar também os empregadores locais sobre a força de trabalho representada por essa população e coibir os trabalho precário e até mesmo o trabalho escravo.

No caso da inclusão de um projeto para refugiados em Portugal, o fiz por perceber a visibilidade que o país ganhou por conta dos seus investimentos para o empreendedorismo social enquanto parte estruturante de um projeto de governo. Portugal é um país pioneiro na União Europeia ao canalizar fundos estruturais europeus para o investimento em inovação social; como foi salientado pelo próprio Presidente da República de Portugal na Conferência Europeia de Inovação Social, que aconteceu em novembro de 2017, em Lisboa. Este que foi o primeiro fórum para os países europeus pudessem debater e apresentar seus projetos que contemplam soluções para a questão da integração social e econômica dos refugiados para enfrentarem a crise migratória deste milênio.

Nesta conferência, além da participação de pesquisadores como eu, estavam também presentes representantes de algumas organizações não governamentais do Brasil que tinham como objetivo aprender com projetos em andamento nos países do continente europeu para levar para o Brasil referências de soluções e boas práticas no atendimento aos refugiados. Estavam lá presentes também representantes de universidades brasileiras que estão na busca para inserir, hoje, no meio acadêmico, a questão do empreendedorismo social e da inovação social relacionada tanto no aprendizado do contexto de projetos sociais, governamentais e não governamentais, quanto no contexto que trata também da inovação social para a criação negócios sociais gerados a partir de iniciativas do empreendedorismo social.

Além da análise do panorama dos países e seus projetos e políticas relacionados à questão dos refugiados, uma análise individual de cada projeto, a partir da leitura de informações publicadas nos grandes meios de comunicação da mídia escrita e televisiva, posto que uma das organizações se tornou referência de projeto na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, e o outro por tratar de um projeto inovador para a atuação do Alto Comissariado para Migração enquanto projeto de intervenção social que recebe, organiza a burocracia inicial de permissão de residência, e encaminha.

Contei também com a participação do projeto de Lisboa, que mesmo ainda só tendo tido a oportunidade de finalizar só uma turma de refugiados, o projeto piloto já demonstra um perfil de projeto semelhante ao projeto do Brasil, e isso determinou a minha escolha. O público alvo comum e o objetivo macro de capacitação em empreendedorismo para a inclusão social produtiva de refugiados fez com que a ideia de uma análise comparativa que proporcionasse ainda a ideia de troca de informação para o aprendizado institucional entre uma e outra foi o que definiu a escolha.

O diferencial para o levantamento de dados para esta pesquisa foi a oportunidade de para além da análise de informações para a divulgação de ambos os projetos a serem pautados

encontrados nos diversos meios de comunicação, assim como as mídias sociais próprias das entidades, contei também com a participação de ambas instituições numa entrevista presencial em suas instalações a fim de responderem a um mesmo inquérito que pudessem, por sua vez, instrumentalizar a minha pesquisa a fim de comparar os projetos e fomentar suas próprias experiências para que possam se desenvolver e se tornarem referências de atuação no apoio aos refugiados.

Esta investigação foi pautada pela proposta de análise centrada no estudo do contexto do diferentes países e a forma como um projeto poderia se inspirar no outro enquanto levantamento de lições aprendidas a partir da exploração através da análise pautada em entrevistas com os coordenadores dos projetos em questão para que de alguma forma um possa aprender com o outro e trocar considerando as devidas proporções de diferenças de realidades sociais e econômicas de cada país, porém com a capacidade analítica de avaliar o panorama geral do empreendedorismo como ferramenta universal que é adaptável de acordo com cada realidade regional e de público.

Assim, privilegiei uma abordagem interpretativa a partir das informações oferecidas pelos dois projetos situando a investigação num contexto de descoberta, ao invés de procurar testar hipóteses. Até porque ambos os projetos saíram da fase de projeto piloto para aprender com sua própria experiência e agora, optando também para o apoio externo relacionado a esta pesquisa para qualificar suas ações em busca de melhorias. E partimos para a exploração do nosso objeto empírico através das questões de pesquisa que enuncio no quadro a seguir.

Para a compreensão dos dados levantados entendo que a opção metodológica passa primeiro pela análise dos contextos políticos sociais de cada país e o perfil dos indivíduos refugiados relacionados; associada ao levantamento posterior das informações coletadas com as entrevistas que me permitiu apreender as singularidades da ação social, os particularismos decorrentes de contextos sociais relacionados a cada realidade de país, assim como uma análise da combinação dos grupos participantes dos projetos a partir do olhar dos entrevistados que pontuam as diferenças sócio culturais relacionados às especificidade da história de cada participante do projeto, que traz questões limitantes mas traz também questões diferenciadas para o desenho do projeto de vida individual de cada integrante na busca pela sua integração social no país de acolhimento.

Com objetivos centrais da pesquisa de compreender os significados, as práticas e os resultados atribuídos ao modelo de intervenção social a partir de um projeto de qualificação profissional tendo o empreendedorismo social como ferramenta a análise pelo estudo de caso se fez adequado para a proposta desenhada.

O estudo de caso permite a proximidade do investigador com os fenômenos que estuda, possibilitando a amplificação de sua capacidade analítica. Wieviorka (1992) afirma inclusive que um estudo de caso não é meramente empírico, pois independente da abordagem prática que capacita

o pesquisador para o seu estudo e compreensão, um caso é uma oportunidade para relacionar fatos e conceitos, realidade e hipóteses.

#### ***4.1.1 Da recolha dos dados para esta dissertação***

Assim, com informações oferecidas pelas próprias organizações, tanto pelas informações publicadas nas suas redes sociais e nos jornais de grande circulação, quanto através das entrevistas realizadas por mim, o foco central da apresentação deste estudo se concentra não no ciclo da inovação social que um projeto de empreendedorismo possa suscitar, mas se justifica no empreendedorismo social enquanto caminho alternativo para a integração social de grupos em estado de vulnerabilidade, neste estudo os refugiados, e para a promoção da estruturação de políticas sociais que atendam este grupo enquanto projeto de sociedade.

Essa decisão foi tomada porque os projetos são muito recentes e a proposta está pautada no empreendedorismo social enquanto ação de intervenção social com o objetivo de capacitar o indivíduo em ter nos princípios do empreendedorismo a promoção da sua capacidade de gerar auto emprego. Assim, como a abordagem da capacitação é igualmente inerente aos processos de inovação social; muito mais do que da necessidade de se avaliar se atende ao ciclo completo da inovação eu me pautei na capacidade de atender ao indivíduo enquanto resolver seu problema a curto prazo para então avaliar se as mudanças serão de fato sistêmicas a longo prazo. Por isso inclusive o roteiro da entrevista foi pensado no ciclo da inovação social do Open Book of Social Innovation, a ser apresentado a seguir no **quadro 2** de análise e observações.

Além das entrevistas, as informações aqui trabalhadas foram obtidas através de pesquisas realizadas na internet, através de sites institucionais, reportagens, trabalhos científicos e o contato direto com as organizações que escolhi como estudo de caso para o adequado levantamento de dados. O contato com as organizações selecionadas revelaram, primeiro, a dificuldade de se obter retorno breve; muitas vezes por terem quadro de funcionários muito enxuto e bastante demanda e termina por não sobrar tempo hábil para responder a solicitações de estudantes e pesquisadores. Em alguns casos não há o legítimo interesse em disponibilizar os dados, mas, felizmente, não foi o caso dos dois projetos selecionados para ilustrar esta pesquisa.

Anteriormente a esta escolha, eu cheguei a realizar o estudo de benchmark, como citado no capítulo 2 deste trabalho, para o levantamento de mais projetos em desenvolvimento para os refugiados. Uma instituição da Alemanha, que foi descartada por não considerar mais adequada ao contexto da pesquisa e a outra é o projeto de Portugal, da Fundação ADFP, que terminou por ser descartada por ter fugido do perfil do tipo de projeto que eu precisava analisar. Apesar disto, foi muito importante este trabalho de benchmarking para que eu pudesse fazer essa pesquisa prévia e poder analisar boas iniciativas que estão sendo realizadas como respostas à crise de deslocamento em massa no mundo.

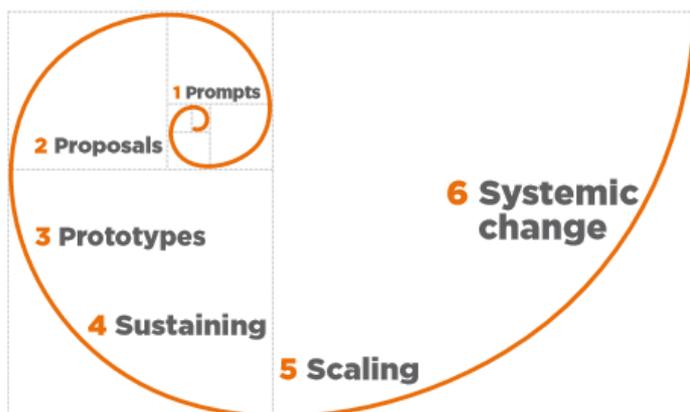
Chamo ainda atenção para o fato de ambos os projetos selecionados terem o mesmo caráter formativo com o objetivo relacionado ao empreendedorismo social enquanto ferramenta de inclusão social e possibilita para que os seus participantes tenham a possibilidade de pensar um novo projeto de vida com um apoio institucional. Em ambos os casos a proposta centra pela mudança social a curto prazo, mesmo que os resultados financeiros possam ter retorno real a longo prazo. Mais que retorno financeiro os projetos capacitam pela necessidade de superação de cada indivíduo no seu processo de (re)integração social.

### Quadro 3 – Da orientação metodológica das entrevistas para o levantamento de dados

#### Do objetivo das entrevistas:

Analisar as dimensões ancoradas nos elementos do ciclo da inovação social, do **The Open book of Social Innovation**<sup>39</sup>, através de um roteiro de perguntas para as entrevistas que pudessem depois me fazer relacionar as fases dos projetos com todas as fases do ciclo de inovação social e assim definir seu enquadramento teórico para o momento dos projetos estudados.

#### Figura 1: Ciclo da inovação social



Fonte: Murray, Caulier-Grice & Mulgan, *The Open Book of Social Innovation*, The Young Foundation/NESTA, 2010

#### Das fases do ciclo da inovação social da metodologia do Open Book:

- **Prompts**: inscentivos, contextualização

<sup>39</sup> A metodologia “The Open book of Social Innovation” pode ser acessado através do sítio da organização que idealizou a metodologia: <<https://youngfoundation.org/publications/the-open-book-of-social-innovation/>>

- **Proposals:** problema social e objetivos a que responde
- **Prototypes:** descrição do modelo de solução e do seu caráter inovador
- **Sustaining:** mecanismos de sustentação (institucional, financeira e parcerias)
- **Scaling:** mecanismos de replicação (efetiva ou potencial)
- **Systemic Change:** mudança sistêmica, impacto social

#### 4.1.2 Dos resultados esperados

Através da análise dos resultados das entrevistas realizadas junto aos dois projetos pude não só adequar minhas análises teóricas, como pude avaliar possibilidade de um possível desdobramento de estudos futuros. Caso os projetos continuem e se mostrem produtivos para a avaliação complementar sobre possíveis mudanças sistêmicas apresentadas a médio e longo prazo, ponderado pelo ciclo de inovação social, poderei ao longo dos próximos anos – tendo estes projetos continuidade e desejando estipular parceria comigo para o devido acompanhamento como conversado no dia da entrevista – fazer suas avaliações para que possam ser validadas, à medida do tempo adequado, como modelos de inovação social ou não. Será para tanto à época avaliar se os projetos em questão geraram mudanças sistêmicas em suas comunidades e grupos relacionados.

Como ambos os projetos são recentes e poderiam não haver ainda informações suficientes para que os projetos fossem enquadrados neste conceito do ciclo de inovação social. Terminei por optar pelo enquadramento teórico baseada nos pressupostos da *escola da economia solidária* de origem latino-americana e da semiperiferia mundial de acordo com a terminologia de Razeto e Gaiger, que busca se integrar nas componentes da “eficiência e da viabilidade de índole empresarial, mas se baseia principalmente pela via da autogestão e da cooperação, de índole mais social” (Razeto, 1993; 1997; Gaiger, 1996 apud Parente et al 2014).

Relativo às observações do **quadro 3** de contextualização da minha análise diante dos estudos de enquadramento teórico do empreendedorismo social reforço que para esta pesquisa o ponto central se faz na funcionalidade do empreendedorismo social enquanto ferramenta de intervenção social independente de ser uma inovação ou não. Por isso mesmo, situar os projetos baseados nos princípios da escola da economia solidária é o adequado para ambos os projetos e seus contextos políticos, sociais e econômicos dos países de onde se originam e funcionam.

A economia solidária expressa-se “mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários” (Laville & Gaiger 2009 apud Parente et al p.32). E, para os projetos selecionados para este estudo podemos, assim como a escola de economia solidária sugere, enquadrá-los na ideia de solidariedade em detrimento do interesse individual e de lucro como objetivo prioritário pela sua correspondência e adequação diante do contexto em que o projeto foi idealizado, do público alvo e dos países relacionados a ambos os projetos: refugiados de origens e contextos diferenciados, acolhidos em países com culturas que se entre cruzam pelo seu histórico

político colonial. A Caritas do Brasil, por exemplo, é de origem das missões jesuítas ainda relativo à época colonial portuguesa no Brasil. Assim, foi bastante interessante colocar em pauta o estudo de projetos em dois países que tem relações político, cultural e social históricas.

Contemplar estes projetos enquanto provocação para uma inovação social termina então como uma das funções do meu trabalho, que teve como consequência o interesse de ambas instituições em eu servir como mediadora de troca de informações entre os dois projetos para viabilizar melhorias e ainda promover as boas práticas entre as duas organizações; que se identificam enquanto sujeitos operantes para a transformação social e se mostram empenhados em ajustar e adequar seus projetos à medida que forem avaliadas as boas práticas para os seus melhores funcionamentos.

Assim, considerar estes projetos como possíveis futuros modelos de inovações sociais em percurso, seja pelo amadurecimento dos projetos, seja pelo amadurecimento das próprias instituições em relação ao olhar sobre estes projetos, se faz possível nesta pesquisa pela base estrutural dos projetos, sua razão de ser e de seus objetivos a alcançar a longo prazo. Isto porque, as inovações sociais têm base nas potencialidades de sujeitos e comunidades, visando o aproveitamento de seus talentos e conhecimentos para que se busque melhorias nas suas condições de vida e a possibilidade de uma mudança social concreta de longo prazo. Essa análise porém é contemplada com as devidas restrições apontadas no **quadro 3**.

Finalmente, é importante ressaltar que o objetivo do estudo e análise contemplada nesta pesquisa junto a estes dois projetos selecionados não se centra na sua inclusão como um modelo de inovação social replicável, mas sim na perspectiva de análise de um modelo de projeto de empreendedorismo social em si como ferramenta de intervenção social para uma (re)integração produtiva e sustentável em comunidades com contextos semelhantes aos vividos por Portugal e Brasil, hoje.

Aqui entenda-se sustentabilidade com base na definição do dicionário da língua portuguesa Dicio<sup>40</sup>,

*“Conceito que, relacionando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, busca suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras. Qualidade ou propriedade do que é sustentável, do que é necessário à conservação da vida”.*

#### **Quadro 4 – Dos entrevistados na pesquisa de campo**

---

<sup>40</sup> **Dicio**, Dicionário Online de Português, definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z. Pode ser acessado no sítio < <https://www.dicio.com.br/sustentabilidade/>>.

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO</b>	<b>NOTAS DE OBSERVAÇÃO</b>
<b>ACM PORTUGAL</b>	<b>Entrevistado 1</b>	<b>Coordenadora do núcleo de refugiados</b>	<b>Não assinou o termo</b>
<b>ACM PORTUGAL</b>	<b>Entrevistado 2</b>	<b>Coordenadora do Projeto PEI para refugiados</b>	<b>Não assinou o termo</b>
<b>CÁRITAS BRASIL</b>	<b>Nina Quiroga</b>	<b>Coordenadora da Caritas</b>	<b>Assinou documento de autorização (ANEXO 3)</b>

#### **4.2. Projeto PEI: estudo de caso português**

Levantamento de dados realizado a partir de entrevista presencial realizada no dia 18 de fevereiro de 2018, na sede do Alto Comissariado para Migrações de Portugal, na cidade de Lisboa, com a coordenadora do Núcleo de Refugiados e a coordenadora do projeto PEI – Programa de Empreendedorismo para Imigrantes. Os entrevistados, apesar de aceitarem realizar a entrevista, assim como me permitiram gravar a entrevista, não quiseram assinar o termo de autorização de publicação das informações levantadas na entrevista. Por isso aqui não usarei o nome dos entrevistados, somente a função.

#### **Projeto PEI**

De acordo com a página web oficial do Programa de Empreendedorismo para Imigrante, o Alto Comissariado para Migrações – ACM, é o responsável pelo acolhimento dos imigrantes na sociedade portuguesa. Trata-se de um órgão público que, além de acolher, também ajuda na integração dessas pessoas. No Brasil também existem diversas iniciativas empreendedoras por parte do governo como o Pronatec, que durante 2016 irá disponibilizar mais de 50 mil cursos gratuitos para diversas áreas do conhecimento.

O PEI tem também o objetivo de apoiar a criação de novos negócios, bem como a sua implementação feita por imigrantes. Além disso, busca o desenvolvimento do capital humano, ou seja, o desenvolvimento das competências pessoais e sociais, além das relacionadas com a gestão empresarial. O PEI tem atenção para tudo o que possa ser necessário para o desenvolvimento e implementação de um novo negócio.

#### **Roteiro de entrevista com o Alto Comissariado para Migrações - Projeto PEI**

### **1. Em que contexto este projeto foi criado? (Contextualização para a sua criação)**

Esse projeto é um desdobramento do Núcleo de Apoio e Reintegração dos Refugiados. A coordenação explica que este é um projeto piloto para que fosse organizado uma turma só de refugiados para que se trabalhasse o contexto desse grupo de forma diferenciada. *“Estamos nos preparando para abrir nova turma mas se os objetivos também vão ser os mesmo nós ainda não sabemos pois estamos dando os primeiros passos de uma nova iniciativa”*, diz a coordenação do Núcleo.

### **2. Qual o objetivo central do projeto? (Problema social e objetivos a que responde)**

O ACM já tem outra experiência só para imigrantes e agora estão a tentar escalar (etapa de *scaling* do ciclo de inovação) o modelo existente já há muitos anos como o público imigrante em geral para que se possa atender aos refugiados de forma diferenciada. Isto porque a questão da crise de refugiado com impacto em Portugal a nível do Programa de Recolocação dos Refugiados da Comissão Europeia é bastante recente. E essa então é uma iniciativa para o Núcleo de Apoio e Integração dos Refugiados que também só surgiu em 2015.

### **3. Qual o tipo de estrutura criada para atender o projeto?**

O projeto se desenvolve com a criação de uma equipe de formadores que vem apoiando no desenvolvimento da metodologia de trabalho porque há que se fazer uma adaptação linguística e de tratamento para o entendimento mais amplo, visto que há uma limitação linguística que para tanto exige tradutores de línguas correspondentes às necessidade da sala. A primeira turma teve um tradutor para o francês e para o árabe.

Além disso, busca-se capacitar não só os refugiados que querem se capacitar mas também os próprios professores que devem estar preparados para lidar com este público. Um público com muitas questões por serem hoje parte de um grupo vulnerável pelo deslocamento social e linguístico principalmente.

Os professores hoje depois da primeira turma formada estão, inclusive, mais preparados para atuar na mediação intercultural de grupos que podem ser mesmo muito heterogêneos. O método de aprendizagem também foi aprendido.

### **4. Foram pensadas parcerias para o funcionamento do projeto?**

As parcerias foram pensadas e envolvem inclusive uma mobilização em busca de capacitação das próprias instituições parceiras que trabalham pela promoção do empreendedorismo para que

apoiem no desenvolvimento de uma metodologias que se atenda as limitações de um grupo de grande diversidade linguística e cultural.

Após a capacitação da equipe, esta capacita diretamente os empreendedores participantes da turma do projeto para assim apoiá-los a desenvolver muito além dos seus potenciais, mas as limitações culturais. É preciso uma formação para adaptação cultural dos costumes e leis de Portugal. E tudo isso passa pelo maior desafio que é a língua.

## **5. Quais os parceiros vocês têm hoje no projeto?**

ACNUR, escolas de língua estrangeira e tradutores das mais diversas línguas e dialetos. Quando há inclusive dialetos diferentes vamos atrás. Hoje, a ACNUR conta inclusive com uma linha de telefone para que os refugiados liguem e possam acessar informações práticas com a ajuda de um tradutor. O que também é um desafio para o nosso país, que não tem disponível tantos tradutores assim em línguas e dialetos tão diferenciados. Não havia até então mercado para esse tipo de profissional em Portugal.

Além da língua outra questão que temos como desafio é apoiar este grupo com o encaminhamento para o tratamento em saúde mental. Porque somente depois que as pessoas iniciam algum tipo de treinamento num país diferente, com uma cultura diferente, é que termina por ter que lidar com limitações que nem sabiam ter. Portanto, tivemos casos das pessoas entrarem na formação e terem que sair por não conseguir dar conta da dimensão de tanta diversidade. Além de linguística, cultural. Essas pessoas que saíram foram e então encaminhadas para poder primeiro lidar com outras dimensões e então depois poder voltar mais preparado emocionalmente. E aqui conseguimos mapear as dificuldades e encaminhar inclusive para os órgãos públicos para o tipo de atendimento adequado. Assim, somente a partir do atendimento na questões da assistência social básica como habitação.

Temos ainda parceiros para formação em turismo, cozinha e restaurante e cabelereiro, mas não são institucionalizados, são profissionais que vem passar a sua experiência.

## **6. Por que o empreendedorismo?**

Porque traz a possibilidade de medir com os conhecimentos daqueles que já tinham experiência como empreendedores nos seus países.

## **7. O projeto tem algum recorte relacionado a idade ou gênero?**

Não tem mas pelo o perfil dos refugiados hoje terminam por ser homens em sua maioria para tentar abrir um negócio novo. Novo porque no seu lugar de origem já tinham a experiência de ter

tido seus próprios negócios, que terminaram abandonas na maioria dos casos atendidos pela questão da guerra.

**8. De que forma vocês avaliam o desenvolvimento do projeto e seus resultados?**

Hoje, conseguimos acompanhar alguns dos participantes que se formaram. Ainda o fator limitante é a instabilidade emocional, que ora traz os refugiados para próximo, ora terminam por ficarem restritos e limitados pelo medo e insegurança.

**9. Quantas indivíduos com estatuto de refugiado já foram atendidos no projeto?**

Foram formados 15 refugiados, em julho de 2017. Dentre eles 12 homens e 3 mulheres. Porque os negócios daqueles que vêm de fora com esta expectativa de montar um negócio aqui em Portugal é majoritariamente negócios de homens que já tem uma experiência no seu país de origem. Nessa turma então terminou por atender apenas 3 mulheres que foram com os maridos.

**10. Vocês têm algum tipo de acompanhamento pós projeto?**

Sim. Acompanhamos aqueles que conseguiram montar seu negócio e aqueles que conseguiram trabalho, nos serviços encaminhados principalmente de restaurante.

**11. Vocês estimulam alguma dinâmica para a integração social produtiva e sustentável dos participantes do projeto?**

*"Não queremos que os grupos participantes se vejam apenas como refugiados que tentam dar um jeito de sobreviver em um país estrangeiro. A intenção é fazer com que cada um dos refugiados envolvidos no projeto comece a pensar como empresário, como um empreendedor que será capaz de tocar o negócio à frente, de maneira profissional e rentável, Para tanto, a equipe do projeto da ACM se colocou inclusive disponível para acompanhar os novos negócios que forem abertos após o curso aqui dado."*, Entrevistado 1, Alto Comissariado para as Migrações de Lisboa

**12. Qual o retorno esperado com a participação do refugiado no seu processo de integração social?**

A ideia é proporcionar a elas auto confiança e a formação de um novo grupo de apoio social e profissional, mas que leva tempo. Porém, o mais importante trazido pelos entrevistados é a forma como o grupo se entrosou. Enquanto grupo que conviveu durante a formação, nas 10 semanas com 3 horas de formação semanal, num período de 4 meses, e apesar de diferenças culturais muito grandes, eles procuraram buscar entre eles mesmos o apoio necessário para não se desmobilizarem enquanto grupo. A empatia neste caso é o que garante a unidade do grupo. Se reconhecer enquanto

indivíduo em processo de integração da mesma forma e dificuldades que os outros no seu mesmo estado de vulnerabilidade.

### **Percepção para avaliar o projeto enquanto exemplo de projeto a ser seguido e desenvolvido**

Nessa perspectiva os coletivos que a Caritas Brasil conseguiu apoiar a criação após a formação em empreendedorismo não foram suficientes para o grupo formado pela ACM. Seja pela falta de interação necessária do grupo e como disse os entrevistados, talvez pelo pouco tempo de formação que eles tem, que não foi o suficiente para criar os laços necessários.

Para a geração de trabalho e renda, baseados ainda numa lógica de integração social e cultural a ACM está repensando de que forma pode apoiar o grupo na sua diversidade a se concentrarem nas suas experiências e capital intelectual, social e cultural para estimular a troca e assim o aumento da empatia. Mas ainda hoje há a limitação de atração do público para este tipo de curso. As pessoas ainda estão incluídas em outros processos sociais, como habitação adequada e filhos adaptados, para se sentirem liberados para começarem um projeto de vida na proporção de investimento financeiro e emocional deste tipo.

A questão maior ainda é porque muitos estão tentando mediar inclusive a ideia de tornar Portugal o lugar de reconstrução. Porque muitos ainda vêem Portugal como país de passagem no caminho para o país desejado nos sonhos deles, aonde têm inclusive família ou amigos que o esperam. Muitos ainda estão a compartilhar desafios primários como a língua e a mediação dos desejos associados a ideia original de serem acolhidos em outros países onde acreditavam que teriam mais facilmente acesso à recursos sociais, além da oferta de trabalho.

Percebi que a equipe ainda está um pouco insegura por não terem conseguido fechar a segunda turma ainda em fevereiro de 2018. Mas muito animados na verdade em aproveitarem o projeto piloto para seguirem estudando um modelo adequado e até mesmo entusiasmados com a possibilidade de poderem estar em contato com o projeto da Caritas Brasil, que não sabiam até a entrevista comigo, que tinham um modelo parecido. A ideia é seguir com a troca e o amadurecimento na busca de um modelo apropriado com o refugiados, incluindo parceiros do governo e parceiros de instituições não governamentais também que estejam com projetos paralelos para atender esse público.

### **4.3. Projeto CORES: estudo de caso brasileiro**

Levantamento de dados realizado a partir de entrevista presencial com a entrevista realizada no dia 26 de julho de 2018, na sede da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, no bairro da Tijuca, com Nina Quiroga, idealizadora do projeto CORES e coordenadora da Cáritas. A

entrevistada assinou termo de autorização de publicação das informações levantadas na entrevista e autorizou ainda que seu nome fosse contemplado.

### **Projeto CORES**

De acordo com a página web oficial do Programa de Atendimento a Refugiados – PARES, da Caritas, o CORES é o Coletivo de Refugiado Empreendedores desenvolvido pela Cáritas RJ, desde 2017, em parceria com o SEBRAE-RJ, oferece capacitação aos refugiados, motivando-os a abrir e profissionalizar seu próprio negócio. Na primeira edição, o CORES qualificou profissionais com talento e experiência em costura e gastronomia. Na edição de 2018, o projeto incentiva talentos de profissionais de cabelo.

O PARES é um programa realizado com base no apoio da ACNUR, que desde o primeiro momento do programa da Cáritas do Rio de Janeiro e conta também com a parceria de diversas entidades, organizações, empresas, universidades, órgãos públicos, ONGs e coletivos, atendendo refugiados de mais de 60 nacionalidades<sup>41</sup>.

### **Roteiro de entrevista com a Caritas – Projeto CORES**

#### **1. Em que contexto este projeto foi criado? (Contextualização para a sua criação)**

A Caritas Brasil é, por exemplo, pioneira neste tipo de iniciativa para integração de refugiados. Em 1976, a Arquidiocese do Rio de Janeiro iniciou um trabalho pioneiro de assistência a refugiados que chegavam à cidade. Eles vinham de países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai, fugindo da perseguição política exercida pelos regimes militares da época. Deu origem, em 1976, ao primeiro trabalho sistematizado de atendimento a refugiados no Brasil. O arcebispo, na época, decidiu instalar um serviço permanente de ajuda a refugiados, oferecendo abrigo e, com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), buscando encontrar um terceiro país que pudesse protegê-los.

A Caritas Brasil se tornou referência no trabalho com acolhimento de refugiados e, hoje, conta com a parceria de diversas entidades, organizações, empresas, universidades, órgãos públicos, ONGs e coletivos, atendendo refugiados de mais de 60 nacionalidades. “Desde o início da crise na Síria, o Brasil vem concedendo refúgio a mais sírios do que os principais portos de destino de refugiados na Europa”, segundo dados do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados no Brasil), órgão ligado ao Ministério da Justiça.

---

<sup>41</sup> Estas informações institucionais foram retiradas do site oficial do Programa PARES, que inclui o projeto CORES: <http://www.caritas-rj.org.br/cores.html>

Mais de vinte anos depois do primeiro projeto voltado para refugiados, em 2017, com o agravamento da crise mundial de migração a Caritas Brasil cria o primeiro curso de empreendedorismo voltado para os refugiados pensarem em alternativas individuais e coletivas para geração de trabalho e renda e geração de auto emprego. É a oportunidade deste indivíduo, sujeito de múltipla vulnerabilidade, elaborar um novo projeto de vida sustentável.

Esse projeto deu origem ao primeiro trabalho sistematizado de atendimento a refugiados no Brasil. E em 2017 o Projeto CORES surge como um novo projeto da instituição que possibilitou aprofundar o desenvolvimento de novos negócios e talentos e a inserção do grupo de refugiado atendido no mercado de trabalho formal.

A Caritas tem projetos de acolhimento em todo país para o combate a pobreza, marginalização e a xenofobia. Esse projeto poderá obter um modelo de atendimento em todo país porque seus parceiros também tem sede nas grandes capitais que atraem o público alvo, no caso os refugiados.

## **2. Qual o objetivo central do projeto? (Problema social e objetivos a que responde)**

A coordenadora do projeto CORES, Nina Quiroga, explica que o curso do projeto CORES não só na sala de aula, “também fazemos passeios para vivenciar os desafios da língua e o acompanhamento de proteção social, que conta com uma equipe multidisciplinar com psicólogos e assistente social e ainda uma analista de Recursos Humanos para ajudar na identificação de oportunidades de trabalho e orientação para que possam realizar entrevistas e fazer seus currículos. Além disso há um trabalho de saúde mental para ajudar na questão da sociabilidade e adaptação nas novas regras culturais e limitações provocadas por serem estrangeiros no que diz respeito inclusive à língua.

A Caritas também oferece aula de yoga para os refugiados todo esforço para que se considere a necessidade de se estabelecer aos poucos a construção de um grupo social para que além do desafio da empregabilidade, o espaço físico da própria ONG possa oferecer a oportunidade de ampliar a rede social para ampliar assim as redes de sociabilidade que terminam por promover uma rede para possíveis trabalhos.

*"Mais do que uma capacitação, criamos condição para o refugiado se estruturar no universo empreendedor. Temos **um olhar não só para a profissão, mas também para a vida dessas pessoas**. Conseguimos gerar uma rede de contatos e ajudamos a dar mais visibilidade para alguns trabalhos, que são os maiores desafios para qualquer empreendedor brasileiro.”* Nina Quiroga, idealizadora do projeto CORES e coordenadora de projetos da Caritas

Muitas vezes o Brasil somente viabiliza a estadia provisória enquanto quem tem possibilidade termina por organizar de forma ilegal passaporte brasileiro para acessar países europeus como a França que não exigem pelo acordo diplomático entre os dois países visto para a entrada de turista. Uma realidade ainda não publicada cientificamente, mas debatida no espaço acadêmico por pesquisadores do tema<sup>42</sup> inseridos em projetos onde vêm coletando dados através de depoimentos voluntários de refugiados em processo de transição entre o Brasil e o país desejado.

### **3. Qual o tipo de estrutura criada para atender o projeto?**

A estrutura é dividida com o SEBRAE, onde os participantes têm as aulas técnicas e na sede da Caritas tem as outras atividades, como o acompanhamento psicológico, jurídico e de assistência social.

### **4. Foram pensadas parcerias para o funcionamento do projeto?**

O ACNUR é nosso parceiro institucional que traz para o nosso trabalho uma reputação muito importante. E tecnicamente, o SEBRAE foi pensado para ser o responsável pela capacitação técnica em empreendedorismo e a capacitação específica nas propostas de cada momento.

Este projeto não tem apoio financeiro da ACNUR, como tem o projeto de Lisboa, e isso dificulta a Caritas criar melhores condições para que consigam reter os seus alunos. Agora em 2018, no mês de julho quando foi realizada a entrevista com a coordenadora do projeto, estava em andamento mais uma turma, que inicialmente tinha 17 participantes, todos refugiados, e naquele momento só estavam comparecendo 8.

Mas a coordenadora não desanima com os números aparentemente baixos, muitos projetos paralelos ao CORES estão em desenvolvimento para que se possa atender a todos os perfis de refugiados que a ONG acompanha.

### **5. Quais os parceiros vocês têm hoje no projeto?**

ACNUR e SEBRAE

### **6. Por que o empreendedorismo?**

O Empreendedorismo Coletivo vem do conceito primário da cooperação, que por sua vez, tem tudo a ver com a lógica da solidariedade orgânica dentro da comunidade de imigrantes refugiados,

---

<sup>42</sup> Fórum de Estudos Brasileiros da Universidade de Aarhus, na Dinamarca. Departamento de Estudos Brasileiros. Apresentação da pesquisa sobre processos migratórios, pesquisa em desenvolvimento da doutoranda Alexandra Gomes de Almeida, Departamento de Sociologia da Universidade de São Carlos.

que vamos mais à frente ilustrar com base na experiência vivida pelo projeto da Caritas no Rio de Janeiro. Projetos com esta estrutura têm o potencial de construção de rede de apoio entre o grupo e os seus parceiros institucionais governamentais e não governamentais, que conseguem criar uma dinâmica que vai além de um projeto econômico, essa estrutura amplia as vias de sociabilidade, fundamentais no processo de integração num novo país.

Nesta perspectiva que surge o projeto CORES, para dar formação aos refugiados que circulavam pelo espaço da Caritas tomados de angústia pela falta de perspectiva de estar abrigado num país sem estrutura adequada para estabelecer de forma estruturada um programa de recolocação dos refugiados como tem na Europa. Frente a esta ausência de atenção do Estado, muitos deixam o país e usam este território como país de trânsito para o país desejável.

## **7. O projeto tem algum recorte relacionado a idade ou gênero?**

O projeto não tem exclusividade de gênero mas percebemos que o público que mais se interessa por este tipo de projeto são as mulheres. Em 2018 já haviam realizado uma turma de formação com corte de gênero, com uma turma de 6 africanas e 2 venezuelanas que fizeram formação técnica em cabelereiro com o apoio institucional do SEBRAE<sup>43</sup>, que deu a formação técnica.

*"Não queremos que eles se vejam apenas como refugiados que tentam dar um jeito de sobreviver em um país estrangeiro. A intenção é fazer com que todos eles comecem a pensar como empresários, como empreendedores que sabem tocar o negócio à frente, de maneira profissional e rentável", explicou em entrevista a analista do Sebrae-RJ, Juliana Oliveira<sup>44</sup>.*

## **8. De que forma vocês avaliam o desenvolvimento do projeto e seus resultados?**

Segundo a coordenadora da Caritas, enquanto coordenadora do projeto CORES, Nina Quiroga salienta o cuidado a se ter com a questão comportamental e estrutural referente às origens de cada indivíduo refugiado na transição para a sua integração à rede que está sendo estruturada com o apoio da organização:

*"Se a gente desconecta as questões culturais relacionadas a origem de cada refugiado participante de um projeto como este e ainda não apoia*

---

<sup>43</sup> SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

<sup>44</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/refugiados-recebem-aulas-de-empreendedorismo-no-rio-decidi-recomecar-diz-colombiana.ghtml>

*a estruturação de rotina familiar de cada um para suportar os refugiados participantes enquanto projeto e enquanto coletivo de empreendedores, a estrutura pensada não tem sustentabilidade”.* Nina Quiroga, idealizadora do projeto CORES e coordenadora de projeto da Caritas

Quiroga aponta ainda a necessidade do acompanhamento e apoio de uma equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais e ainda analistas de Recursos Humanos para que possam orientar e acompanhar o desenvolvimento dos refugiados enquanto empreendedores no processo de inserção produtiva e social.

Dialogar com formas reais de oportunidades de trabalho, mesmo que a partir de um investimento de criação do próprio trabalho, como é a origem do empreendedorismo, é um passo importante para que o grupo de refugiados envolvidos num projeto coletivo consigam, juntos, articular oportunidades e assim vislumbrar a possibilidade de projeção de um projeto futuro.

A primeira turma formada pelo projeto CORES criou uma rede de sociabilidade e integração entre as mulheres que participaram do curso de formação em empreendedorismo que terminaram por construir o coletivo de trabalho “Mulheres do Sul Global”. Um projeto de desdobramento de um grupo produtivo de mulheres costureiras e artesãs, que tem um recorte de gênero mas vinculado ao interesse despertado entre elas e a sinergia que se criou no grupo. Esse projeto piloto foi bem sucedido nas duas frentes planejadas enquanto estrutura base para o acompanhamento pós formação no curso de empreendedorismo: da articulação de oportunidades – a Caritas ajudou na busca por um espaço colaborativo onde elas pudessem se integrar; e o acompanhamento social para a incubação as ideias fruto do curso de formação.

O grupo “Mulheres do Sul Global” alcançou o objetivo primário de inserção produtiva com geração de trabalho e renda e a inserção social pelo sentimento de pertencimento social ao adquirir uma função produtiva na cidade acolhida. E para tentar garantir a sustentabilidade do projeto a coordenação do projeto CORES faz o acompanhamento do coletivo.

## **9. Quantas indivíduos com estatuto de refugiado já foram atendidos no projeto?**

No projeto CORES na primeira turma de formação em empreendedorismo dos 20 participantes que começaram a formação, formamos 9. Dos que saíram do projeto 2 foram para a França; os outros 4 conseguiram emprego e 2 saíram por não terem ainda conseguido criar uma estrutura de apoio que possibilita transitar entre suas casas e a Caritas no horário das aulas, as 2 pessoas especificamente são mulheres com filhos que não têm com quem deixar para que sejam cuidados enquanto estão em formação.

**10. Vocês têm algum tipo de acompanhamento pós projeto planejado para o acompanhamento de integração social dos participantes que realizaram o curso oferecido pelo projeto?**

A Caritas mesmo com a equipe técnica tão enxuta está fazendo grande esforço para angariar mais parceiros para dar sustentabilidade aos coletivos que se forma, ao exemplo do grupo “Mulheres do Sul Global”. A Caritas além de acompanhar o desenvolvimento do projeto faz a mediação para participação em feiras e ainda indicam seu trabalho a partir de sua rede de apoio e confiança.

**11. Vocês estimulam alguma dinâmica para a integração social produtiva e sustentável dos participantes do projeto?**

O projeto CORES partiu do princípio que era a união de coletivos de pessoas de se reconhecem que faz o projeto acontecer. No caso das costureiras do grupo “Mulheres do Sul Global” a estrutura chave para a sua realização foi justamente a questão do reconhecimento entre as mulheres enquanto grupo produtivo e grupo social.

**12. Qual o retorno esperado com a participação do refugiado no seu processo de integração social?**

O desafio hoje é construir um novo modelo de projeto, já com as lições aprendidas do projeto piloto para incluir no processo uma plataforma digital, como já tem em Portugal <<http://refugiados.net/1cpr/www/projectos.php>>.

**Percepção para avaliar o projeto enquanto exemplo de projeto a ser seguido e desenvolvido**

Nessa perspectiva surgem os coletivos para geração de trabalho e renda, baseados ainda numa lógica de integração social e cultural. A exemplo do projeto CORES, estudo de caso para esta pesquisa, idealizado pela Caritas Arquidiocesana, juntar pequenos empreendedores para trabalharem juntos passou a ser assumido como uma solução que garante sustentabilidade econômica e social, porque por um lado temos a ideia de compartilhar recursos para se manter uma estrutura mínima de trabalho ao mesmo tempo que compartilhar desafios sugere ainda compartilhar competências para que os empreendedores tenham força mental para a fase de estruturação de modelo de negócio e a estruturação emocional para que o grupo se apoie nos momentos de dificuldades.

Podemos, assim, caracterizar o projeto CORES como empreendedorismo social pois pressupõe a criação de valor social. Trouxe também empoderamento<sup>45</sup> individual e coletivo. Considero aqui por empreendedorismo social a capacidade que o projeto desempenhou promovendo para o grupo capacitado no projeto um caminho alternativo ao que o mercado tradicional e o Estado não dão mais conta, nem pela oferta de trabalho formal nem pela oferta de serviço relacionados aos direitos básicos dos indivíduos, como cuidado com a saúde, através das atividades de saúde mental promovidas pela Caritas no acompanhamento dos participantes do projeto; pela criação da possibilidade de integrar o grupo num setor alternativo de atividade econômica e social cuja finalidade não é a da acumulação da riqueza ou lucro, mas principalmente de valor social para o seu auto reconhecimento enquanto integrado à comunidade que o acolheu.

O projeto CORES caracteriza-se assim para além de uma experiência de empreendedorismo social, considerando que a principal característica do empreendedorismo social, de acordo com Parente (2011), é a promoção ou ampliação do valor social através de iniciativas inovadoras que não objetivam a acumulação de riqueza ou lucro; um modelo de projeto replicável a outras realidades e países com as devidas adequações aos seus contextos sociais.

#### **4.4. Projetos coletivos para soluções coletivas**

Diante da pesquisa venho afirmar que o empreendedorismo hoje representa muito mais do que um negócio isolado para o indivíduo conseguir criar seu próprio trabalho, representa a capacidade de se criar um ecossistema que agrupe pessoas com mesmos interesses em coletivos. O coletivo é a expressão de uma convivência necessária e inevitável da qual podemos zelar por uma inteligência plena se organizada de forma a projetar conjuntos de mesmo interesse, valores e desejos.

Um coletivo de refugiados, por exemplo, pode representar a possibilidade de construção do ecossistema perdido, da sensação de pertencimento a partir do encontro com semelhantes: os imigrantes que buscaram novo país fugindo da guerra e da total sensação de perdas. Perda do seu protagonismo como cidadão, perda da sua identidade política, como indivíduo e perda também da identidade do coletivo que promove de forma orgânica sua conectividade com o local de origem, de pertencimento por ser natural daquele lugar. Ao ser expulso de alguma forma da sua pátria, você perde sua cidadania local e é colocado como imigrante e no caso extremo, sem escolha, como um refugiado.

---

<sup>45</sup>A palavra 'empoderamento' neologismo do educador Paulo Freire que tem origem no termo inglês "empowerment", define um conceito fundamental para entender as aspirações desses movimentos sociais. Link para matéria: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>

Enquanto cidadão de um pátria você tem uma conectividade natural que o faz ser participante do seu bairro, da sua cidade, do seu território consciente ou não. Você tem seu número de inscrição no Estado como cidadão, você tem um endereço mesmo quando residindo um bairro precário ou uma ocupação de terra; você se relaciona com aquele lugar com propriedade porque é natural dali.

Quando você entra em outro país você precisa provar que você tem o direito a se adequar e a receber todos os títulos que um cidadão precisa para poder viver: um número de inscrição de pessoa física; um título fiscal; um título de eleitor; um registro de trabalhador; etc. Um imigrante, um cidadão não natural de um determinado território, país, precisa conquistar o direito a todos estes títulos. O título de refugiado, por sua vez, te dá o direito ao acesso, mas a conquista de se sentir parte do novo território, do novo ecossistema, já é um processo em si; que leva tempo e demanda energia para que te reconheçam enquanto parte deste novo ecossistema.

Daí a importância simbólica do investimento da sociedade nos projetos de empreendedorismo social para os refugiados. Um coletivo de refugiados promove a possibilidade de (re)construção de novas perspectivas para cada um destes títulos, mesmo que o encontro e a convivência sejam de indivíduos de nacionalidades diversas. Mas a ideia é estes possam através da mesma causa se reconhecerem parte integrante do novo ecossistema.

Um coletivo refugiado primeiro promove a possibilidade de cada indivíduo participante se sentir protagonista de um ecossistema novo, possibilitando a própria construção de um novo ecossistema onde se promove inclusive o reconhecimento da identidade estética, seja pelo reconhecimento de indivíduos com a mesma nacionalidade, seja pelo reconhecimento do título como refugiado.

Promove, assim, conectividade por reconhecimento de causa, o que consequentemente promove participação pela causa compartilhada na conquista de novo espaço em território estrangeiro. Se torna assim um movimento por si só, mesmo quando não compreendido como um movimento social estruturado.

Um projeto coletivo de refugiados é a possibilidade desse grupo se enxergar como indivíduos participantes, incluídos de alguma forma. Se sentir parte de um ecossistema maior é dar ao indivíduo a possibilidade de se sentir vivo, de forma que ele possa "florescer" novamente para se sentir parte ativa na reconstrução da própria identidade enquanto cidadão refugiado.

Assim, o empreendedorismo como ferramenta de intervenção social ele está associado a proposta de (re)agrupamento de iguais, seja pela causa ou por identidades específicas, de forma a apoiar indivíduos que foram obrigados a abandonar seus países por diversas razões a conquistarem um novo espaço que te coloque como sujeito participante. Empreender em grupo te recoloca no mundo de várias formas. A sensação de poder participar de alguma forma é o que traz o indivíduo de volta à vida.

Um coletivo para refugiados, portanto, tem a possibilidade de resgate de auto estima, resgate de identidade, resgate da sensação de direito de reconstruir um novo projeto de vida. Sensação porque a Declaração Universal dos Direitos Humanos frente a tantas desigualdades no mundo precisa trazer para o indivíduo, com apoio das organizações de apoio às ações humanitárias de indivíduos em situação de refúgio, tem por missão reforçar a este indivíduo que de com a Carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos se reforça o acordo de reconhecimento do direito base de que todo indivíduo tem o direito à vida:

### *Artigo 3º*

*Todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.*

Os coletivos são movimentos inovadores e inclusivos que convidam os indivíduos que dividem causas específicas e participar da sociedade de forma mais ativa. Este é um jeito de conquistar espaço, parceiros, investidores, e simpatizantes que podem contribuir pela sua inclusão de fato.

Um coletivo pode ser um forma de sustentar um indivíduo que precisa se sentir parte de um ecossistema e assim aprender a (sobre)viver nesse novo lugar, de forma física, mental e emocional. É uma ferramenta de impacto para apoiar os indivíduos em situação de refúgio a reconstruir suas aparas sociais que o tornam cidadão de fato: trabalho, rotina, território, grupo de apoio. Essa sensação de pertencimento e a possibilidade de criação de nova forma de conectividade torna este indivíduo capaz de criar novo projeto de vida. Cria assim condições básicas para conquistar reconhecimento como indivíduo participante da sociedade.

Os coletivos têm a capacidade de colocar em contato as causas comuns. Com uma causa os indivíduos podem vislumbrar um futuro estruturante para que juntos o façam tornar realidade. Assim se pensa num coletivo de costureiras como têm o projeto CORES, a garantia de um trabalho a zelar, longe do perigo do trabalho precário, é a possibilidade de estruturar juntos metas, gerando assim motivação comum.

Uma causa comum é capaz de mobilizar um indivíduo que luta para encontrar forças para resistir às adversidades, além das incertezas, que realiza a lembrança de que em havendo pedras no meio de qualquer caminho eu posso usá-las para construir uma base sustentável. Pois, são justamente as causas que angariam parcerias, conquistam apoios e criam visões compartilhadas, capazes de gerar processos coletivos de força e atuação.

## Conclusão

---

Essa pesquisa me autoriza a afirmar que, na visão predominante dos gestores dos projetos de empreendedorismo há uma lógica centrada na tentativa de mediar conflitos. Conflitos que são gerados a partir de ideias limitadas de parte da população que se sente obrigada a receber os refugiados e que não consegue tomar para si a dimensão de empatia do prejuízo que é ser obrigado – enquanto indivíduo com status de refugiado, de requerente de asilo ou de qualquer que se o status de proteção humanitária subsidiária – a deixar sua casa, sua pátria e tudo que tem, seja bens materiais, seja sua própria família e ciclo de amigos, que são além da sua força de origem de sentimento de pertença, o seu ciclo de confiança e apoio moral. Assumir enquanto projeto global políticas de apoio para uma integração social consciente, produtiva e sustentável, é organizar enquanto sociedade global a reestruturação do ser humano enquanto comunidade global.

Pensar a inserção e o desenvolvimento produtivo de um indivíduo com estatuto de refugiado é ir além da busca de soluções como respostas à reconfiguração do mundo do trabalho em função das economias globalizadas. Vai além dos valores tradicionalmente associados à ideia de sucesso nas sociedades modernas. A inserção produtiva deve se ligar à capacidade de desencadear processos de desenvolvimento não apenas econômico, mas, sobretudo, social e humano. Para tanto, para apoiar o indivíduo com estatuto de refugiado a se tornar sujeito produtivo é ter a capacidade de criar empatia para resgatar o outro da condição de deslocado do sentimento de pertencimento da comunidade que o acolheu.

É aceitar o movimento orgânico que se dá num momento de crise, como é chamado o movimento global de migração em massa por qualquer que seja a necessidade, pois este movimento se mostra a partir do reflexo das mudanças provocadas pelas transformações políticas, sociais e econômicas do mundo contemporâneo. Aceitar as mudanças que se dão no próprio movimento. É mesmo por fim sermos capazes de promovermos o ajuste destas mudanças perceptíveis aos olhos de toda sociedade, mas, principalmente, saber que elas começam com o apoio de toda comunidade global. É não temermos as incertezas e acreditarmos acima de tudo em nossos próprios ideais e objetivos, enquanto projeto de humanidade.

É viabilizar pela mudança de mentalidade a construção de uma rede para a sustentabilidade dos resultados de impactos sociais que já vimos ser positivos. Aceitar que a mudança de mentalidade para aceitar o estado atual das coisas é inevitável e necessária. E, para tanto, o empreendedorismo como forma de gestão de conflito, como ferramenta de mediação de culturas para a construção da empatia social, para o aceite do estranho que se integra na comunidade, pode ser um modelo transformador para todas as partes. Um modelo agregador e viável.

O impacto social aqui pode ser entendido como efeitos imediatos a nível local e, em termos globais, a médio ou longo prazo, induzidos por uma intervenção, previsto ou não, direta ou

indiretamente. Considerando que a mudança de cultura, a reforma dos sistemas econômicos tradicionais seja pela necessidade de uma transformação nas políticas públicas relacionadas a forma produtiva das comunidades. Uma forma de apoiar a comunidade a interagir e organizar suas próprias soluções.

Os contributos desse estudo apresentam evidências pertinentes para que o esforço se faça presente em todos os países que estão a acolher refugiados, sabendo ser ainda necessário o acompanhamento dos projetos em questão avaliando se estão recebendo o apoio necessário da rede estabelecida para o seu funcionamento, no que conta com apoio de uma política internacional, nacional e local, municipal e comunitário, para que a medida que se realize se faça presente a ajuda necessária para os ajustes necessários. Fica, claro, ainda, que esta é uma área em progressivo desenvolvimento, o empreendedorismo vem se desenvolvendo à medida da necessidade mapeada pela sociedade e pelas comunidades que identificam suas faltas propriamente ditas.

Acompanhar projetos como estes, faz-se necessário para mais estudo na busca efetiva de um modelo, se assim o for permitido, e para que averiguando resultados reais de impacto social nas comunidades que estão envolvidas com este tipo de projeto possamos provocar uma ação concreta de novas políticas para o incentivo a este tipo de produção coletiva junto as suas redes estabelecidas. Sobretudo por considerar que a intervenção social e comunitária, que se quer real e socialmente inovadora, tem de ser perspicaz, observadora da mudança e articuladora de políticas para a promoção de modelos mais saudáveis e sustentáveis para a sociedade.

Seja pela integração social através de formação para apoio a adequação cultural através, por exemplo, da aprendizagem da língua de forma mais prática e lúdica de situações do dia a dia numa cidade nova; seja pela facilitação na formação qualificada para o encaminhamento adequado de acordo com a realidade local do mercado profissional; seja pelo incentivo e apoio na viabilização de novos projetos de vida associados a novas formas de participação produtiva na sociedade; cada um dos projetos aqui abordados foram apresentados de forma a gerar ideias que possam ser adaptadas de acordo com a realidade local de quem quiser empenhar um projeto que atenda aos refugiados. A ideia aqui é servir de contributo para promover novas ações que proporcionem a (re)integração produtiva e sustentável dos refugiados em todo mundo.

## Bibliografia

---

ACNUR. *Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado*: de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados.

**ALVORD, S.; BROWN, L. e LETTS, C. (2004)**, “*Social Entrepreneurship and Societal Transformation: An Exploratory Study*”, *The Journal of Applied Behavioral Science*; Sep 2004; 40, 3; ABI/INFORM Global, pg. 260.

**AVRITZER, Leonardo (1996)**. *Mercado e Democracia*. Artigo publicado em no livro *Racionalidade*. Editora: Novos Estudos, São Paulo, v. 1, n.44, p. 115-127, 1996.

**BLUMER, Herbert**. *Symbolic Interactionism. Perspective and Method*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

**BOBBIO, Norberto (1992)**. *A Era dos Direitos*. 4ª Reimpressão. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Editora Campus Rio de Janeiro, 1992.

**GUIDDENS, Anthony**. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

**CAMPOS, José R. B. (1999)**. *Relatório especial para o Senado sobre Organizações Não Governamentais*.

**CARDOSO de MELLO, João (1998)**. “*Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*”. Editora Brasiliense. São Paulo. (1998, p.615)

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS**. Publicada em 10 de dezembro de 1948.

**DAGNINO, Evelina**. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: Dagnino, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, pp. 103-118.

**DEES, G. (2001)**. *O Significado do Empreendedorismo Social*, tradução de “The Meaning of Social Entrepreneurship”, Center for the Advancement of Social Entrepreneurship. The Fuqua School of Business, Duke University.

**FERREIRA, S. (2000)**. *As organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social*. Para o: IV Congresso Português de Sociologia. Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos. Coimbra: Associação Portuguesa de Sociologia.

\_\_\_\_\_. (2017). Slides das aulas da disciplina Contextos e Práticas de Empreendedorismo Social. ANDRÉ, Isabel e ABREU, Alexandre. *Dimensões e espaços da inovação social*. Finis terra, 81. (2006).

**FRASER, Nancy**. *Justice Interrupts*. New York: Routledge, 1997.

- FRASER, Nancy (2001).** *Reconhecimento sem Ética*. Artigo originalmente publicado na revista *Theory, Culture & Society*, v. 18, p. 21-42, 2001. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis.
- GARCIA, T. F. & ROMERO, L. (2014).** Fundamentos Teóricos do Serviço Social Individualizado. In M. I. Carvalho & C. Pinto (Coord). *Serviço Social: Teorias e Práticas* (Chap.13, pp. 243-256). Lisboa: Pactor.
- Gil, A. (2008).** *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª edição). São Paulo: Editora Altas.
- GIRARD, René (2004).** *O bode expiatório*. Editora É Realização. São Paulo, 2004
- GIDDENS, Anthony.** A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HESPANHA, P. (2001).** *Os caminhos e os descaminhos do terceiro sector: a propósito da experiência portuguesa recente*. In Santos, Boaventura Sousa, Cohn, Amélia & Camargo, Aspásia (Org.), *O Diálogo dos 500 Anos. Brasil e Portugal entre o passado e o futuro*. Rio de Janeiro: EMC Edições.
- LOPES, Mônica (2017).** *Metodologias e desafios da avaliação do impacto da intervenção social*. Slides da aula aberta ministrada na disciplina Contextos e Práticas de Empreendedorismo Social.
- MARINUCCI, Roberto. MILESI Milesi. (2005).** *Migrações Internacionais: em busca da cidadania universal*. Revista Sociedade em Debate, Pelotas, 14 11(1-2): 13-37, dez./2005
- MARTINELLI, DANTE AT ALL (2003).** *Negociação – Como Transformar Confronto em Cooperação*. São Paulo. Editora Atlas, 2003.
- MULGAN, G. (2010).** *Inovação Social*. In Azevedo, C., Campos Franco, R. & Meneses, J. (coords.), *Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos – o desafio da inovação social*. Porto: Impedições, 2010.
- MURRAY, Caulier-Grice & Mulgan, The Open Book of Social Innovation**. The Young Foundation/NESTA, 2010
- PAIVA, Ângela R. (2004).** *Modernização e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Sociologia e Política – PUC-Rio, 2004 (Caderno de Sociologia, política e cultura).
- PARENTE, C. (coord.) [et al.] (2014).** *Empreendedorismo Social em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/A3S.
- PUTNAM, Robert. (1996),** *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) [et al.] (2002),** *Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- SEN, Amartya.** *Desigualdade Reexaminada*. Tradução: Ricardo Doninelle Mendes. Rio de Janeiro. Editora: Record, 2001.

**SCHERER-WARREN, Ilse (1996).** *Das Ações Coletivas Às redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Editora Loyola.

**SCHUMPETER, J.A.** *Business Cycles: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. MacGraw-Hill Book Company, Inc. 1931

**VIEIRA, L, (1996).** *Sociedade Civil e Espaço Global*. Artigo publicado em São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade, v10, nº4, out-dez 1996.

**WIEVIORKA, Michel (1992).** (with Philippe Bataille, Daniel Jacquin, Danilo Martuccelli, Angelina Peralva, Paul Zawadzki): *La France raciste*. Paris: Seuil [ISBN 2-02-019603-4](#)

## Infografia

---

**ABONG**, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais:

<http://www2.abong.org.br>

**ANDRÉ e ABREU (2006)** - Dimensões e Espaços da Inovação Social. Recuperado em 16 de março em: <https://pt.scribd.com/document/118959797/ANDRE-e-ABREU-2006-Dimensoes-e-Espacos-da-Inovacao-Social>

**ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2016)**. Recuperado em 14 maio, 2016, de: <http://www.acnur.org/>

\_\_\_\_\_, **Alto Comissariado para a Migração (2016)**. Recuperado em 14 maio, 2016, de: <http://www.acm.gov.pt/inicio>

\_\_\_\_\_, **Refugia ou Migrante** <http://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>

**CIERCO, T. (2010)**. *A instituição de asilo na União Europeia*. Coimbra: Almedina.

*Conselho Português para os Refugiados (2016)*. Recuperado em 14 maio, 2016, de: <http://www.cpr.pt/>

**Comissão Europeia (2010)**. *Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Recuperado em 10 de dezembro de 2017, de:

[http://ec.europa.eu/europe2020/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm)

**Convenção de 1951 (1951)**. *Convenção relativa ao Estatuto dos refugiados, adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas*. Recuperado em 15 abril de 2016, de:

[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portuport/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portuport/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados)

**Estatuto dos Refugiados e Apátridas**. Recuperado em 15 abril de 2016, de [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portuport/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portuport/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados)

**FRAZÃO, Samira Moratti (2017)**. *Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses*. Recuperado em 08 de março de 2018, de: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiseses/article/viewFile/30281/23143>

**FERREIRA, S. (2000)**. As organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de proteção social. IV Congresso Português de Sociologia. Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos. Coimbra: Associação Portuguesa de Sociologia.

**FERREIRA, S. (2017)**. Slides das aulas da disciplina Contextos e Práticas de Empreendedorismo Social. ANDRÉ, Isabel e ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. Finisterra, 81. (2006).

**HAAG, Carlos (2012).** *O projeto de branqueamento do Estado Novo*. Jornal GGN, O jornal de todos os Brasis. Recuperado em 15 de fevereiro de 2018, de:

<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-projeto-de-branqueamento-do-estado-novo>

**IDH (2018).** PNUD Brasil, Recuperado em 10 de janeiro de 2018

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>

**KORMAN DIB, S.; CASTROO, L. R. (2017).** *O trabalho é projeto de vida para os jovens? Cadernos de Psicologia Social do trabalho*, São Paulo, 2010. v.3, n.1, p.1. Recuperado em 10 de julho de 2017, de: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/viewFile/25734/27467>

**KORMAN DIB, S. (2017).** *Por que planejar?* Texto publicado em março de 2017 no Blog da disciplina de Empreendedorismo “Trajetórias Empreendedoras”.

Recuperado em 15 de julho de 2017, de:

<https://trajetoriasempreendedoras.blogspot.com/2017/?view=classic>

**MARINUCCI, Roberto & MILESI, Rosita (2005).** *Migrações Internacionais Contemporâneas*. Publicado em As Migrações Internacionais, recuperado 17 setembro 2017 em: <https://pt.scribd.com/document/249164266/Migracoes-Internacioianis-Marinucci-e-Milesi>

Memorando assinado em 23 de outubro de 2014 pela ACNUR e Ministério do Trabalho assinaram para promover emprego e renda de refugiados no Brasil recolhido Recuperado em 18 de agosto de 2018, de: <http://www.acnur.or/cartagena30/pt-br/acnur-e-ministerio-do-trabalho-assinam-acordo-para-promover-emprego-e-renda-de-refugiados-no-brasil>

**Nascimento de PAR.** Recuperado de 14 de maio de 2018, de:

<https://www.publico.pt/2015/09/04/sociedade/noticia/nasceu-a-plataforma-de-apoio-aos-refugiados-e-sabina-deu-a-cara-por-ela-1706862>

**Oliveira, Catarina Reis [et al.] (2017).** *A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias*. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Belo Horizonte, v.34, n.1, p.73-98, jan/abril de 2017. Recuperado em 08 de janeiro de 2018, de: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1050>

**PLATAFORMA DIGITAL** em <<http://refugiados.net/1cpr/www/projectos.php>>

**Programa UNICOM.** Recuperado em 08 de janeiro de 2018, de: <http://www.ccesp.puc-rio.br/sociais-unicom>

**Portal do Senado Federal do Governo brasileiro(2012).** Recuperado em 13 de maio de 2018 de,

<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/depois-do-terremoto-no-haiti-imigrantes-haitianos-buscam-refugio-no-brasil-e-recebem-vistos.aspx>

**PROGRAMA PARES** <http://www.caritas-rj.org.br/cores.html>

RODRIGUES, Gilberto M. A. (2015). *Crise humanitária: Direito, moralidade e solidariedade*. Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais. Artigo publicado no site da revista Carta Capital em outubro/2015. Recuperado em 15 de maio de 2018, de:

<https://www.cartacapital.com.br/internacional/crise-humanitaria-direito-moralidade-e-solidariedade-139.html>

**Tecnologia e integração.** Recuperado em 13 de maio de 2018 de, [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2016/03/02/interna\\_tecnologia,520263/nova-rede-social-promete-facilitar-a-integracao-entre-europeus-e-refug.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2016/03/02/interna_tecnologia,520263/nova-rede-social-promete-facilitar-a-integracao-entre-europeus-e-refug.shtml)

**BEPA** (BUREAU of European Policy Advisors at the European Commission)

## Anexo 1

---

### **Entrevista com o Alto Comissariado para Migrações - Projeto PEI**

1. Em que contexto este projeto foi criado?
2. Qual o objetivo central do projeto?
3. Qual o tipo de estrutura criado para atender o projeto?
4. Que tipo de parceria foi pensada para o projeto?
5. Quais os parceiros vocês têm hoje no projeto?
6. Por que o empreendedorismo?
7. O projeto tem algum recorte relacionado a idade ou gênero?
8. De que forma vocês avaliam o desenvolvimento do projeto e seus resultados?
9. Quantas indivíduos com estatuto de refugiado já foram atendidos no projeto?
10. Vocês têm algum tipo de acompanhamento pós projeto?
11. Vocês estimulam alguma dinâmica para a integração social produtiva e sustentável dos participantes do projeto?
12. Qual o retorno esperado com a participação do refugiado no seu processo de integração social?

## Anexo 2

---

Entrevista com a Caritas, Rio de Janeiro - Projeto CORES

1. Em que contexto este projeto foi criado?
2. Qual o objetivo central do projeto?
3. Qual o tipo de estrutura criada para atender o projeto?
4. Que tipo de parceria foi pensada para o projeto?
5. Quais os parceiros vocês têm hoje no projeto?
6. Por que o empreendedorismo?
7. O projeto tem algum recorte relacionado a idade ou gênero?
8. De que forma vocês avaliam o desenvolvimento do projeto e seus resultados?
9. Quantas indivíduos com estatuto de refugiado já foram atendidos no projeto?
10. Vocês têm algum tipo de acompanhamento pós projeto planejado para o acompanhamento de integração social dos participantes que realizaram o curso oferecido pelo projeto?
11. Vocês estimulam alguma dinâmica para a integração social produtiva e sustentável dos participantes do projeto?
12. Qual o retorno esperado com a participação do refugiado no seu processo de integração social?